

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (FEHIDRO)
COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PARAÍBA DO SUL (CBH-PS)

**PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (UGRHI 02) - PEAMS**

Paraibuna, 30 de outubro de 2020



**Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia Hidrográfica do
Rio Paraíba do Sul (UGRHI 02) - PEAMS**

EQUIPE INSTITUTO CHÃO CAIPIRA

(TOMADOR)

Presidente

Rodrigo Carlos da Silva

Responsável Técnico

Dr. Carlos Alberto da Silva Filho

Diretor administrativo

José Vicente Faria

Associada

Larissa Neli da Cruz Pereira Faria

Apoio técnico voluntário

Susanne Fauser

Me. Oscarina Prado

Voluntários

Clara Maria Rangel Freitas Moreira

Júlia Miranda Fauser

Júlia Helena Almeida Moraes dos Santos

Júlio César Costa Rezende

EQUIPE INSTITUTO H&H FAUSER

(EXECUTOR)

Coordenação

Amely Irmtraut Fauser

Especialista

Me. Renê Costa

Técnico nível superior

Milena Antunes Camargo Mendes

Lucas Campos de Almeida Rodrigues

Elaine Cristina Nogueira

Técnico nível médio

Ariane dos Santos Souza

Assessor de comunicação

João Carlos de Faria

Assistente de comunicação

Fabiano Aparecido Vieira Marcondes

EQUIPE FUNBEA (CONSULTORIA)

Dra. Semiramis Albuquerque Biasoli

Dra. Vivian Battaini

EQUIPE GT-PEAMS/CT-EAMS

(GRUPO DE TRABALHO)

Duva Leonardo Steck Brunelli

Adriana Sacioto Marcantonio

Antônio Cláudio F. Guimarães

Heloisa Martins

Juliane Maria da Silva Ferreira

Luciana Roncon

Ricardo Moscatelli

Roxane Mello

APOIO

Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio
Paraíba do Sul (CBH-PS)

AGRADECIMENTOS

Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social/CBH-PS

Câmara Técnica de Saneamento/CBH-PS

Câmara Técnica de Restauração Florestal/CBH-PS

Câmara Técnica de Planejamento/CBH-PS

Câmara Técnica de Assuntos Institucionais/CBH-PS

Participantes dos “Dedim de Prosa”

Participantes das entrevistas com os governos municipais



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dimensões e respectivos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental.....	17
Figura 2 - Indicadores de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Educação Ambiental da ANPPEA utilizados como base para elaboração dos instrumentos de pesquisa e levantamento de informações do PEAMS.....	25
Figura 3 - Entrevistas com as prefeituras da Bacia.....	28
Figura 4 - Municípios participantes de cada “Dedim de Prosa”.....	30
Figura 5 - “Dedim de Prosa” com os municípios da Bacia.....	32
Figura 6 - “Dedim de Prosa” com as câmaras técnicas do CBH-PS.....	33
Figura 7 - Sistematização dos dados levantadas nos “Dedim de Prosa”.....	35
Figura 8 - “Dedim de Prosa” virtual com a população da Bacia.....	43
Figura 9 - “Dedim de Prosa” virtual com o Grupo de Trabalho da CT-EAMS.....	44
Figura 10 - Mapa da Bacia da UGRHI 02 Paraíba do Sul.....	54
Figura 11 - Mapa das 164 iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia levantadas na plataforma “RioParahyba”.....	61
Figura 12 - Presença de recursos hídricos, resíduos sólidos e saneamento nas temáticas das iniciativas da Bacia.....	62
Figura 13 - Porcentagem das iniciativas que tiverem investimento financeiro.....	63
Figura 14 - Origem do financiamento das iniciativas.....	63
Figura 15 - Dificuldades encontradas na realização das iniciativas.....	64
Figura 16 - Público atingido pelas iniciativas.....	65
Figura 17 - Origem da idéia motivadora da criação das iniciativas.....	65
Figura 18 - Objetivo geral das iniciativas.....	66
Figura 19 - Classificação das ações das iniciativas.....	67
Figura 20 - Materiais didáticos usados como base para as iniciativas.....	67
Figura 21 - Formato de realização da iniciativas.....	68
Figura 22 - Temas abordados pelas iniciativas.....	69
Figura 23 - Identificação dos agentes das iniciativas.....	70
Figura 24 - Ocorrência de iniciativas nos últimos 15 anos.....	70
Figura 25 - Período de execução das iniciativas.....	71
Figura 26 - Status das iniciativas.....	72

Figura 27 - Objetivos atingidos pelas iniciativas.....	72
Figura 28 - Investimento financeiro das iniciativas.....	73
Figura 29 - Origem do investimento financeiro das iniciativas.....	74
Figura 30 - Área de abrangência das iniciativas.....	74
Figura 31 - Demanda de iniciativas por município.....	75
Figura 32 - Distribuição territorial dos projetos.....	76
Figura 33 - Avaliação da participação das pessoas nas iniciativas de Educação Ambiental e/ou Mobilização Social.....	76
Figura 34 - Monitoramento das iniciativas.....	77
Figura 35 - Facilidades e oportunidades na realização das iniciativas.....	77
Figura 36 - Lista de parcerias realizadas pelo Curso de Gestão e Educação Ambiental do CBH-PS.....	82
Figura 37 - Relação anual do número de alunos, sua formação e a avaliação do Curso de Gestão e Educação Ambiental da CT-EAMS do CBH-PS.....	83
Figura 38 - Mapa da participação dos municípios da Bacia no Curso de Gestão e Educação Ambiental do CBH-PS.....	84
Figura 39 - Distribuição geográfica dos alunos das cidades da Bacia que participaram do Curso de Gestão e Educação Ambiental da CT-EAMS do CBH-PS entre os anos de 2005 e 2020.....	84
Figura 40 - Relação anual dos projetos submetidos ao FEHIDRO na UGRHI 02.....	86
Figura 41 - Relação anual dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social submetidos ao FEHIDRO na UGRHI 02.....	86
Figura 42 - Lista dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social, concluídos ou em andamento, submetidos ao FEHIDRO na UGRHI 02 de 2004 à 2019.....	87
Figura 43 - Linha do tempo dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social submetidos ao FEHIDRO na UGRHI 02.....	88
Figura 44 - Mapa da distribuição dos planos, programas e iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social levantados na Bacia.....	94
Figura 45 - Presença de Plano Diretor de Educação Ambiental nos municípios da Bacia.....	95
Figura 46 - Presença de legislação municipal de Educação Ambiental.....	95
Figura 47 - Presença de Programa Municipal de Educação Ambiental nos municípios da Bacia.....	96

Figura 48 - Porcentagem de presença de Secretarias de Meio ambiente ou equivalentes nas prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul.....	97
Figura 49 - Lista de secretarias de meio ambiente ou equivalentes, presentes nas prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul.....	97
Figura 50 Porcentagem de prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul que possuem funcionários com dedicação exclusiva à Educação Ambiental.....	98
Figura 51 - Municípios que apresentam orçamento específico para Educação Ambiental.....	99
Figura 52 - Porcentagem de prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul que submeteram iniciativas de Educação Ambiental ao FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos.....	100
Figura 53 - Municípios tomadores que apresentam projetos de Educação Ambiental submetidos ao FEHIDRO.....	100
Figura 54 - Pontuação dos municípios no Progr. Mun.VerdeAzul 2019.....	101
Figura 55 - Presença do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos municípios	102
Figura 56 - Presença de Sindicato Rural nos municípios.....	103
Figura 57 - Presença da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) nos municípios.....	103
Figura 58 - Porcentagem de instrumentos legais municipais que abordam Educação Ambiental nas prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul.....	104
Figura 59 - Porcentagem de prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul que realizaram diagnóstico ou reconhecem problemas a serem enfrentados pela Educação Ambiental.....	105
Figura 60 - Porcentagem de prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul que criaram e/ou utilizam de espaços coletivos e/ou colegiados para construção/implementação de iniciativas de Educação Ambiental.....	106
Figura 61 - Porcentagem de prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul que desenvolveram parcerias com as escolas municipais para promoção de iniciativas de Educação Ambiental.....	108
Figura 62 - Presença de espaços educadores nos municípios da Bacia.....	111

Figura 63 - Presença de Unidade de Conservação com estrutura para uso público nos municípios.....	111
Figura 64 - Presença de Parques municipais e áreas verdes para uso público nos municípios.....	111
Figura 65 - Presença de Centro de Educação Ambiental (CEA) nos municípios.....	112
Figura 66 - Presença de Plano Diretor de Saneamento nos municípios.....	115
Figura 67 - Presença de Plano Diretor de Resíduos Sólidos nos municípios.....	115
Figura 68 - Ações previstas no eixo governança do CBH-PS na Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia.....	128
Figura 69 - Ações previstas no eixo políticas estruturantes na Educação Ambiental e Mobilização Social.....	131
Figura 70 - Ações previstas no eixo espaços educadores na Educação Ambiental e Mobilização Social.....	135
Figura 71 - Ações previstas no eixo educação formal na Educação Ambiental e Mobilização Social.....	138
Figura 72 - Planilha de critérios de avaliação de projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social para hierarquização do PEAMS.....	140
Figura 73 - Planilha de monitoramento do número de projetos implantados do PEAMS.....	144
Figura 74 - Planilha de monitoramento do processo de fomento da Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia.....	144

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC GM - Associação Desportiva Classista General Motors
ANPPEA - Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental
BASF - Badische Anilin & Soda Fabrik
CDRS - Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
CBH-PS - Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul
CEA - Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado de São Paulo
CEA – Centro de Educação Ambiental
CEIVAP - Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CESP - Companhia Energética de São Paulo
CTESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CT-EAMS - Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social
CT-ECA - Câmara Técnica de Estudos de Cobrança de Água
CT-PL - Câmara Técnica de Planejamento
CT-REF - Câmara Técnica de Restauração Florestal
CT-SAN - Câmara Técnica de Saneamento
DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica
DCNEA - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
E.A. - Educação Ambiental
EDR - Escritório de Desenvolvimento Rural
FARO - Faculdade de Roseira
ONG - Organização não governamentais
OSC - Organização da sociedade civil
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PC - Plano de Curso
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDC - Projeto de Decreto Legislativo
PEAMS - Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
PPP - Projeto Político Pedagógico

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TCT - Temas Contemporâneos Transversais
UC - Unidade de Conservação
UNIFATEA - Centro Universitário Teresa D'Ávila
UNISAL - Centro Universitário Salesiano de São Paulo
UNITAU - Universidade de Taubaté
UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba
UGRHI 02 - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Paraíba do Sul
UTGRS - Unidade de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	14
2. INTRODUÇÃO	15
2.1 Marco conceitual	15
2.2 Marco situacional	15
2.3 Marco operacional	16
2.4 Indicadores	16
2.5 O Projeto Político Pedagógico do PEAMS	17
2.5.1 Categorias de análise	19
2.5.1.1 Governança do CBH-PS na Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia	20
2.5.1.2 Políticas estruturantes de Educação Ambiental e Mobilização Social	21
2.5.1.3 Espaços educadores da Educação Ambiental e Mobilização Social	21
2.5.1.4 Educação Ambiental e Mobilização Social na educação formal	22
3. METODOLOGIA	23
3.1 Instrumentos de pesquisa e levantamento de informações	24
3.1.1 Levantamento dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social financiados pelo FEHIDRO	26
3.1.2 Levantamento das iniciativas implementadas pela CT-EAMS	27
3.1.3 Entrevistas com os governos municipais da Bacia	27
3.1.4 Aplicação de questionários para as prefeituras dos municípios da Bacia	28
3.1.5 Mapeamento de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia	29
3.1.6 Reuniões de Compartilhamento “Dedim de Prosa”	29
3.2 Comunicação do PEAMS	35
3.2.1 Plataforma “RioParahyba”	36
3.2.2 Comunicação no levantamento de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social	36
3.2.3 Tecnologia “Priorize”	37
3.3 Análise dos dados a partir dos Eixos Temáticos	38

3.3.1 Eixo governança do CBH-PS na Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia	38
3.3.2 Eixo políticas estruturantes de Educação Ambiental e Mobilização Social	38
3.3.3 Eixo Espaços educadores da Educação Ambiental e Mobilização Social	39
3.3.4 Eixo Educação Ambiental e Mobilização Social na educação formal	40
3.4 Construção do marco operacional	40
3.4.1 Elaboração do cenário normativo e prognósticos da Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia	41
3.4.2 Construção participativa das propostas de Educação Ambiental e Mobilização Social	42
3.4.2.1 “Dedim de Prosa” virtual	42
3.4.2.2 Reuniões com o grupo de trabalho da CT-EAMS	43
3.4.3 Plano de Ação	44
3.4.3.1 Diretrizes do PEAMS	44
3.4.3.2 Ações prioritárias do PEAMS	47
3.4.3.3 Hierarquização	47
3.4.3.4 Indicadores de monitoramento	47
4. MARCO CONCEITUAL	49
4.1 Histórico do movimento ambiental	49
4.2 A pluralidade do desenvolvimento sustentável	51
4.3 A Educação Ambiental para a cidadania	52
4.4 Mobilização Social	53
4.5 A Bacia da UGRHI 02 Paraíba do Sul	54
5. MARCO SITUACIONAL	57
5.1 Tecnologia “Priorize” no diálogo de perspectiva de possibilidades da Educação Ambiental e Mobilização Social na gestão dos recursos hídricos da Bacia	57
5.2 Mapeamento de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia	61
5.2.1 Caracterização das iniciativas mapeadas pela plataforma “RioParahyba”	78

5.3 Eixo governança do CBH-PS na Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia	81
5.3.1 Histórico da atuação da CT-EAMS na Bacia	81
5.3.1.1 Curso de Gestão e Educação Ambiental	81
5.3.1.2 Livro sobre o Curso de Gestão e Educação Ambiental	85
5.3.1.3 Seminário de Educação Ambiental do Vale do Paraíba	85
5.3.1.4 Encontro de Educadores	85
5.3.2 Levantamento dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social financiados pelo FEHIDRO	86
5.3.3 O CBH-PS sob o olhar de seus membros nos “Dedim de Prosa” com as câmaras técnicas	89
5.3.4 O CBH-PS sob o olhar dos participantes das oficinas “Dedim de Prosa” com os municípios	91
5.4 Eixo políticas estruturantes de Educação Ambiental e Mobilização Social	92
5.5 Eixo espaços educadores da Educação Ambiental e Mobilização Social	109
5.5.1 Espaço educador: a Educação Ambiental e Mobilização Social nas políticas integradas	113
5.6 Eixo Educação Ambiental e Mobilização Social na educação formal	117
6. MARCO OPERACIONAL	119
6.1 Cenário normativo da Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia do Rio Paraíba do Sul	119
6.2 Prognósticos da Educação Ambiental e Mobilização Social para a Bacia	120
6.2.1 Os espaços centrais e estratégicos na projeção da Educação Ambiental e Mobilização Social	121
6.2.2 A estrutura administrativa institucional dos governos locais na projeção da Educação Ambiental e Mobilização Social	122
6.3 Plano de Ação	123
6.3.1 Diretrizes norteadoras do Plano de Ação	123
6.3.2 Ações prioritárias do PEAMS	126
6.3.3 Ações previstas na implementação do PEAMS	128

6.3.4 Hierarquização	141
6.3.5 Indicadores de monitoramento	144
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE A - INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL LEVANTADAS PELA PLATAFORMA “RIO PARAHYBA”.	150
APÊNDICE B - FORMULÁRIO PARA INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	187
APÊNDICE C - FORMULÁRIO PARA PREFEITURAS: COLETA DE DADOS GERAIS E ESTRUTURA	203
ANEXO A – Mapa PROJETOS FINANCIADOS PELO FEHIDRO	218
ANEXO B – Mapa INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	218
ANEXO C – Mapa PLANOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	218
ANEXO D – Mapa PARTICIPAÇÃO NO CURSO DE GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	218

1. APRESENTAÇÃO

O Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PEAMS), complementar ao Plano de Bacias da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Rio Paraíba do Sul (UGRHI 02) do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS), tem como objetivo referenciar a construção da política de Educação Ambiental e Mobilização Social na gestão de recursos hídricos do CBH-PS e fomentar sua operacionalização por meio da articulação de órgãos financiadores, como o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

Para embasar a elaboração das etapas do PEAMS, optou-se pela construção do plano no formato de Projeto Político Pedagógico (PPP), seguindo as referências teóricas e metodológicas de seu Termo de Referência, com objetivo de:

Possibilitar que o CBH-PS, órgãos gestores dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica e demais integrantes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, promovam ações de Educação Ambiental coerentes com o processo de gestão dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras. (CBH-PS, 2017, p.10).

Construído de forma participativa, o PEAMS privilegiou reuniões, entrevistas dialógicas e oficinas interacionistas com membros dos governos municipais, universidades, organizações da sociedade civil e demais atores. Foram realizadas reuniões e aplicados questionários nas 34 prefeituras da Bacia, encontros presenciais e virtuais¹, oficinas dialógicas de compartilhamento - os “Dedim de Prosa”, além do levantamento das iniciativas realizadas na região, a participação da equipe técnica em eventos de Educação Ambiental e Mobilização Social e a criação da plataforma “RioParahyba”², que possibilitou um processo permanente de interação com as comunidades pelas vias digitais, ampliando a participação e o processo investigativo.

¹ Algumas atividades presenciais foram adaptadas para o ambiente virtual, devido à necessidade de distanciamento social decorrente da pandemia da COVID-19.

² <https://www.rioparahyba.com.br/>

2. INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) consiste na formulação e enunciado de uma proposta educacional, de suas bases conceituais e políticas até a sua operacionalização (MMA-BRASIL, 2005). Portanto, a elaboração do PPP remete ao tratamento e aos fundamentos das bases políticas dos princípios, diretrizes e definições conceituais da Educação Ambiental e do fazer pedagógico, tanto para avaliar a situação da Educação Ambiental no território como para alinhar propostas e estratégias para a sua operacionalização. O PPP expressa a intencionalidade da Educação Ambiental vinculada a um projeto de mundo, visando o futuro a ser construído pelo comprometimento e operacionalização da ação a partir de uma dada situação (realidade). Nessa perspectiva, o PPP é constituído por três marcos integrados e articulados: o marco conceitual, o marco situacional e o marco operacional (RAYMUNDO *et al.* 2019).

2.1 Marco conceitual

O marco conceitual apresenta as bases teóricas e a fundamentação legal que orientam a concepção pedagógica e política da Educação Ambiental do plano. Segundo Raymundo *et al.* (2016), o marco conceitual:

É compreendido como aquilo que representa os nossos valores, princípios, objetivos, saberes e sonhos. É aquilo que nos mobiliza, que nos põe em ação no lugar em que vivemos em sociedade. São os nossos sentimentos e significados que damos às coisas, são as nossas leis e as nossas regras. (RAYMUNDO *et al.* 2016, p. 58).

2.2 Marco situacional

O marco situacional elabora o diagnóstico, ou seja, mostra a realidade socioambiental do território, conforme descrito por Raymundo *et al.* (2016):

Traz a problematização da realidade vivida pelas comunidades com seus aspectos socioambientais indicando as dificuldades, necessidades e potencialidades. (RAYMUNDO *et al.* 2016, p.12).

2.3 Marco operacional

O marco operacional, com base na análise integrada dos marcos conceitual e situacional, propõe ações para contribuir na resolução dos problemas, visando a construção do cenário idealizado pelos envolvidos. Essas ações são organizadas em um plano de ação, apontando atividades, objetivos e metas para cada ação. Raymundo *et al.* (2016) descreve que esse marco:

Representa os nossos planos e ações para contribuir na resolução dos problemas e ajudar a realizar nossos sonhos. Por isso, vamos pensar em linhas de ação com estratégias de aprendizagem, acompanhamento, avaliação e continuidade do PPP. (RAYMUNDO *et al.* 2016, p.76).

2.4 Indicadores

Monitorar e avaliar são ações previstas que visam acompanhar o processo de implantação do PPP, apontando e viabilizando correção de rumos quando necessário, além de averiguar a implantação das metas, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo. A avaliação qualifica a Educação Ambiental e os serviços prestados pelas instituições, otimizando os recursos empregados (GADOTTI, 2005).

Os Indicadores de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Educação Ambiental da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) (Figura 1) foram elaborados coletivamente pelos atores de todo o território nacional e dialogam diretamente com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis de Responsabilidade Global (BRASIL, 2020). Os indicadores são um marco na construção da política de Educação Ambiental, na medida em que apresentam uma proposta de avaliação e monitoramento fundamentada na política nacional e que possibilitam uma compreensão crítica da Educação Ambiental praticada no território. Essa compreensão é base para o planejamento e gestão da política pública de Educação Ambiental e de recursos hídricos (RAYMUNDO *et al.* 2019).

Figura 1 - Dimensões e respectivos indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental. Fonte: ANPPEA, 2019



Fonte: Raymundo *et al.*, 2019.

Fundamentada pelos indicadores da ANPPEA, a pesquisa e investigação do marco situacional do PEAMS vai além do levantamento de dados e informações acerca da política e das práticas de Educação Ambiental, Mobilização Social e gestão de recursos hídricos. Essa leitura situacional foi realizada observando os dados das diferentes fontes de pesquisa de forma integrada e analisada a partir do Termo de Referência do PEAMS, Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Paraíba do Sul (UGRHI 02) e seu relatório de situação.

2.5 O Projeto Político Pedagógico do PEAMS

Um plano referencial de Educação Ambiental e Mobilização Social efetiva-se com base nos objetivos da Educação Ambiental do Art. 9º. da Lei da Política Estadual de Educação Ambiental (Lei 12.780/07), regulamentada pelo Decreto 63.456/18, por meio de espaços participativos e pela rede de atores, reflexivos e dialógicos, que

abordem a situação dos recursos hídricos e da educação, com suas concepções, potencialidades, operacionalização.

A elaboração do PEAMS, com base nos documentos referenciais, buscou garantir a articulação com os diversos atores sociais, com as redes de ensino, educadores, comunidades, movimentos sociais e instituições privadas, promovendo a integração e participação, que:

Possibilitem, em parte ou em sua totalidade, a compreensão plena da Educação Ambiental e Mobilização Social como um processo de transformação de valores e posturas para a tomada de ação pela sociedade e dos indivíduos da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, quais sejam:

1. Mobilização Social: Possibilitar a Mobilização Social das várias entidades sociais no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de projetos e demais ações de Educação Ambiental que envolva todas as situações problemas existentes na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, inclusive os que envolvam a questão de saúde e saneamento das comunidades rurais;
2. Visão Integrada: Promover ações integradas (considerando as relações entre relevo, vegetação, solo, atmosfera, etc.) na Gestão de Recursos Hídricos, por meio de uma abordagem integrada e sistêmica da Bacia Hidrográfica;
3. Desenvolvimento Sustentável: Considerar as dimensões econômicas, sociais e ambientais como fatores indissociáveis para a execução de qualquer atividade, projeto ou ação de Educação Ambiental;
4. Gestão Participativa: Viabilizar a efetiva participação da sociedade nos processos de decisão e ou elaboração de projetos de Educação Ambiental;
5. Conservação dos Recursos Hídricos: Garantir que toda ação e ou projeto a ser realizado seja focado na preservação e recuperação dos recursos hídricos e conseqüentemente na melhoria da qualidade ambiental da região de abrangência.

Também deve ser considerado para elaboração do PEAMS, a Lei 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, o Decreto 4.281/02 que o regulamenta e a Lei 12.780/2007 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental, entre outros documentos legais, como disposto neste Termo. Adotamos a definição oficial do Ministério do Meio Ambiente "Educação ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência de seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os

tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros” (Lei Federal 8795, artigo 1º – 27/04/1999). (CBH-PS, 2017, p. 3-4).

Nessa perspectiva, o PEAMS, para cumprir seus princípios democráticos, proporcionou espaços de escuta e participação, envolvendo todos em um processo de reflexão sobre a situação da Educação Ambiental e Mobilização Social e sua operacionalização no enfrentamento dos problemas na gestão dos recursos hídricos e socioambientais da Bacia. Dessa forma, a elaboração do PEAMS buscou proporcionar transparência das informações e bem estar entre todos, como sujeitos em formação e sujeitos da transformação, pautada pelas práticas e pela legislação, buscando na multiplicidade de concepções e práticas de Educação Ambiental, princípios e diretrizes convergentes, conforme expressa Pedro Jacobi (2005):

Atualmente o desafio de fortalecer uma Educação Ambiental convergente e multirreferencial é prioritário para viabilizar uma prática educativa que articule de forma incisiva a necessidade de se enfrentar concomitantemente a degradação ambiental e os problemas sociais. (JACOBI, 2005, p. 203).

É importante encarar cada iniciativa da Educação Ambiental e Mobilização Social como complementar e integrada ao conjunto de iniciativas dos educadores, e também às demais dimensões associadas da educação, sobretudo aquelas relacionadas com a formação cidadã, preocupada com as questões da democracia, paz e solidariedade (SAUVÉ, 2005).

2.5.1 Categorias de análise

As categorias de análise foram definidas em função dos espaços e nichos da Educação Ambiental, do contexto de sua intervenção e dos grupo a que se dirige. No entanto, é importante salientar que as categorias de análise são complementares e integradas ao conjunto do sistema da Educação Ambiental e Mobilização Social, conforme Artigo 5º da lei 12.780/07 da Política Estadual de Educação Ambiental, no qual é estabelecido que:

A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente, devendo estar presente de forma

articulada em todos os níveis e modalidades dos processos de gestão ambiental. (SÃO PAULO, 2007).

2.5.1.1 Governança do CBH-PS na Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia

O incentivo à Educação Ambiental e Mobilização Social desenvolvido pelo CBH-PS, por intermédio da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social (CT-EAMS), é um dos construtores da política de Educação Ambiental na Bacia do Rio Paraíba do Sul.

A legislação da Educação Ambiental para os comitês de Bacias valoriza sobretudo a política integrada de Meio Ambiente e Educação Ambiental. A Resolução 98/2009 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece “princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a Mobilização Social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos”, tem como referência os princípios e fundamentos da PNEA, na qual a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistêmica, transversal, interdisciplinar, crítica, dentre outras. Essa resolução, que visa orientar o fomento da política de Educação Ambiental e Mobilização Social pelos comitês de bacias hidrográficas e câmaras técnicas, apresenta em destaque em seu art. 7º:

Art. 7º. Os programas de Educação Ambiental dirigidos à Gestão Integrada de Recursos Hídricos devem buscar a integração entre os entes responsáveis pela implementação das Políticas de Meio Ambiente, Educação Ambiental e de Recursos Hídricos. (BRASIL, 2009, p. 5).

Essa orientação está em consonância com a linha de ação “educação no processo de gestão ambiental” do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). A integração entre as políticas de meio ambiente e a Educação Ambiental, além de potencializar a reflexão sobre a questão socioambiental, dinamiza, amplia e qualifica a política de meio ambiente, gerando uma percepção de pertencimento coletivo e fortalecendo o exercício da cidadania ambiental. Essa integração, mediada pela realidade, se torna um espaço de formação cidadã dos sujeitos envolvidos

(técnicos e população), favorecendo a formação de uma cultura socioambiental sustentável.

2.5.1.2 Políticas estruturantes de Educação Ambiental e Mobilização Social

As políticas estruturantes de Educação Ambiental podem ser definidas como ações efetivas e duradouras no enfrentamento dos problemas socioambientais, em função da capacidade do Estado e da sociedade em promover e articular políticas públicas de Educação Ambiental, visando à construção de sociedades sustentáveis (MORIMOTO e SORRENTINO, 2005).

Na discussão sobre o papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas estruturantes de Educação Ambiental, Morimoto e Sorrentino (2005) afirmam que é função do Estado atuar como agente promotor e articulador das políticas de Educação Ambiental:

Ao Estado, cabe a promoção de processos de intervenção direta, regulamentação e contratualismo, que por sua vez, fortalecem a articulação de diferentes atores sociais e a capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável e educadora. (MORIMOTO; SORRENTINO, 2005, p. 11).

Nessa perspectiva, para a implementação de políticas estruturantes, o Estado deve consolidar uma organização administrativa institucional capaz de formular e implantar políticas públicas duradouras de Educação Ambiental e Mobilização Social, seja por meio de ações diretas, por meio de seus órgãos públicos e seus agentes, ou pela promoção de articulações e parcerias.

2.5.1.3 Espaços educadores da Educação Ambiental e Mobilização Social

A educação não formal constitui-se fora dos espaços escolares, sendo uma modalidade educacional que se desenvolve para além da escola, porém com uma intencionalidade pedagógica. É considerada uma educação com características comunitárias, que expressa intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender, transmitir e trocar saberes (GHON, 2006, p. 29). A educação informal se

desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com o seu ambiente sociocultural, de onde resulta conhecimentos, experiências e práticas não ligadas especificamente a uma instituição (LÍBANELO, 2010, p.31).

A visão de área da Educação Ambiental, que envolve a discussão sobre princípios, diretrizes e metodologias norteadoras do fazer pedagógico, foi construída ao longo de um processo histórico e aparece em diversos documentos institucionais, dentre os quais o ProNEA e, mais recentemente, nos indicadores da ANPPEA. Dessa forma, foi considerado na análise da visão de área de Educação Ambiental a concepção de ambiente como totalidade, a abordagem interdisciplinar, a realidade local como objeto de investigação articulando com questões ambientais regionais, nacionais e globais e, acima de tudo, um fazer pedagógico que considere o diálogo compreendido como interação entre indivíduos. Essa perspectiva remete aos conceitos e definições do tópico “formador para a construção e implementação” dos indicadores de ANPPEA:

Sujeitos em interação comunicam-se e constroem sentidos e significados comuns, ao mesmo tempo em que reveem os seus próprios sentidos e significados com os quais compreendem o mundo. A formação dialógica, que se difere de informação, implica na problematização da realidade para nela intervir e recriá-la. (RAYMUNDO *et al.* 2017, p. 18).

2.5.1.4 Educação Ambiental e Mobilização Social na educação formal

Pela Constituição Federal do Brasil (1988), a Educação Ambiental é obrigatória em todos os níveis de ensino, sem compor grade curricular como disciplina específica. Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) apresentaram às Secretarias de Educação e aos docentes a visão de área de meio ambiente, contendo orientações sobre princípios, diretrizes, objetivos, conteúdos e orientações didáticas. A lei da PNEA de 1999 reforça o caráter transversal e que cabe ao poder público definir políticas públicas que promova a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. A lei ressalta, ainda, que a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas e que os professores devem receber formação complementar em sua área de atuação (Lei 9795/99 - art. 11). No estado de São Paulo, a Lei 12.780/2007, que institui a Política

Estadual de Educação Ambiental, incorpora os princípios e os fundamentos do PNEA e reforça a responsabilidade do poder público na formação dos professores.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) de 2012, os sistemas e instituições de ensino devem assumir princípios e objetivos da Educação Ambiental na construção de PPPs e planos de cursos (PC), indicando que o planejamento curricular envolvendo a Educação Ambiental, juntamente com a gestão da instituição de ensino, entre outros aspectos, deve promover a realização de projetos e atividades que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta o meio ambiente agrupado numa macro-área denominada “Temas Contemporâneos Transversais” (TCTs), com duas subdivisões: Educação Ambiental e Educação para o consumo, tratando os conteúdos da Educação Ambiental como essenciais para a educação básica em função de sua contribuição para a construção da cidadania e ressaltando que a prática educacional deve estar voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades pessoais, coletivas e ambientais (BRASIL, 1997).

Conclui-se, assim, que a legislação e os documentos institucionais, integrantes da política pública educacional, tornam a Educação Ambiental um direito de todos, indicando que a sua promoção no âmbito formal deve ser obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino.

3. METODOLOGIA

O Plano de Bacia da UGRHI 02 - Paraíba do Sul, o Termo de Referência para o Plano de Educação Ambiental da UGRHI 02 - Paraíba Do Sul, Anexo I da deliberação *Ad Referendum* CBH-PS 002/2017 do PEAMS e as legislações vigentes foram base para a elaboração do marco conceitual, situacional e operacional e na integração desses marcos no PPP do PEAMS como um todo:

O PEAMS deve ser construído de forma colaborativa e participativa com a sociedade, governos, iniciativa privada, integrantes da plenária do CBH-PS, integrantes de outras Câmaras Técnicas do CBH-PS e outras demandas do CBH-PS. (CBH-PS, 2017, p.11).

As premissas indicadas pelo Termo de Referência consistem:

- a) Atendimento dos requisitos explicitados na Deliberação 146/12 do CRH;
- b) Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, principalmente, o Capítulo VI - "Do Meio Ambiente" e suas regulamentações;
- c) Lei 9.795, de 24/04/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, e o Decreto nº 4.281, de 25/06/2002 que a regulamenta;
- d) Resolução nº 422, do CONAMA, de 23 de março de 2010, que estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de EA, conforme a Lei 9.795/99;
- e) Programa Nacional de Educação Ambiental;
- f) Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental, trazendo os princípios e objetivos da Educação Ambiental no Estado de São Paulo;
- g) Lei Federal Nº 9433/97 e a Lei Estadual Nº 7663/91, e alterações, que tratam da política de recursos hídricos;
- h) Resolução Nº 98, de 26 de março de 2009, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH);
- i) Lei Estadual Nº 16.337, de 14 de dezembro de 2016;
- j) Manuais FEHIDRO;
- k) Deliberação COFEHIDRO;
- m) Relatório Sócio-ambiental do Plano de Bacias anterior (Sustentar);
- n) Agenda 21;
- n) Carta da Terra;
- o) Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- p) Plano de Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul e o Relatório de Situação vigente.

Deverão ser observadas as demais legislações federais, estaduais e municipais vigentes na época da elaboração do referido PEAMS. (CBH-PS, 2017, p. 09)

3.1 Instrumentos de pesquisa e levantamento de informações

Os instrumentos de pesquisa e levantamento de informações do PEAMS tiveram como base o Termo de Referência do PEAMS e, a partir de seus objetivos e premissas, foram utilizados 16 dos 27 indicadores, incluídos em 4 das 8 dimensões, da ANPPEA (Figura 2).

Figura 2 - Indicadores de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Educação Ambiental da ANPPEA utilizados como base para elaboração dos instrumentos de pesquisa e levantamento de informações do PEAMS.

INDICADORES DE POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - ANPPEA	
DIMENSÃO	INDICADOR
DIMENSÃO DA PARTICIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO COLETIVA	Mobilização Social.
	Existência de espaço coletivo (colegiado) para construir e implementar a Política Pública de Educação Ambiental.
	Desenvolvimento de processo formador para a construção e implementação da Política Pública de Educação Ambiental.
	Articulação entre teoria e prática do processo formativo/pedagógico.
	Diversidade de técnicas/estratégias utilizadas no processo formativo.
	Diversidade de público envolvido.
	Avaliação dos processos formativos.
DIMENSÃO DA COMPLEXIDADE	Articulação temática.
	Articulação de Redes, Movimentos socioambientais e Coletivos Educadores.
	Conexão e articulação com referências e documentos internacionais.
DIMENSÃO INSTITUCIONAL	Instrumento legal da Política Pública de Educação Ambiental.
	Instrumento Pedagógico Participativo de base.
	Suporte Orçamentário.
	Infraestrutura Física.
	Recursos humanos empregados no processo da PPEA (formulação, implementação, revisão)
DIMENSÃO DA COMUNICAÇÃO	Plano e Ferramentas de Comunicação.

Fonte: Raymundo *et al.*, 2019.

Os dados e informações para a avaliação da Educação Ambiental foram obtidos por meio de sete instrumentos de investigação:

1. Levantamento dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social financiados pelo FEHIDRO;
2. Levantamento das iniciativas implementadas pela CT-EAMS;
3. Entrevistas com governos municipais (prefeitos, secretários e técnicos que atuam em setores administrativos do Meio Ambiente e da Educação) das 34 prefeituras da Bacia do Rio Paraíba do Sul;

4. Aplicação de questionários para as prefeituras dos municípios da Bacia;
5. Reuniões de compartilhamentos com a participação de prefeituras, empresas, associações, organizações da sociedade civil (OSCs) e sociedade civil envolvendo técnicos, atores da Educação Ambiental, militantes do meio ambiente e população interessada;
6. Mapeamento de projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia;
7. Propostas da comunidade, elencadas por meio da Tecnologia “Priorize” da plataforma do PEAMS.

A pesquisa gerou informações primárias, que foram organizadas em relatórios, tabelas e gráficos. Essas informações foram cruzadas entre si e com outras fontes secundárias, organizadas e tratadas analiticamente em categorias, com a finalidade de conhecer e caracterizar a situação da Educação Ambiental e Mobilização Social do território da Bacia.

3.1.1 Levantamento dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social financiados pelo FEHIDRO

Foi realizado o levantamento dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social referentes à UGRHI 02 Paraíba do Sul financiados pelo FEHIDRO nos últimos 15 anos, 2004 à 2019, a partir do acesso aos portais FEHIDRO e SinFEHIDRO, tendo como base a data de assinatura do contrato do empreendimento para a coleta de informação.

Para chegar à informação desejada, utilizou-se o filtro da seguinte maneira: 1- Acesso ao cidadão – colegiado (Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul); 2- Período da assinatura do contrato (ano a ano - exemplo: 2004), analisando cada empreendimento; 3- Resumo (código do empreendimento, data da assinatura, situação do empreendimento); e 4- Dados do empreendimento (tipologia).

Através do site SinFEHIDRO foi possível selecionar diferentes opções de filtro, utilizando-os da seguinte maneira: Listagem – Colegiado (PS e PS-COB); Ano de assinatura do contrato - ano inicial: 2004 e ano final: 2019.

3.1.2 Levantamento das iniciativas implementadas pela CT-EAMS

Para atender ao Termo de Referência CBH-PS 002/2017, foi realizado levantamento das iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social implementadas pelo CBH-PS, por intermédio da CT-EAMS, em seu período de atuação na Bacia a partir de solicitação direta à coordenadoria da câmara técnica, sendo os dados enviadas via ofício.

3.1.3 Entrevistas com os governos municipais da Bacia

O contato com as 34 prefeituras da Bacia foi importante para o dimensionamento e avaliação do espaço da Educação Ambiental e Mobilização Social nas políticas públicas de governo de cada município e, ao mesmo tempo, da Bacia como um todo.

Por intermédio do gabinete dos prefeitos, orientados a convidar secretários de meio ambiente, educação e demais secretarias e seus conselheiros de meio ambiente, sindicatos rurais e empresas com atuação em Educação Ambiental e Mobilização Social no município que fazem interface com a questão hídrica e ambiental, foram realizadas entrevistas, distribuídas de acordo com as agendas e disponibilidades dos governos locais, entre os meses de outubro de 2019 e janeiro de 2020, roteirizadas a partir das pautas:

1. A estrutura administrativa institucional de meio ambiente e da Educação Ambiental;
2. As parcerias e projetos de meio ambiente e Educação Ambiental financiados por fundos de financiamentos;
3. As demandas relacionadas com a questão ambiental e de Educação Ambiental;
4. Os programas, projetos, iniciativas e planos de Educação Ambiental, Mobilização Social, resíduos sólidos, saneamento e turismo;
5. A situação dos conselhos de meio ambiente e turismo e os espaços de participação da população na construção de políticas públicas de meio ambiente e de Educação Ambiental e Mobilização Social.

Com produção de relatórios, as reuniões tiveram a duração média de duas horas (Figura 3).

Figura 3 - Entrevistas com as prefeituras da Bacia. Paraibuna (A), Areias (B), Taubaté (C) e Monteiro Lobato (D).



3.1.4 Aplicação de questionários para as prefeituras dos municípios da Bacia

Baseado nos indicadores da ANPPEA, foi elaborado e encaminhado um questionário às prefeituras (APÊNDICE C), a ser respondido por um técnico do governo local previamente indicado nas entrevistas, com questões abertas e de múltipla escolha, com alternativa para relatar especificidades. O propósito foi conhecer a estrutura administrativa institucional e a gestão da Política Pública de Educação Ambiental e Mobilização Social integrada aos recursos hídricos no município, envolvendo orçamento, recursos humanos e materiais, órgãos colegiados, planos de gestão, demandas, dentre outras.

3.1.5 Mapeamento de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia

O mapeamento das iniciativas, previsto no Termo de Referência, procurou conhecer os gestores e atores da Educação Ambiental para saber a dimensão das iniciativas no território. Os registros de onde se faz, quem faz e o que faz Educação Ambiental na Bacia buscaram a criação de uma rede para estabelecer um diálogo permanente e duradouro, para além do período de elaboração do plano.

A plataforma “RioParahyba” foi utilizada nesse processo para estabelecer interação digital com a comunidade por meio do formulário (APÊNDICE B), disponibilizado na plataforma, com objetivo de coletar e registrar dados sobre as iniciativas do território (políticas públicas, programas, ações, projetos e atividades, formais e não formais, sejam públicas, privadas ou da sociedade civil), sendo divulgado também pelas redes sociais do PEAMS através de link direto, sendo os dados coletados e registrados em um mapa dentro da própria plataforma.

3.1.6 Reuniões de Compartilhamento “Dedim de Prosa”

Os compartimentos, criados pelo CBH-PS, são subdivisões do território, objetivando agrupar municípios que apresentam proximidades geográficas, utilizado pelo PEAMS com objetivo de facilitar o acesso aos encontros que tiveram como objetivo promover a participação e a criação de espaço de fala e de diálogo entre poder público, empresas, organizações, entidades, atores da Educação Ambiental e população interessada para levantar informações sobre a situação da Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia sob a perspectiva desses agentes. No processo de trabalho, as reuniões de compartimentos foram renomeadas para reuniões de compartilhamento, com sete encontros realizados na fase diagnóstica do plano (Figura 4) em parceria com as prefeituras dos municípios-sede das reuniões, foram abertas à participação dos interessados em discutir a Política de Educação Ambiental no território.

Figura 4 - Municípios participantes de cada “Dedim de Prosa”..

MUNICÍPIO-SEDE DAS REUNIÕES DE COMPARTILHAMENTO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES
Paraibuna	Jambeiro, Paraibuna e Santa Branca.
Guararema	Caçapava, Guararema, Igaratá, Jacareí e Santa Isabel.
São Luiz de Paraitinga	Cunha, Lagoinha, Natividade da Serra, Redenção da Serra e São Luiz do Paraitinga.
Cachoeira Paulista	Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Guaratinguetá, Lavrinhas, Lorena, Queluz e Piquete.
São José do Barreiro	Areias, Arapeí, Bananal, São José do Barreiro e Silveiras.
São José dos Campos	Monteiro Lobato, São José dos Campos e São Francisco Xavier.
Taubaté	Aparecida, Pindamonhangaba, Potim, Roseira, Tremembé e Taubaté.

A partir de adaptação do método *World Café*³, os encontros foram denominados de “Dedim de Prosa”. Inicialmente, foram realizadas apresentações das autoridades, da proposta do plano (objetivos, metodologias, percurso) e do método “Dedim de Prosa” (Figura 5A). Em seguida, formava-se uma roda de conversa com todos os participantes, para apresentações individuais (Figura 5B), na qual era solicitado a cada um dizer o seu nome, instituição e o nome de um rio, córrego ou ribeirão da Bacia, além do Rio Paraíba do Sul, e o porquê citou aquele curso d'água para que, em seguida, acontecesse a dinâmica das canaletas (Figura 5C e 5D), adaptada de EMATER-PR (2000), na qual canos PVC cortados foram distribuídos para cada participante, para que juntos representassem um corpo hídrico, e uma bolinha, representando a água, era passada entre o “leito” formado pelas canaletas, não podendo cair. Algumas situações eram impostas, como a retirada de uma canaleta, ou a saída de um participante, e os demais deveriam se adaptar à situação e possibilitar o fluxo da bolinha (água) relacionando essas ações com as situações de intervenções ambientais às quais nossos rios estão sujeitos, com o objetivo de

³ O *World Café* é uma metodologia, adaptada de Raymundo, Brianezi & Sorrentino (2015), de conversação e diálogo, que consiste na formação de pequenos grupos de pessoas, dispostos em mesas, e na rotação dos participantes pelas mesmas em cada rodada. Ao final, as mesas apresentam suas conclusões. Esse método, em especial, propicia o diálogo e a criatividade no aprendizado com a diversidade.

incentivar a reflexão e trabalho em grupo sobre como podemos inferir e influenciar na dinâmica dos rios.

Os participantes foram divididos em quatro grupos/mesas e, em cada uma, foram apresentadas perguntas específicas a respeito da política de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia (Figura 5E):

1. Quais são os espaços de discussão para o desenvolvimento da Educação Ambiental? Quais as potencialidades e desafios dos processos de participação no Vale do Paraíba?
2. Qual a situação da Educação Ambiental nos municípios? Que Educação Ambiental encontramos nesse território?
3. O que é o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul e qual seu papel na gestão das águas?
4. Como o PEAMS poderá contribuir para o território e os municípios?

Os participantes passaram por todas as mesas (Figura 5F), onde realizaram-se registros integrais e sintetizados de todas as falas e, ao final, os pontos centrais dos diálogos foram apresentados para todos os presentes (Figura 5G).

Figura 5 - “Dedim de Prosa” com os municípios da Bacia. Paraíbauna (A), Guararema (B), São Luiz do Paraitinga (C), Cachoeira Paulista (D), São José do Barreiro (E), São José dos Campos (F) e Taubaté (G).



Além das reuniões de compartilhamento com os municípios da Bacia, foram realizados dois encontros inspirados no formato de “Dedim de Prosa” com as câmaras técnicas do CBH-PS na fase diagnóstica do plano, por demanda de seus membros, inicialmente não previstas no cronograma do projeto: um com a CT-EAMS (Figura 6A) e outro, proposto pelas câmaras técnicas de saneamento e restauração florestal, com participação das demais câmaras técnicas (Figura 6B e 6C).

Figura 6 - “Dedim de Prosa” com as câmaras técnicas do CBH-PS. Rodada de perguntas com a CT-EAMS (A), rodadas de perguntas com as câmaras técnicas do CBH-PS (B) e apresentação das respostas das câmaras técnicas do CBH-PS (C).



No encontro realizado com a CT-EAMS, no dia 31 de janeiro de 2020, foram apresentadas informações sobre a plataforma “RioParahyba” e o andamento do PEAMS, além de dados do levantamento sobre a distribuição de recursos e projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social financiados nos últimos 15 anos pelo FEHIDRO na Bacia, com objetivo de estimular a CT-EAMS a protagonizar a elaboração do PEAMS.

As questões que promoveram o debate nas mesas e na apresentação deste encontro foram:

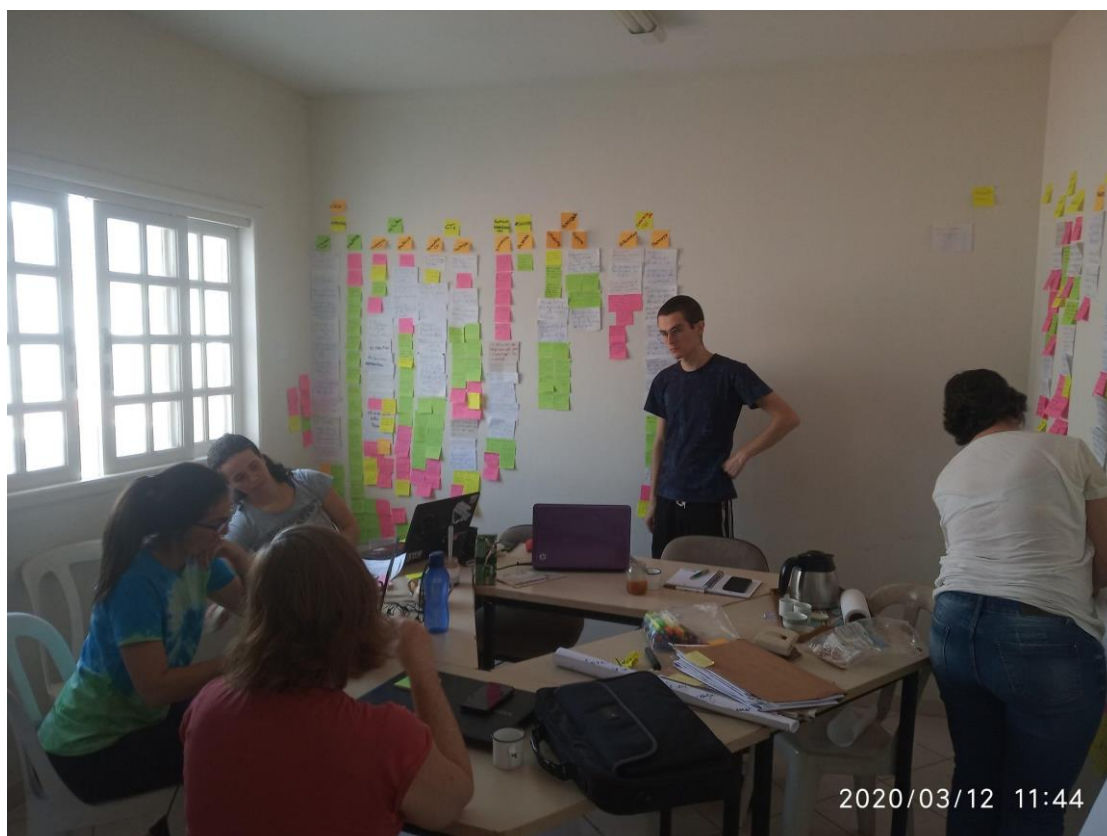
1. Como o PEAMS deve tratar a integração e a articulação do PDC 8 (capacitação e comunicação social) com os demais PDCs?
2. Com base nos gráficos, como o CBH-PS analisa a distribuição dos recursos financeiros para a Educação Ambiental no território do Vale do Paraíba?
3. Como o CBH-PS entende a sua participação na elaboração do PEAMS?
4. Qual é a Educação Ambiental que o CBH-PS promove na Bacia?
5. Qual o papel da CT-EAMS nas políticas públicas da Bacia?

No encontro “Dedim de Prosa”, realizado no dia 04 março de 2020, com todas as câmaras técnicas do CBH-PS, foram apresentados dados preliminares do diagnóstico do marco situacional da Bacia, com objetivo de integrar as câmaras técnicas do CBH-PS na construção do PEAMS. As questões utilizadas para conduzir as reflexões neste encontro, foram:

1. Como as câmaras técnicas podem promover ações integradas?
2. Como você entende a gestão participativa na elaboração e execução dos projetos das câmaras técnicas?
3. Quais são as dificuldades e potencialidades para a ação integrada de Meio Ambiente e Educação Ambiental nos projetos? Como superar as dificuldades?
4. Considerando os itens que tratam da Política Nacional de Educação Ambiental e de aspectos do diagnóstico da elaboração do PEAMS, como as câmaras técnicas entendem e visualizam a Educação Ambiental e Mobilização Social nos projetos de saneamento e restauração?

As informações levantadas nos “Dedim de Prosa” foram sistematizadas (Figura 7) a partir das temáticas apresentadas pelas falas dos próprios participantes, sendo divididas em categorias desenvolvidas pela equipe do PEAMS, de acordo com sua respectiva temática e direcionamento, e sintetizadas dialogando com os demais levantamentos.

Figura 7 - Sistematização dos dados levantadas nos “Dedim de Prosa”.



3.2 Comunicação do PEAMS

O planejamento da comunicação do PEAMS levou em conta o contexto do plano de trabalho técnico do plano. As fases do projeto foram articuladas com a agenda de publicações, produção de conteúdo, campanhas e demais ações implantadas de comunicação.

Foram criadas páginas no *Facebook* (“Águas do Parahyba”) e no *Instagram* (“@aguas_do_parahyba”), que foram gerenciadas diariamente durante todo o período de execução do projeto. O *WhatsApp* comercial do PEAMS foi outra ferramenta digital, utilizada para administrar as linhas de transmissão e os grupos para compartilhamento de todos os materiais produzidos. As mensagens de texto foram adaptadas pela equipe responsável para atender ao formato de cada instrumento de comunicação, que possibilitaram maior interação entre os interessados e a equipe, seja para sanar dúvidas sobre a utilização da plataforma “RioParahyba” ou para orientações gerais sobre o PEAMS.

3.2.1 Plataforma “RioParahyba”

A principal ferramenta de comunicação do PEAMS foi a plataforma interativa “RioParahyba”, que teve como objetivo geral estabelecer um processo permanente de interação digital com a comunidade, buscando ampliar e disseminar a agenda, as informações e o diálogo em cada etapa do plano.

O domínio (www.rioparahyba.com.br), nome da plataforma (“RioParahyba”), e suas características de operacionalização foram discutidas e aprovadas em conjunto com a CT-EAMS do CBH-PS. Escolheu-se para diferenciação a grafia antiga “Parahyba” com “hy”.

Também utilizada para ampliação da colaboração com o PEAMS, foi disponibilizado na plataforma um cadastro para “Colaborador do Território”, identificando atores locais e fomentando o compartilhamento de informações pelo território por meio desses mobilizadores, que tiveram acesso à ferramenta para escrever notícias e eventos, além de colaborar em uma agenda do território, denominada “Agenda Vale”.

3.2.2 Comunicação no levantamento de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social

O mapeamento das iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social do território, previsto no Termo de Referência do PEAMS, foi elaborado a partir das informações geradas pelo instrumento/questionário de coleta, compartilhado com os atores/realizadores via formulário *Google Forms*.

A campanha de chamamento de projetos foi feita pelas redes sociais do PEAMS (plataforma “RioParahyba”, *Facebook*, *Instagram*, *e-mails*, *WhatsApp* e linhas de transmissão), utilizando-se a lista de contatos construída pela equipe, desde o início do projeto, onde constam pessoas do poder público, iniciativa privada e sociedade civil.

Além de envio direto, foram realizadas buscas ativas por grupos no *Facebook* e páginas no *Instagram* de assuntos relacionados ao PEAMS, para que com eles também fossem compartilhadas a publicação, complementando a divulgação.

3.2.3 Tecnologia “Priorize”

Com *link* direto na plataforma “RioParahyba”, o Priorize, tecnologia para elencar prioridades e formar consensos, foi formatado para a participação e inserido na plataforma criada com o objetivo de mobilizar o público e ampliar o alcance da população da Bacia na participação da construção do marco situacional do PEAMS, disponibilizando uma página aberta ao público e outra direcionada para as câmaras técnicas do CBH-PS.

Pensada no início do PEAMS, a página voltada à população foi composta por quatro questões e uma galeria de fotos, onde os inscritos puderam participar enviando fotos da região da Bacia. Além de contribuir com sugestões, os participantes inscritos ainda contavam com o recurso de comentar e votar nas propostas com as quais mais se identificaram com limite de nove votos por dia, que poderia ser renovado diariamente e assim influenciar uma participação maior.

As questões que foram formuladas a partir da perspectiva da Educação Ambiental, Mobilização Social e Meio Ambiente na gestão de recursos hídricos da Bacia foram:

1. Melhores Práticas: elencar práticas exemplares;
2. Pode melhorar: sugestões de melhoria do que temos hoje na região;
3. Futuro: como você vê o futuro, é sustentável?
4. Prioridade: o que é prioritário para efetividade da Educação Ambiental?

Na área restrita exclusivamente aos integrantes da CT-EAMS, com as mesmas funções da página aberta ao público, as questões foram:

1. O que é Educação Ambiental? Como você entende este conceito?
2. Quais desafios da Educação Ambiental no Território? Qual o papel da Educação Ambiental na gestão integrada dos Recursos Hídricos?
3. Como a Educação Ambiental pode mobilizar as pessoas e levar a participação?

Todas as propostas foram numeradas e apresentadas de forma anônima, possibilitando uma maior liberdade para participação. Só eram identificados os usuários que faziam comentários nas propostas elencadas.

3.3 Análise dos dados a partir dos Eixos Temáticos

O mapeamento das iniciativas realizadas na Bacia, a partir do Termo de Referência do PEAMS, incluiu projetos com e sem apoio do CBH-PS, levantando dados com as principais lideranças, instituições e prefeituras dos municípios.

A divisão em eixos temáticos foi dada a partir dos resultados dos instrumentos utilizados para o diagnóstico, descritos no tópico 3.1 da metodologia: levantamento dos projetos financiados pelo FEHIDRO e das iniciativas da CT-EAMS.

Essa etapa visou conhecer o marco situacional da Educação Ambiental e Mobilização Social do território, sintetizando e analisando os dados nos eixos:

1. Governança do CBH-PS na Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia;
2. Políticas Estruturantes de Educação Ambiental e Mobilização Social;
3. Educação Ambiental e Mobilização Social na educação formal;
4. Espaços educadores da Educação Ambiental e Mobilização Social.

3.3.1 Eixo governança do CBH-PS na Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia

O eixo que trata a governança do CBH-PS nas ações de Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia foi estabelecido a partir dos dados das iniciativas implementadas pela CT-EAMS, levantamento dos projetos financiados pelo FEHIDRO, e “Dedim de Prosa”.

A análise da participação e do papel do CBH-PS na Bacia foi elaborada a partir de suas iniciativas, depoimentos, entendimentos e reflexões formuladas nos encontros “Dedim de Prosa” e pela análise de dados dos projetos financiados pelo FEHIDRO na Bacia. As informações geradas permitiram uma análise sobre a visão da população em relação ao CBH-PS.

3.3.2 Eixo políticas estruturantes de Educação Ambiental e Mobilização Social

O eixo das Políticas Estruturantes de Educação Ambiental e Mobilização Social se estabeleceu a partir dos instrumentos de levantamento de dados das prefeituras

dos municípios da Bacia, iniciativas e “Dedim de Prosa”, com base no Art. 3º da Lei 9795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental, o qual estabelece:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. (BRASIL, 1999).

Baseado nesses preceitos, a análise das Políticas Estruturantes de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia tem como um dos seus recortes a estrutura administrativa pública e seu engajamento na promoção e articulação de políticas de Educação Ambiental e Mobilização Social.

3.3.3 Eixo Espaços educadores da Educação Ambiental e Mobilização Social

O eixo Espaços educadores da Educação Ambiental e Mobilização Social, estabelecido a partir dos dados das iniciativas, questionários das prefeituras e “Dedim de Prosa”, foi fundamentado a partir da Lei 9.795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental:

Art. 13º. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. (BRASIL, 1999).

Assim, o processo de investigação da prática pedagógica de Educação Ambiental e Mobilização Social dos espaços educadores na Bacia deu-se a partir de iniciativas de espaços já instituídos, como Centros de Educação Ambiental (CEAs) e viveiros, e espaços de diálogo, como coletivos e conselhos.

3.3.4 Eixo Educação Ambiental e Mobilização Social na educação formal

O eixo Educação Ambiental e Mobilização Social na educação formal foi estabelecido a partir dos dados das iniciativas, questionários das prefeituras e “Dedim de Prosa”, tendo como base a definição do Art. 9º da Lei 9795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental, no qual “entende-se por Educação Ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas”.

Em razão disso, o eixo da Educação Ambiental e Mobilização Social na educação formal visou conhecer as iniciativas realizadas pelas redes de ensino da Bacia, considerando o papel das Secretarias de Educação municipais e estadual na elaboração e execução da Política de Educação Ambiental no sistema de ensino.

3.4 Construção do marco operacional

A construção do marco operacional segue uma sequência de passos metodológicos que vão da análise situacional ao Plano de Ação, passando pela elaboração de cenários e hierarquização de projetos, fundamentado pelos conceitos da Educação Ambiental e do seu fazer pedagógico (marco conceitual) e conectado com a realidade da região (marco situacional) para definir um conjunto de ações que visam a construção de um cenário normativo para a Bacia.

Dessa forma, o caminho de elaboração do marco operacional envolveu:

1. Síntese da situação da Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.
2. Construção do cenário normativo de Educação Ambiental e Mobilização Social para a Bacia;
3. Construção participativa das propostas de ações de Educação Ambiental e Mobilização Social na gestão de recursos hídricos por meio das oficinas virtuais “Dedim de Prosa” ;
4. Plano de Ação.

Portanto, a partir do marco conceitual, do cenário e das proposições de Educação Ambiental e Mobilização Social para a Bacia, elaborados por meio das

reflexões coletivas, construiu-se o Plano de Ação, definindo nele a estrutura lógica para cada proposta, com ações, metas, objetivos e indicadores, organizados hierarquicamente, conforme indicação do Termo de Referência do PEAMS.

3.4.1 Elaboração do cenário normativo e prognósticos da Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia

Os cenários tratam da descrição de um futuro – possível, imaginável ou desejável - e da trajetória que o conecta com a situação inicial do objeto de estudo (REGRA, 2013, p. 20). Dentre as várias propostas de construção de cenários, optou-se pela análise de cenários qualitativos, em que se descreve os possíveis cenários de uma forma reflexiva a partir de frases, textos, diagramas visuais e figuras, na qual:

Os cenários qualitativos são, dentre outras possibilidades, uma opção quando o objetivo é estimular ideias, quando comunicação e educação são um objetivo importante, quando vários pontos de vista sobre o futuro devem ser considerados, e/ou quando ferramentas de modelagem não estão disponíveis para análise quantitativa. (ALCAMO & HENRICHES, 2008, apud REGRA, 2013, p. 67)

Buarque (2003, p. 23), quando trata da caracterização de cenário, o define como desejado quando se aproxima das aspirações do plano futuro, refletindo a melhor previsão possível. O cenário desejado, ou normativo como é caracterizado, normalmente utilizado para o planejamento governamental, deve ser, ao mesmo tempo, tecnicamente plausível e politicamente sustentável.

O cenário desejado é a síntese do contraponto entre o presente (antítese) e as ideias e as utopias de uma sociedade em relação ao seu futuro, o que resulta num futuro tão próximo das aspirações quanto possível nas circunstâncias históricas determinadas. Desse modo, consiste num tratamento técnico e racional dos desejos, o qual recusa a simples probabilidade dos eventos futuros, mas também evita o voluntarismo descolado do mundo real. (BUARQUE, 2003, p. 23)

O cenário exerce um papel na orientação das ações para intervir e transformar a realidade em um futuro provável e exequível. Dessa forma, o marco operacional do PPP incorpora o estudo de cenário como ferramenta com o propósito de, conectado à realidade, orientar a trajetória das ações. O futuro expresso no PEAMS é uma construção social, na qual o cenário normativo orienta o processo de elaboração do prognóstico do plano.

O prognóstico e o Plano de Ação foram elaborados a partir de um processo de reflexão sobre o conjunto de ações prioritárias nos eixos temáticos da Educação Ambiental e Mobilização Social, com intuito de reverter a realidade de baixo impacto, promovendo conectividade e participação em iniciativas que se integram, se multiplicam e se desdobram em ações com potencial de transformação.

3.4.2 Construção participativa das propostas de Educação Ambiental e Mobilização Social

Em consonância com os marcos conceitual e situacional do PPP do PEAMS, foram executadas oficinas participativas com o objetivo de dialogar sobre o marco operacional e levantar novas propostas para a construção do Plano de Ação, visando a reflexão e proposições de ações, a partir dos problemas levantados no diagnóstico utilizando os eixos temáticos do PEAMS: Governança do CBH-PS na Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia, Políticas estruturantes na Educação Ambiental e Mobilização Social, Espaços educadores na Educação Ambiental e Mobilização Social e Educação formal na Educação Ambiental e Mobilização Social.

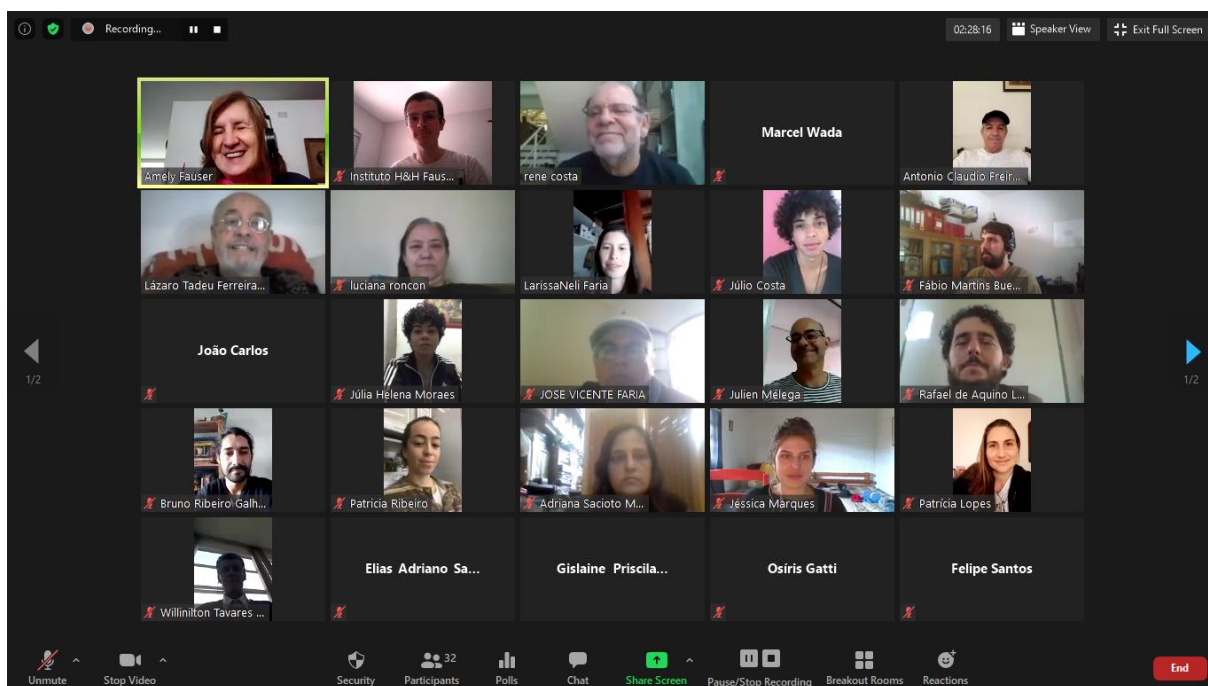
3.4.2.1 “Dedim de Prosa” virtual

Foram realizados quatro (4) “Dedim de Prosa” no formato digital com a CT-EAMS, abertos às demais câmaras técnicas do CBH-PS, dois (2) abertos ao público e um (1) com o terceiro setor, todos amplamente divulgados pela plataforma interativa “RioParahyba”, redes sociais do PEAMS e imprensa local e regional da Bacia.

Em respeito ao distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19, as oficinas participativas “Dedim de Prosa” foram realizadas à distância, via plataforma Zoom (Figura 8), seguindo a mesma metodologia dos encontros presenciais,

adaptando os diálogos realizados nas mesas temáticas à salas virtuais para cada um dos eixos temáticos. Após uma apresentação geral do marco conceitual e situacional do PEAMS, cada eixo foi discutido em uma sala diferente, permitindo que cada grupo de participantes alternassem entre si a cada 20 minutos. Cada proposta foi tratada e inserida em um quadro de cada eixo para o Plano de Ação, formado pelos problemas e sua respectiva ação.

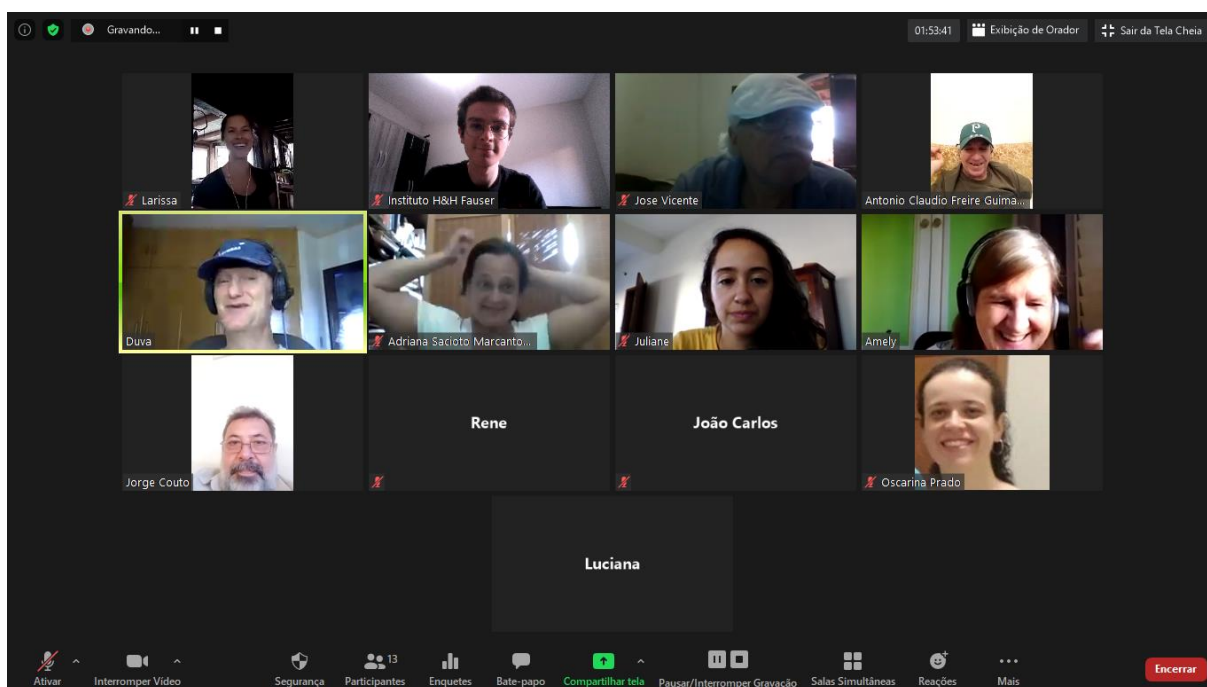
Figura 8 - “Dedim de Prosa” virtual com a população da Bacia.



3.4.2.2 Reuniões com o grupo de trabalho da CT-EAMS

Visando promover a articulação entre o Plano de Ação do PEAMS e seguir as orientações de seu Termo de Referência, dentre as quais, a integração com o plano de Bacias da UGRHI 02, foram realizados nove (9) encontros entre a equipe técnica de elaboração do PEAMS e o Grupo de Trabalho de acompanhamento do plano, formado por integrantes da CT-EAMS (Figura 9). Esses encontros trataram dos seguintes temas: plano de ação, diretrizes, ações prioritárias, hierarquização e monitoramento. A reflexão coletiva possibilitou “lapidar” as propostas relativas aos eixos temáticos e acertar a integração do Plano de Ação do PEAMS com os documentos de orientação e de referência de seu Termo de Referência.

Figura 9 - “Dedim de Prosa” virtual com o Grupo de Trabalho da CT-EAMS.



3.4.3 Plano de Ação

Com base no Termo de Referência, a etapa do Plano de Ação do PEAMS, para horizontes de 1 a 5 anos (curto prazo) e de 6 a 10 anos (médio prazo), envolveu a construção de:

1. Diretrizes norteadoras das ações do PEAMS;
2. Ações prioritárias do PEAMS.
3. Plano de ação: Marco estrutural do PEAMS;
4. Hierarquização;
5. Indicadores de avaliação.

3.4.3.1 Diretrizes do PEAMS

As diretrizes do PEAMS são normas que orientam o plano de ação e, conseqüentemente, os projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social na gestão de recursos hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul a serem submetidos ao

FEHIDRO, elaboradas a partir da análise integrada do marco conceitual, do documento do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), da lei estadual de Educação Ambiental (Lei 12780/07) e da Deliberação CRH nº 231 de 2019.

Dessa forma, as diretrizes foram definidas considerando o conceito de Educação Ambiental cidadã do tópico “4.3 A Educação Ambiental para a cidadania” e os princípios do Programa Nacional de Educação Ambiental, ressaltando:

- I - Enfoque humanista, holístico, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório.
- II - Compromisso ético com a cidadania e justiça socioambiental.
- III - Vinculação entre as diferentes dimensões de saberes e conhecimentos; entre os valores éticos e estéticos; entre a educação, o trabalho, a cultura, a tecnologia e as práticas sociais.
- IV - Respeito ao pluralismo de ideias, concepções pedagógicas e práticas sociais, com a perspectiva da abordagem crítica.
- V - Garantia de processos educativos articulados, continuados e permanentes.
- VI - Coerência entre o pensar, o falar, o sentir e o fazer. (PRONEA, 2005).

As diretrizes da Deliberação 231/19 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para a elaboração dos programas de Educação Ambiental das Bacias Hidrográficas e para o desenvolvimento de projetos e ações de Educação Ambiental, que dentre outras estabelece:

- II - utilização de linguagem clara e acessível, bem como de metodologias que respeitem as especificidades dos diferentes públicos envolvidos;
- IV - promoção de processos formativos voltados à elaboração e monitoramento da execução de projetos de educação ambiental na gestão integrada de recursos hídricos, bem como desenvolvimento de indicadores de avaliação de implementação e execução dos projetos;
- VI - utilização diversificada de tecnologias e mídias de comunicação que respeitem a diversidade de condições de acesso, bem como possibilitem a participação à distância dos diferentes atores sociais em reuniões e encontros técnicos;
- VII - estímulo à comunicação em redes e ao fortalecimento do intercâmbio de experiências, troca de informações e conhecimento entre todas as instâncias integrantes do SIGRH;

IX - integração com os Sistemas Estadual e Municipal de Ensino, respeitando legislações e orientações específicas e considerando a necessidade de articulações prévias para o desenvolvimento de projetos e ações de educação ambiental;

X - relação com os instrumentos da política de recursos hídricos. (SÃO PAULO, 2019,)

A Lei Estadual de Educação Ambiental, que em seu artigo 9º define, dentre outros, os seguintes objetivos da Política de Educação Ambiental:

I. a construção de uma sociedade ecologicamente responsável, economicamente viável, culturalmente diversa, politicamente atuante e socialmente justa;

II. o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, históricos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, tecnológicos e éticos;

III. a garantia da democratização e a socialização das informações socioambientais;

VI. o incentivo à participação comunitária ativa, permanente e responsável na proteção, preservação e conservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

IX. o fortalecimento da integração entre ciência e tecnologia, em especial o estímulo à adoção de práticas sustentáveis que minimizem os impactos negativos sobre o ambiente;

X. o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade;

XI. o desenvolvimento de programas, projetos e ações de Educação Ambiental integrados ao ecoturismo, mudanças climáticas, ao zoneamento ambiental, à gestão dos resíduos sólidos e do saneamento ambiental, ao gerenciamento costeiro, à gestão da qualidade dos recursos hídricos, e uso do solo, do ar, ao manejo dos recursos florestais, à administração das unidades de conservação e das áreas especialmente protegidas, ao uso e ocupação do solo, à preparação e mobilização de comunidades situadas em áreas de risco tecnológico, risco geológico e risco hidrológico, ao desenvolvimento urbano, ao planejamento dos transportes, ao desenvolvimento das atividades agrícolas e das atividades industriais, ao desenvolvimento de tecnologias, ao consumo e à defesa do patrimônio natural, histórico e cultural. (SÃO PAULO, 2018).

3.4.3.2 Ações prioritárias do PEAMS

As ações prioritárias do Plano de Ação foram elaboradas a partir da análise e formatação das propostas advindas dos “Dedim de Prosa”, visando o fortalecimento da política pública de Educação Ambiental e Mobilização social da Bacia e definidas em função dos seguintes critérios:

1. Veiculação da proposta de ação em várias oficinas “Dedim de Prosa”, demarcando, dessa forma, como proposta de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia;
2. Promoção de conectividades e integração entre programas, projetos e ações de Educação Ambiental e Mobilização Social;
3. Desencadeamento de desdobramentos em outras ações de Educação Ambiental e Mobilização Social no território.

3.4.3.3 Hierarquização

A hierarquização trata dos critérios de avaliação dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social submetidos ao FEHIDRO para o pleito de recursos, visando a análise e avaliação das iniciativas apresentadas. Esses critérios foram elaborados a partir da análise conjunta do Plano de Ação e das diretrizes do PEAMS. Cada critério elencado apresenta uma variação de possibilidades com respectiva pontuação, podendo chegar no máximo a 4 (quatro) pontos.

3.4.3.4 Indicadores de monitoramento

Os indicadores de monitoramento são medidas que permitem identificar e avaliar o processo de execução do PEAMS no território pelo CBH-PS a partir da CT-EAMS. Assim, foram selecionados indicadores que possam recolher informações significativas para análise e avaliação do PEAMS. Foram definidos nos encontros entre a equipe técnica de elaboração do plano e o Grupo de Trabalho da CT-EAMS dois instrumentos de monitoramento:

1. Averiguação do cumprimento das ações e das metas do Plano de Ação do PEAMS, observando os indicadores de resultados, que possibilitam acompanhar o processo de execução do plano ao longo dos anos;
2. Levantamento de dados quantitativos e qualitativos dos projetos apresentados e aprovados pelo FEHIDRO, buscando acompanhar e avaliar a implementação do PEAMS por meio:
 - A. Da contribuição do PEAMS no incremento das iniciativas aprovadas pela CT-EAMS e pelo agente técnico de Educação Ambiental e Mobilização Social do CBH-PS;
 - B. Do papel do PEAMS na descentralização geográfica das iniciativas. O mapeamento dos projetos na Bacia visa averiguar o efeito do plano na descentralização dos recursos de FEHIDRO;
 - C. Do número e da distribuição geográfica das ações prioritárias do Plano de Ação aprovadas pelo FEHIDRO. As ações prioritárias são promotoras de desdobramento e multiplicação de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social, tornando-se, portanto, parâmetro para essa análise na Bacia.

Esses dados, organizados e analisados, irão formar um relatório da situação anual da Educação Ambiental e Mobilização Social promovida pelo CBH-PS. Em cinco anos, a CT-EAMS promoverá uma avaliação detalhada, a partir desses dados, para avaliar o impacto do PEAMS na construção da Política de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia.

4. MARCO CONCEITUAL

O marco conceitual do PEAMS é constituído a partir de seu Termo de Referência e documentos indicados como: Plano de Bacias, Relatório Situacional, resoluções do CBH-PS e legislação vigente.

4.1 Histórico do movimento ambiental

Da Conferência de Estocolmo, marco inicial da mobilização das nações do mundo para o enfrentamento da crise socioambiental, passando pelas Conferências de Tbilisi (1977) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992 no Rio de Janeiro (EcoRio 1992), até a Conferência do Rio +20 (2012), e outras, a Educação Ambiental vem construindo e se fortalecendo como um dos caminhos para a construção de sociedades sustentáveis.

No Brasil, o movimento ambiental se insere na luta pela redemocratização, que culminou com a Constituição de 1988, tornando-se um marco da política ambiental o Artigo 225, que estabelece: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). O referido artigo, em seu parágrafo primeiro, ainda estabelece a Educação Ambiental como um direito constitucional: “Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: VI – promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

A lei da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, Lei 9795/99), regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02, conceitua a Educação Ambiental e reafirma o seu direito em todos os níveis e modalidades, em caráter formal e não formal:

Art.1º. Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º. A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos

os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999).

No percurso de consolidação da Educação Ambiental, construiu-se um marco legal e institucional que incorporou princípios, diretrizes e objetivos tanto das conferências como dos estudos, das reflexões e das proposições das universidades, órgãos governamentais, organizações não governamentais, dentre outros. Sustentabilidade, abordagem holística e multidimensional, metodologias participativas, Educação Ambiental integrada à gestão ambiental, respeito à pluralidade, democratização das informações, estímulo à cooperação, fortalecimento da cidadania e da autodeterminação, visão globalizada e contextualizada, dentre outros, são fundamentos historicamente construídos por meio das práticas, das discussões e dos encontros, que foram incorporados à base legal da Educação Ambiental (Brasil, Lei 9795/99; São Paulo, Lei 12780/07).

Artigo 9º - São objetivos fundamentais da Educação Ambiental no Estado de São Paulo:

XI - o desenvolvimento de programas, projetos e ações de Educação Ambiental integrados ao ecoturismo, mudanças climáticas, ao zoneamento ambiental, à gestão dos resíduos sólidos e do saneamento ambiental, ao gerenciamento costeiro, à gestão da qualidade dos recursos hídricos, e uso do solo, do ar, ao manejo dos recursos florestais, à administração das unidades de conservação e das áreas especialmente protegidas, ao uso e ocupação do solo, à preparação e mobilização de comunidades situadas em áreas de risco tecnológico, risco geológico e risco hidrológico, ao desenvolvimento urbano, ao planejamento dos transportes, ao desenvolvimento das atividades agrícolas e das atividades industriais, ao desenvolvimento de tecnologias, ao consumo e à defesa do patrimônio natural, histórico e cultural (SÃO PAULO, 2007).

Dessa forma, esses fundamentos delinearão a definição de Educação Ambiental adotada para referenciar todo o processo de elaboração do PEAMS. Entende-se aqui que a Educação Ambiental é um processo de formação formal, não formal e/ou informal mediado pela realidade, envolvendo os participantes no estudo temático socioambiental, objetivando proporcionar compreensão multidimensional, contextualizada e crítica das questões relacionadas ao tema,

permitindo, assim, a construção de conceitos, valores e ações/práticas no exercício da cidadania ativa, com foco nas questões ambientais, rumo às sociedades sustentáveis.

4.2 A pluralidade do desenvolvimento sustentável

Em artigo “Educação Ambiental: possibilidades e limitações”, Sauv  (2005) faz uma crítica a Educa o Ambiental a serviço de um modelo de desenvolvimento sustentável único, hegem nico e salvador do planeta, que continua tendo na economia uma entidade   parte e preponderante, e o meio ambiente uma reserva de recursos a serem explorados em fun o de um modelo de desenvolvimento/crescimento sustentável. Sauv  (2005) questiona:

Não haverá um equívoco quando se confunde a estratégia do desenvolvimento sustentável com um projeto de sociedade, e quando se impõe o enquadramento de toda a educa o, em todos os países, em fun o dessa visão de mundo tornada hegem nica? (SAUVÉ, 2005, p. 320).

Um projeto de sociedade hegem nico, no qual a rela o com o mundo está limitada a uma dinâmica de gestão de recursos naturais, tende a excluir formas de organiza es diferenciadas, que não se enquadram nesse modelo, como as popula es caiçaras, os grupos indígenas, o caipira, enfim as popula es tradicionais de uma forma geral.

O meio ambiente   compartilhado pelas diferentes expressões de vida em interatividade e interdependência, que resulta em um espaço essencialmente complexo. Os vários modos da humanidade em alcançar esse espaço e de a ele vincular-se, situam a Educa o Ambiental em um tecido cultural/ambiental diverso, heterog neo e complexo (SAUVÉ, 2005). Em um território tão extenso e díspar quanto o Vale, abarcando áreas urbanas e rurais, comportando atividades com alta tecnologia e vilas com práticas tradicionais, o Rio Paraíba do Sul   o componente de integra o, que dialoga com tudo e todos.   primazia   Educa o Ambiental, no enfrentamento dos problemas que afetam a qualidade das águas da Bacia, reconhecer e valorizar a pluralidade e a diversidade cultural que se expressam nesse território. O trilhar da

sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável, nessa perspectiva, é múltiplo e diverso. Não existe somente um modelo, uma técnica, um jeito de fazer as coisas.

Não queremos negar o desenvolvimento sustentável, que já está arraigado na Educação Ambiental como perspectiva a ser alcançada, mas o problematizar como um projeto a ser concretizado visando à melhoria da nossa relação com o ambiente, cujo significado a Educação Ambiental ajuda a construir, em função das características de cada contexto em que intervém e em função de sua práxis (SAUVÉ, 2005).

Assim, a convergência da Educação Ambiental encontra-se em contexto mais amplo do que um único modelo de desenvolvimento sustentável a ser alcançado: ela está na educação para a cidadania. Referimo-nos à Educação Ambiental para a formação de cidadãos capazes de fazer uma leitura crítica da realidade e atuar sobre ela, pautada em valores de solidariedade, de equidade, de respeito à diferença e à diversidade por meio de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas (JACOBI, 2005). Nessa perspectiva, a Educação Ambiental para a cidadania contribuirá na construção e no fortalecimento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, sociedades sustentáveis, respeitando a pluralidade cultural, o meio ambiente e todos os seres vivos que habitam o planeta Terra e recursos disponíveis.

4.3 A Educação Ambiental para a cidadania

A iniciativa da Educação Ambiental para a cidadania está associada a um processo constante de reflexão crítica da realidade. O processo de reflexão sobre a realidade é efetivo quando a realidade é problematizada num movimento dialógico entre os envolvidos. A problematização promove a instigação, a conversa, a escuta, a reflexão, em suma o diálogo entre saberes de diversos tipos – científicos, de experiência, tradicionais e populares. E é nesse processo problematizador e dialógico que a realidade ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente (FREIRE, 2013). Enfim, a problematização dialógica ativa a cognição dos sujeitos em função das interações entre saberes, promovendo a reelaboração de significados e, conseqüentemente, de uma releitura da realidade.

Esse tratamento metodológico evidencia os problemas e a realidade de forma sistêmica, transversal e interdisciplinar. Nesse, os saberes estão unidos e a realidade tem caráter multidimensional conforme preconizam a legislação e os documentos e programas institucionais da política de Educação Ambiental.

A Educação Ambiental para a cidadania, na qual a construção do conhecimento se estabelece na esfera coletiva, política e problematizadora da realidade, visualiza a formação de sujeitos que mobilizam competências para a tomada de decisão, de forma autônoma, compartilhada e solidária. Assim, a Educação Ambiental para a cidadania, para além da abordagem naturalista e de sensibilização, é estratégica para o fomento da participação e mobilização de indivíduos e grupos sociais na construção de políticas de recursos hídricos e de conservação e requalificação ambiental, visando à formação de uma relação mais harmônica com o mundo.

4.4 Mobilização Social

Ao tratar da importância da Mobilização Social como um indicador na participação e construção coletiva de uma política pública, Raymundo *et al.* (2019, p. 14) cita que “é necessário que indivíduos e atores sociais sejam convidados, sensibilizados, engajados e comprometidos em alcançar o objetivo comum, portanto, é preciso que tenha alguma estratégia de mobilização”.

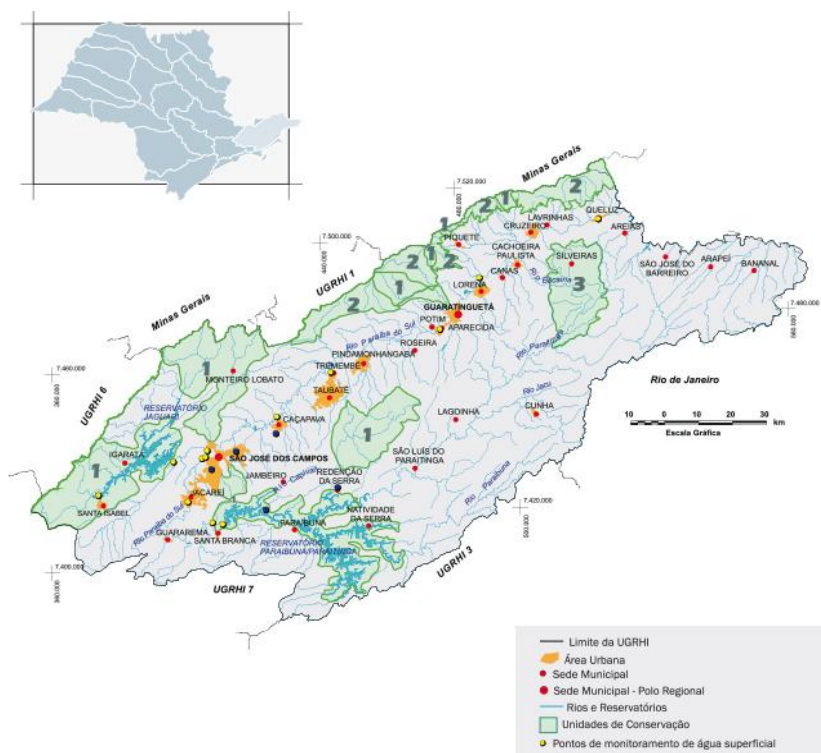
Segundo Toro & Werneck (1996, p. 5), a participação na mobilização dá-se a partir da motivação e visão do indivíduo ao se sentir responsabilizado e capaz ou não na perspectiva de mudanças em sua sociedade para um propósito coletivo, orientado e duradouro, na construção de um projeto futuro, onde:

A mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações. O que dá estabilidade a um processo de mobilização social é saber que o que eu faço e decido, em meu campo de atuação cotidiana, está sendo feito e decidido por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos. (TORO e WERNECK, 1996, p. 5).

4.5 A Bacia da UGRHI 02 Paraíba do Sul

A Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Rio Paraíba do Sul (UGRHI 02 Paraíba do Sul), gerenciada pelo CBH-PS, é composta por 34 municípios, sendo eles: Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santa Isabel, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, Silveiras, Taubaté e Tremembé; contando também com trechos nos municípios de Arujá, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Salesópolis, da UGRHI 06 Alto Tietê. Os principais rios da Bacia são: Paraibuna, Paraitinga, Jaguari, Una, Buquira/Ferrão, Embaú/Piquete, da Bocaina e Pitangueiras/Itagaçaba; com reservatórios Paraibuna/Paraitinga, Santa Branca e Jaguari (PORTAL CBH-PS, 2020) (Figura 10).

Figura 10 - Mapa da Bacia da UGRHI 02 Paraíba do Sul.



Fonte - Portal CBH-PS, 2020.

A Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei 7.663/91) estabelece que o “Plano de Recursos Hídricos de Bacia” é o instrumento de gestão dos recursos hídricos que define a sua utilização, de modo a garantir a disponibilidade e a qualidade

adequada para atender aos diferentes tipos de uso, estabelecendo medidas para sua proteção e conservação.

A degradação da qualidade ambiental e, em especial, dos recursos hídricos tem relação direta com o modo de vida da sociedade no espaço. E para compreendê-la e saná-la, é necessária uma análise na perspectiva da complexidade, visando entender os seus vínculos e inter-relações.

O Plano da Bacia da UGRHI 02 Paraíba do Sul apresenta em seu diagnóstico uma degradação ambiental de espectro variado, que afeta a qualidade das águas e o bem-estar da população no território, apresentando no plano de ação um conjunto de metas, ações e investimentos para o enfrentamento desses problemas.

Considerando a necessidade de conferir aos planos de Bacias e ao conjunto de ações neles previstos, a sustentabilidade, a adesão e participação social, a Educação Ambiental e Mobilização Social foram incorporadas na gestão de recursos hídricos. Dentre as legislações vigentes de promoção e fortalecimento das mesmas, encontra-se a resolução nº 98/09 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que “estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos”, prevendo que:

Art. 7º. Os programas de educação ambiental dirigidos à Gestão Integrada de Recursos Hídricos devem buscar a integração entre os entes responsáveis pela implementação das Políticas de Meio Ambiente, Educação Ambiental e de Recursos Hídricos. (BRASIL, 2009).

A integração da Educação Ambiental e Mobilização Social à gestão integrada dos recursos hídricos dá-se a partir do entendimento de que o enfrentamento dos problemas socioambientais e os desafios apresentados pelo cotidiano estão muito além de uma visão e uma intervenção técnica ao contribuir tanto para qualificar a política de meio ambiente como para melhorar a relação da comunidade com o seu entorno.

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental e Mobilização Social para a Cidadania deve assumir dois compromissos concomitantes em relação aos planos de Bacia: integração à gestão ambiental no território de forma articulada, incentivando a

participação nas iniciativas locais; e promoção de espaços de reflexão e proposições para a superação dos problemas e conflitos socioambientais e a melhoria dos recursos hídricos e da qualidade de vida.

Dessa forma, o PEAMS, visando a integração com o Plano de Bacia da UGRHI 02 no que se refere ao seu relatório da Situação dos Recursos Hídricos de 2019, deve considerar em seu plano de ação iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social tratando dos objetos/temas como o uso racional da água; gestão dos resíduos sólidos no que se refere à prevenção e redução na geração de resíduos, à coleta seletiva, à reciclagem e à destinação ambientalmente adequada dos rejeitos; saneamento de esgotamento para as comunidades rurais; implantação de estação de tratamento de esgoto; restauração florestal; drenagem relacionadas com projetos de minimização das enchentes; plano de drenagem municipal e qualificação ambiental do rio Buquira em São José dos Campos e do Rio Paraíba do Sul, em Aparecida.

5. MARCO SITUACIONAL

O marco situacional do PEAMS é formado pelo diagnóstico da Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia nos últimos 15 anos, com base nos resultados dos instrumentos de pesquisa e levantamento de informações e analisados pela perspectiva dos eixos temáticos.

5.1 Tecnologia “Priorize” no diálogo de perspectiva de possibilidades da Educação Ambiental e Mobilização Social na gestão dos recursos hídricos da Bacia

O recurso da tecnologia de engajamento “Priorize”, inserido na plataforma “RioParahyba”, teve como objetivo ampliar a participação da população da Bacia para além dos encontros presenciais. O “Priorize” é um ambiente da plataforma, no qual o público apresenta e vota em propostas a serem tratadas no plano. Na página aberta ao público, foram registrados 118 participantes, 96 propostas/projetos e 829 votos; e na página direcionada aos membros das câmaras técnicas do CBH-PS, houve participação de 23 pessoas, com 41 propostas e 479 votos.

Entre as questões levantadas na área aberta ao público, segue um resumo das respostas mais votadas:

“1. Melhores Práticas: Elencar práticas exemplares”, entre as respostas dadas encontramos uma divisão ocasional de sugestões de “critérios” e de “ações”. Entre as propostas de “critérios”, a mais votada foi:

- A. Devem ser participativas e ir até as comunidades identificar as reais necessidades, estimular a compreensão da relação da água com a vida e a importância de valores coletivos de cuidado com o Rio Paraíba do Sul. É um processo de ação e reflexão que mobiliza as pessoas para uma intervenção”, e “isso implica em participar no desenho das políticas e em considerar o específico em cada território“, alinhando “Ecologia, Desenvolvimento e Sustentabilidade”.

Na mesma questão 1: “Melhores Práticas: Elencar práticas exemplares”, as ações, tanto regionais quanto municipais, mais votadas foram:

- A. (Proposta de) PSA HÍDRICO robusto e consolidado para toda a bacia (foco maior nas cabeceiras) como política pública concomitante implantação dos corredores ecológicos e planos municipais de Mata Atlântica;
- B. Compostagem é um exemplo histórico de tratamento ambientalmente adequado do lixo (passível de ser) passar isso geração a geração;
- C. Movimento Nascentes do Paraíba, como exemplo de mobilização da população em prol do Rio Paraíba, principalmente das cabeceiras;
- D. Curso da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social, que por ser realizado em vários municípios e congregar alunos de toda a Bacia, lida com essa complexidade de maneira criativa e eficiente;
- E. Viveiro Municipal de Jacareí: trilha ecológica com alunos da rede municipal.

As mais votadas na questão 2: “Pode melhorar: Sugestões de melhoria do que temos hoje na região” foram:

- A. Que os projetos FEHIDRO submetidos por prefeituras fossem antes discutidos e aprovados por colegiados municipais como Conselho de Meio Ambiente, Comitê das Águas Municipais, etc, e melhorar a comunicação do poder público com ONGs e projetos locais;
- B. Melhorar planejamento e implementação de parques e ações de recuperação de florestas nativas.

A resposta mais votada, com 72%, da questão 3: “Futuro: Como você vê o futuro, é sustentável?” foi:

- A. É necessário efetivar a Agenda 2030 como instrumento de gestão ambiental aos municípios para que o vínculo e sistematização das ações ambientais ocorram em todo o território. Sair do pontual e assumir a ação em rede. Educação ambiental integrada por todos os seguimentos da sociedade e desenvolver uma prática que seja voltada para as políticas de gestão ambiental, que dê autonomia para os participantes e integre e respeite o

conhecimento tradicional. Mas como efetivar isso? Precisamos ter espaços de educação ambiental devidamente adequados a cada cidade, afinal, cada lugar é um lugar.

A questão 4: “Prioridade: O que é prioritário para efetividade da Educação Ambiental?” teve como respostas mais votadas:

- A. Recuperação de florestas nativas;
- B. Educação para os direitos dos animais e posse responsável;
- C. Arborização urbana; tratamento de esgoto e saneamento; e
- D. O papel social da Educação Ambiental como prioridade dos gestores para resolução de problemas atuais e evitar problemas futuros.

Na área direcionada aos integrantes das câmaras técnicas do CBH-PS, criada para melhor compreensão da visão dos membros sobre Educação Ambiental e Mobilização Social, a questão 1: “O que é Educação Ambiental? Como você entende este conceito?” teve entre suas principais respostas:

- A. Educação Ambiental é processo de ação crítica e participação coletiva para construir sociedades sustentáveis dentro dos pilares social, econômico e ambiental;
- B. Ferramenta de ensino e aprendizagem, que deve ser utilizada para sensibilizar, conscientizar e provocar mudanças de comportamento individual e coletivo, em favor da manutenção e preservação de ecossistemas;
- C. É processo formativo do indivíduo que deve estabelecer diálogo com instrumentos de gestão contribuindo com a qualidade da água;
- D. É processo de capacitação e reconhecimento de valores com objetivo de modificar atitudes em relação ao meio, é um processo de educação, responsável por tornar os indivíduos empoderados dos problemas ambientais e da necessidade de buscar soluções para amenizar esses problemas.

Na questão “Quais desafios da Educação Ambiental no Território? Qual o papel da Educação Ambiental na gestão integrada dos Recursos Hídricos?”, os membros levantaram as seguintes propostas:

- A. Aplicação de maneira prática, vivenciada, sistêmica;
- B. Ação conjunta entre as comunidades em geral, os empresários e os educadores ambientais;
- C. Definição de investimentos focados nas problemáticas;
- D. Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais, processos educadores com toda a sociedade;
- E. Superar a lentidão de sua construção, atingir efetivamente seu público-alvo, seja na abordagem, seja na mudança de atitude deste público;
- F. Efetivar a participação dos gestores e da sociedade civil organizada dentro da pauta, formação de conexões que promovam a sustentabilidade, responsabilidade e responsabilização;
- G. O tamanho e a diversidade do território é um grande desafio, um olhar integrador de ações, com a somatória dos esforços dos diversos agentes para o alcance de objetivos comuns e prioritários;
- H. O reconhecimento da importância da EA para o futuro da região, para diversidade cultural do Vale;
- I. Efetivar a gestão de recursos hídricos.

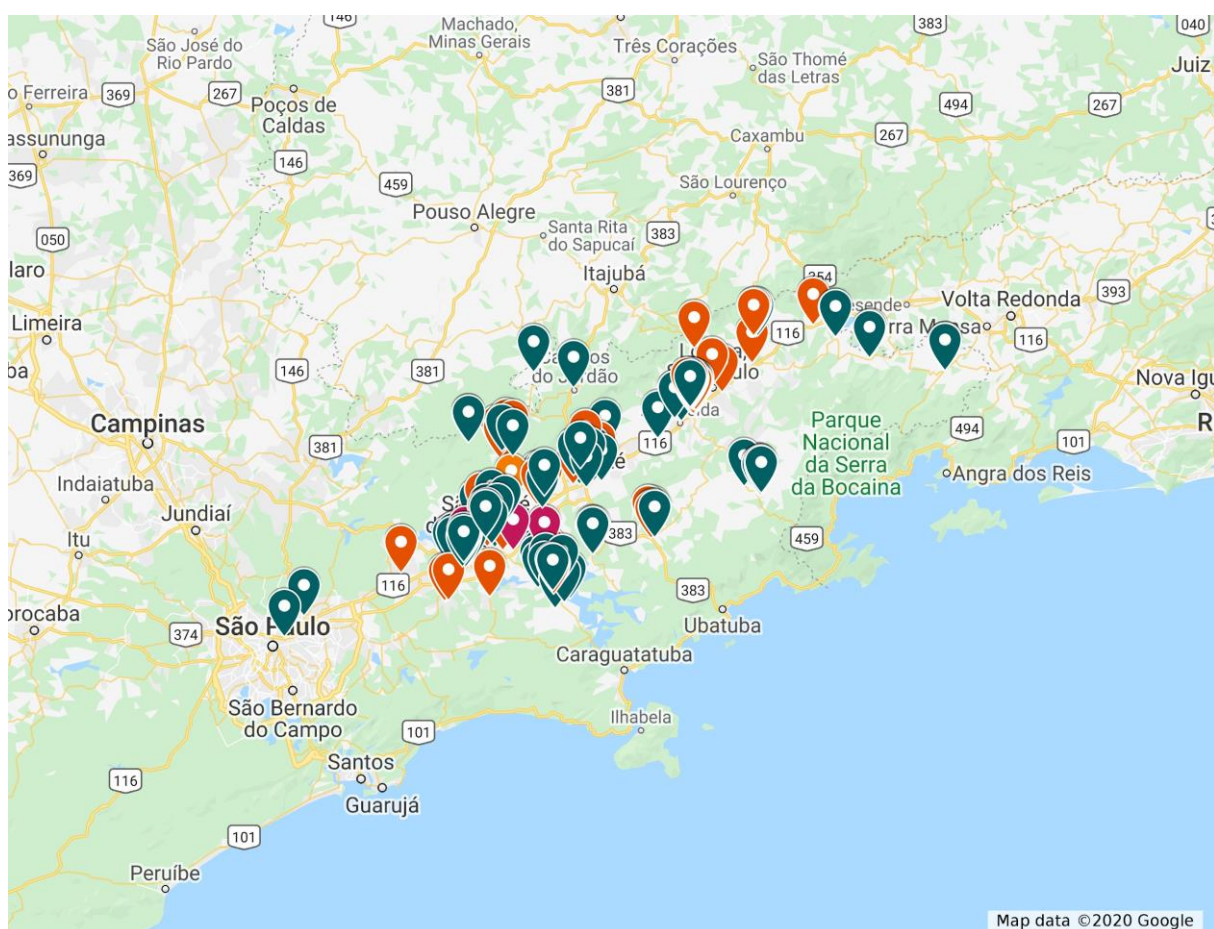
Na questão 3: “Como a Educação Ambiental pode mobilizar as pessoas? Levar a participação?”, as respostas foram:

- A. Por meio de mobilização local continuada, campanhas permanentes;
- B. Por meio de aplicações práticas, linguagem acessível e debate amplo;
- C. Estimular o pertencimento.

5.2 Mapeamento de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia

Com a metodologia do "formulário de iniciativas", até o fechamento da fase diagnóstica do projeto, em agosto de 2020, foram mapeadas 164 iniciativas da Bacia, envolvendo Educação Ambiental, Mobilização Social, Meio Ambiente e recursos hídricos, disponibilizadas no mapa da plataforma "RioParahyba" (Figura 11).

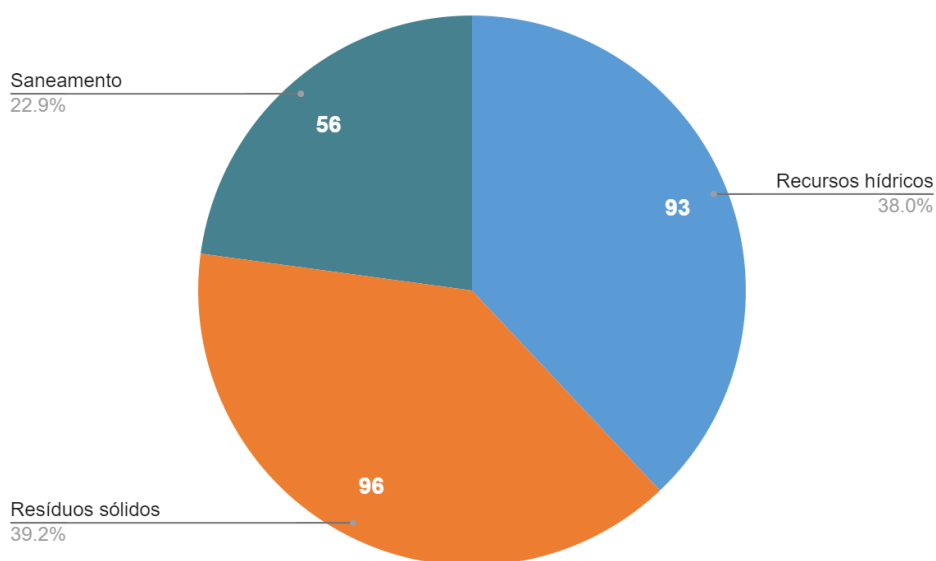
Figura 11 - Mapa das 164 iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia levantadas na plataforma "RioParahyba".



Fonte - Google Maps, 2020.

O levantamento das iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia mostrou que o tema de recursos hídricos está presente em 38%, resíduos sólidos em 39,2% e saneamento em 22,9% (Figura 12). Isso demonstra a preocupação com os recursos hídricos na Bacia e a existência de ações em Educação Ambiental para o tratamento da questão.

Figura 12 - Presença de recursos hídricos, resíduos sólidos e saneamento nas temáticas das iniciativas da Bacia.



Das iniciativas, 12,8% informaram que desenvolveram ações sem recurso financeiro e 42,7% com algum recurso (Figura 13). Das ações com financiamentos, 23,3% informaram que os recursos são de financiamento público, 25,85% de iniciativas privadas, 17,2% financiamento misto (público e privado), 6,7% oriundos de doações, economia colaborativa, patrocínios e outros (Figura 14). O gráfico sobre dificuldades e ameaças para a realização da iniciativa, mostrou que 13,7% tiveram escassez de recursos (Figura 15). Esses dados indicam a importância do sistema de financiamento público e privado para o desenvolvimento de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia.

Figura 13 - Porcentagem das iniciativas que tiveram investimento financeiro.

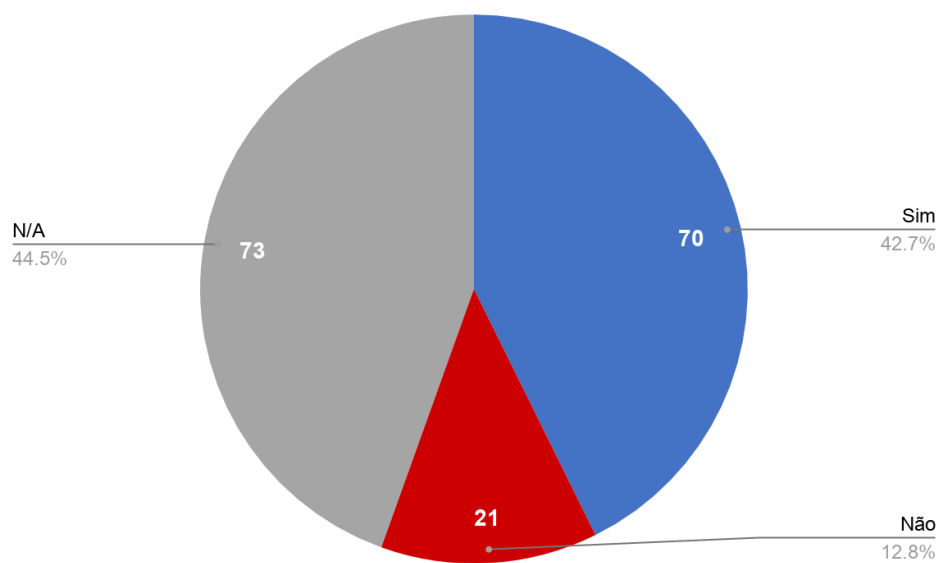


Figura 14 - Origem do financiamento das iniciativas.

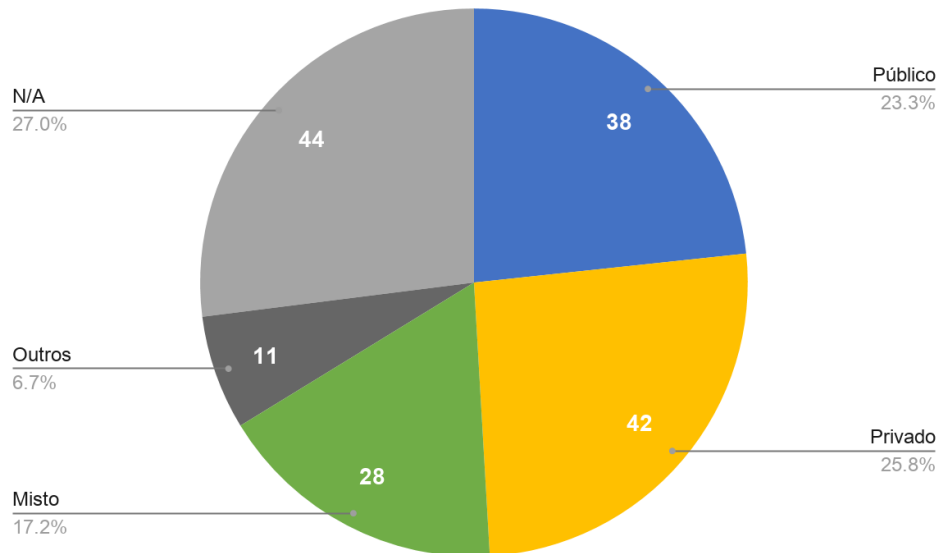
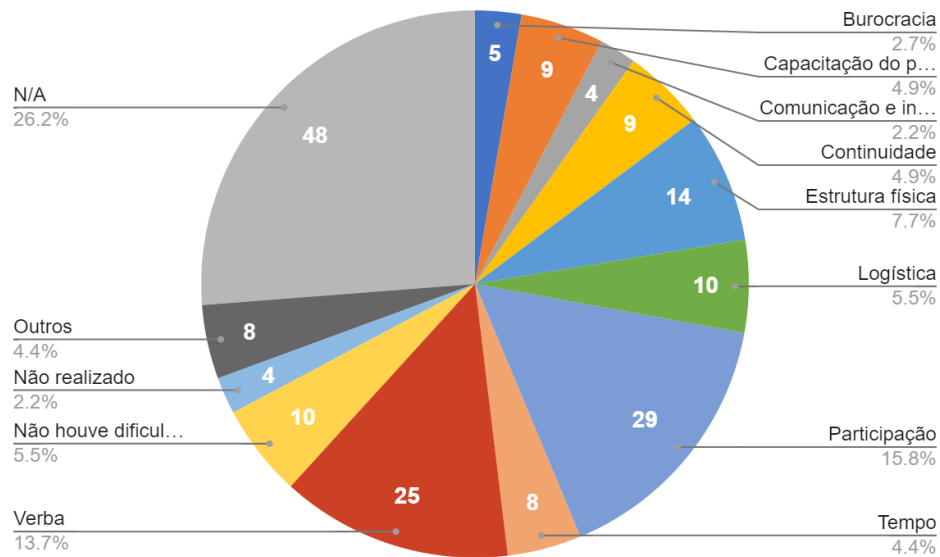
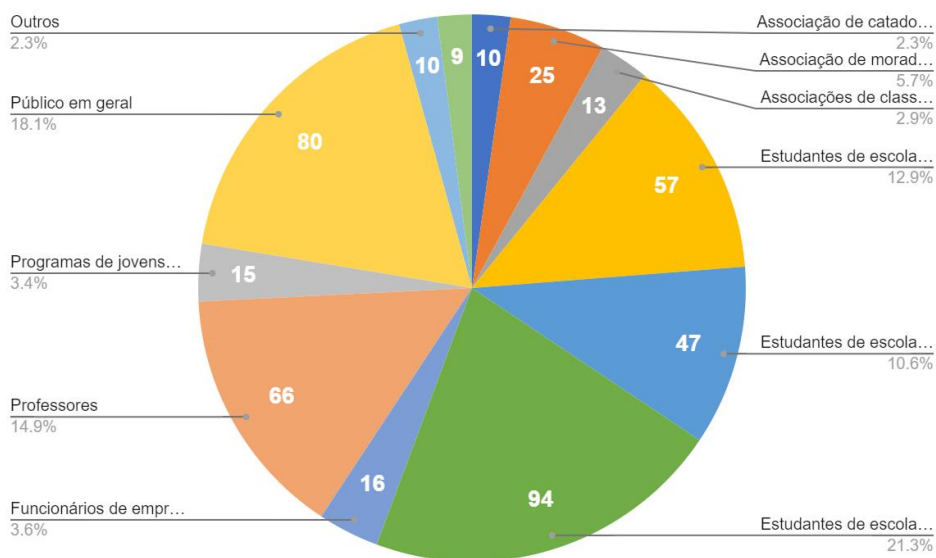


Figura 15 - Dificuldades encontradas na realização das iniciativas.



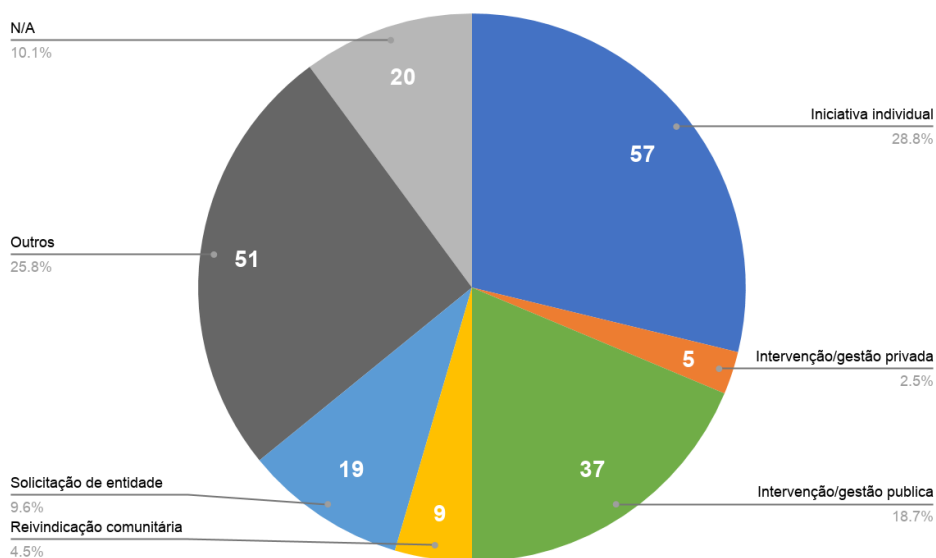
Outro aspecto que chama a atenção das iniciativas mapeadas está relacionado com a modalidade e o público atendido pela iniciativa de Educação Ambiental (Figura 16). Considerando a educação infantil (12,9%), a educação básica (21,7%), a formação de professores (14,9%), a educação formal (estudantes e professores) é responsável por 49,5% das iniciativas da Educação Ambiental. A educação não formal por 33,1%, sendo que dentre elas aparecem público geral (18,1%), programas de jovens (3,4%), funcionários de empresas (3,6%), associações de moradores (5,7%) e associação de catadores (2,3%).

Figura 16 - Público atingido pelas iniciativas.



Quanto à origem da ideia formadora da iniciativa (Figura 17), 4,5% partiram de reivindicação comunitária, além de iniciativas individuais (28,8%), por demanda de uma intervenção ambiental pública (18,7%) ou privada (2,5%) e demandas da própria entidade (9,6%), além de outros motivos específicos (25,8%).

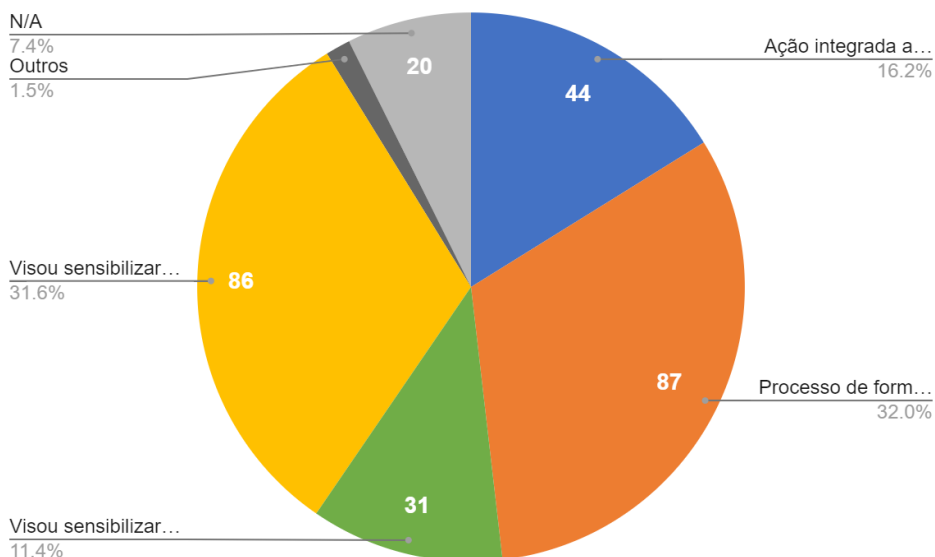
Figura 17 - Origem da ideia motivadora da criação das iniciativas.



As iniciativas de Educação Ambiental têm objetivado, em sua maior parte, o processo de formação permanente (32%), a sensibilização para as questões socioambientais (31,6%) e ação integrada à implantação/intervenção de um programa

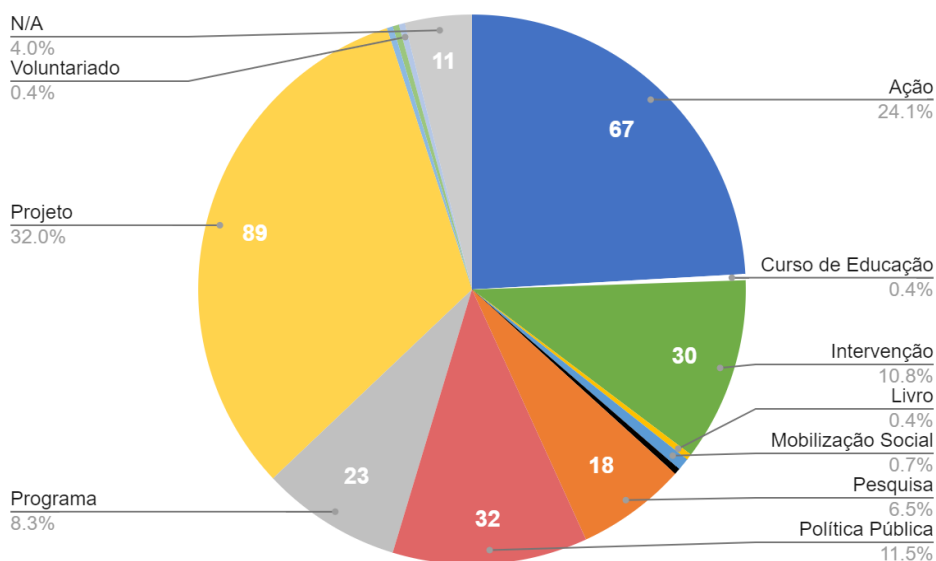
de gestão ambiental (16,2%), além da atuação na sensibilização e mobilização dos participantes para ações de requalificação ambiental (11,4%) e outras com direcionamentos mais específicos (1,5%) (Figura 18).

Figura 18 - Objetivos das iniciativas.



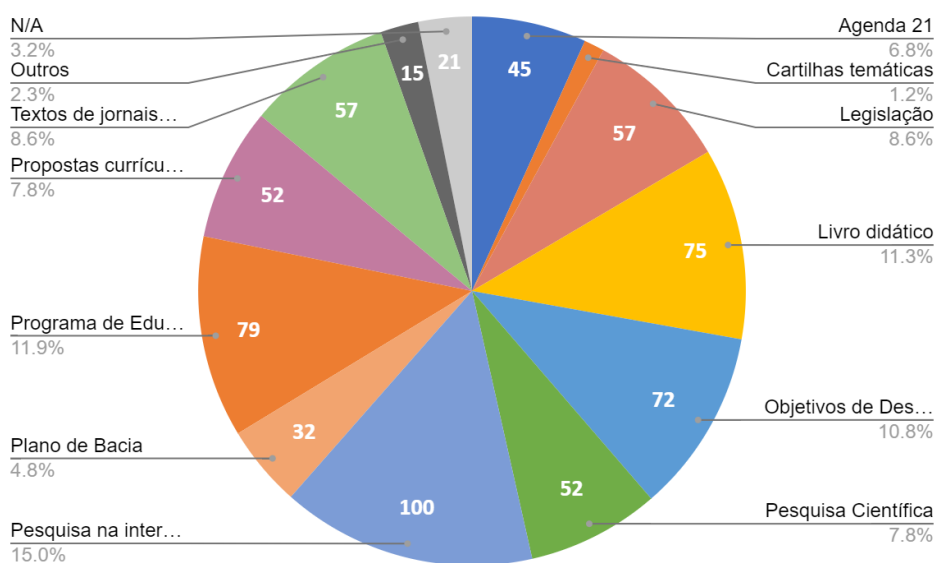
As iniciativas foram classificadas (Figura 19) na maioria dos casos como projetos (32%), ação (24,1%), política pública (11,5%), ações de intervenção (10,8%), programas (8,3%), pesquisa (6,5%). Já Mobilização Social (0,7%), curso de educação (0,4%) e voluntariado (0,4%) foram os menos evidentes nas citações de formas de classificação das iniciativas.

Figura 19 - Classificação das ações das iniciativas.



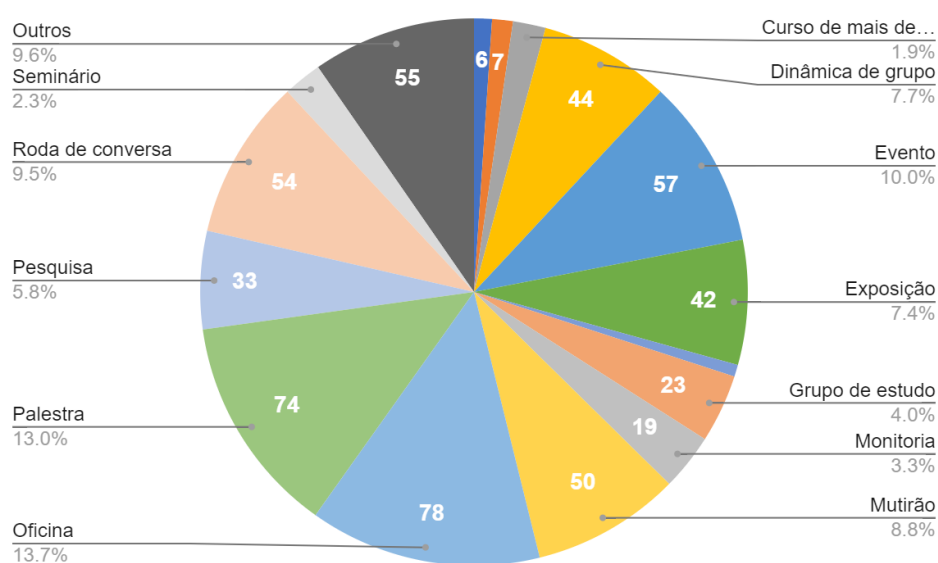
O uso dos materiais didáticos e o formato contribuem para a discussão na perspectiva metodológica. As principais fontes de pesquisa e suporte didático (Figura 20) usados nas iniciativas são: pesquisas na internet (15%), programa de Educação Ambiental da própria instituição (11,9%), livros didáticos (11,3%), objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) (10,8%), textos de jornais e revistas (8,6%), legislação vigente (8,6%), Agenda 21 (6,8) e o Plano de Bacias (4,8%).

Figura 20 - Materiais didáticos usados como base para as iniciativas.



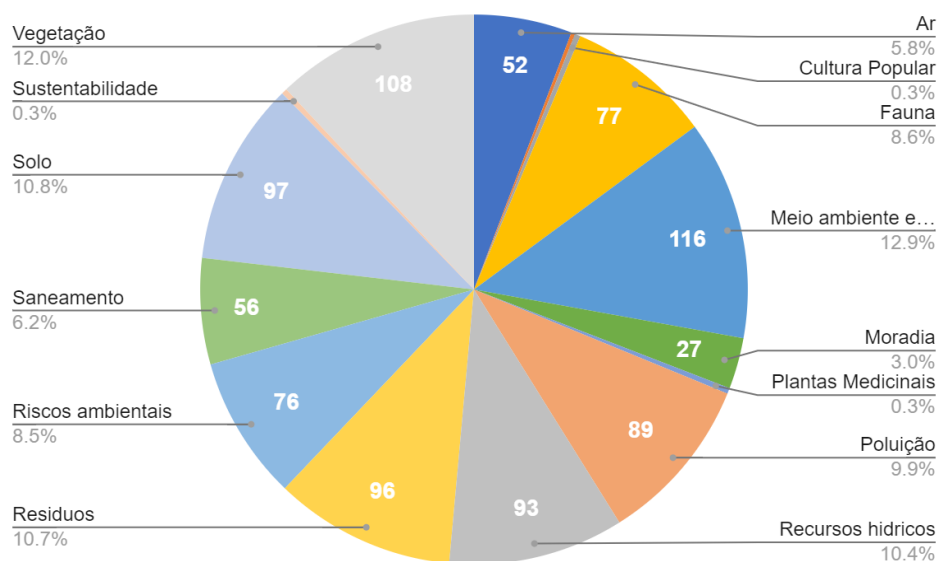
As iniciativas foram e têm sido realizadas em formato de oficinas (13,7%), palestras (13%), eventos (10%), rodas de conversa (9,5%), dinâmicas de grupos (7,7%), mutirões (8,8%) e exposições (7,4%), além de outros meios (9,6%) que possibilitam a integração e interação da comunidade com a prática proposta (Figura 21). Esses dados mostram o uso diversificado de fontes de informações e das atividades pedagógicas, superando o uso de livro didático e aulas expositivas, relacionados com a educação tradicional.

Figura 21 - Formato de realização das iniciativas.



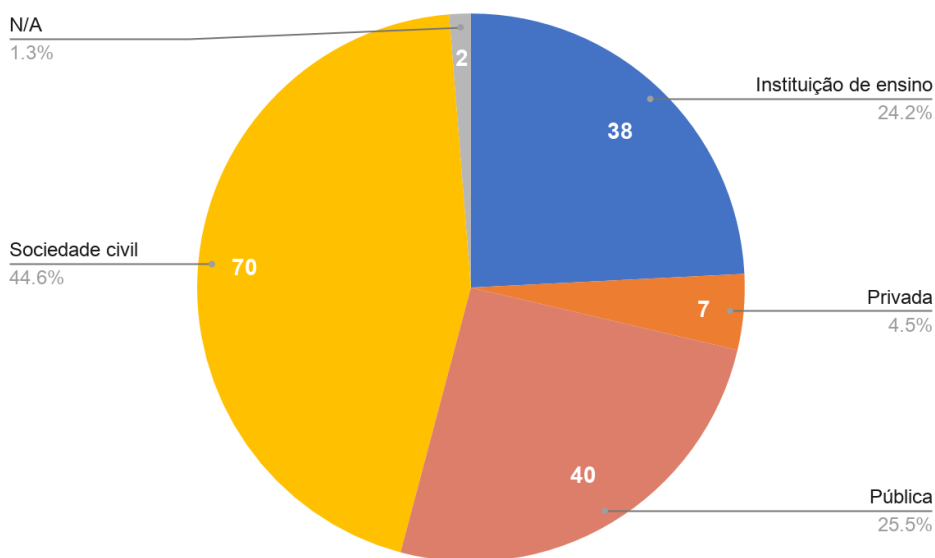
Os temas abordados (Figura 22) apresentaram expressiva variação, resultando em 14 temas principais, que em muitos casos, uma mesma iniciativa abordando vários temas. Meio Ambiente (12,9%); vegetação (12%); Solo (10,8%) Resíduos Sólidos (10,7%); Recursos Hídricos (10,4%); Poluição (9,9%), Fauna (8,6%), Riscos Ambientais (8,5%), Saneamento (6,2%); Ar (5,8%); Moradias (3%); Cultura Popular (0,3%); Plantas Medicinais (0,3%); e Sustentabilidade (0,3%).

Figura 22 - Temas abordados pelas iniciativas.



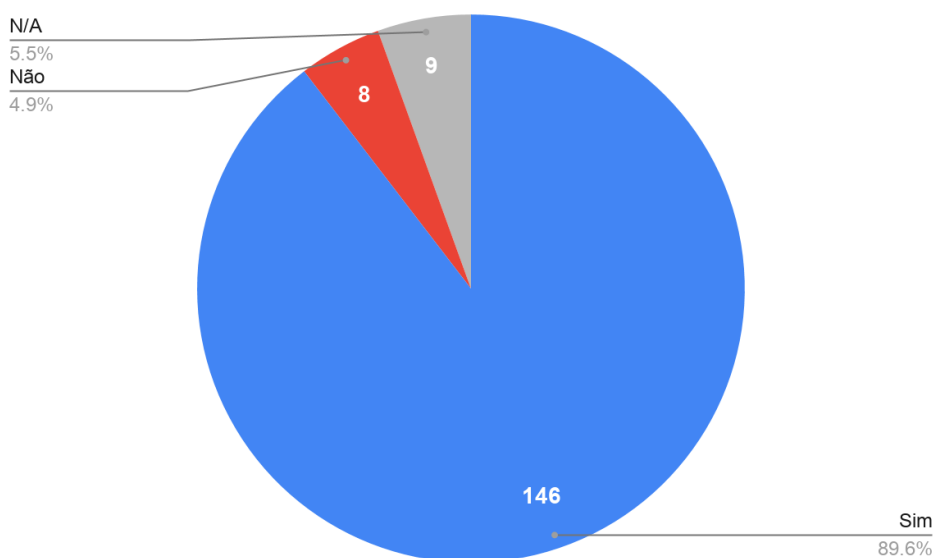
As iniciativas (Figura 23), em sua maioria, se identificaram como partindo da sociedade civil (44,6%), representadas por pessoas físicas ou grupos (associações, coletivos e/ou ONGs). As instituições públicas aparecem com 25,5% das iniciativas, principalmente por meio das secretarias de meio ambiente, secretarias de educação e professores. Muitas dessas iniciativas partem das instituições de ensino, que diretamente somam 24,2% das iniciativas. Somadas as ações do poder público, via secretaria de educação, com as ações pontuais das escolas e/ou relacionadas a elas, foi observado que a maioria das iniciativas está sendo realizadas por meio da educação formal, direcionadas aos alunos da rede pública integralmente ou parcialmente. Há também ações do setor privado (4,5%) sendo desenvolvidas no Vale do Paraíba, com foco também voltado na educação formal.

Figura 23 - Identificação dos agentes das iniciativas.



A maioria (89,6%) das iniciativas foi e/ou está sendo realizada dentro dos últimos 15 anos, entre 2004 e 2020, e 4,9% foram realizadas antes desse período (Figura 24), seja por ações pontuais ou que tenham iniciado nesse período e se prolongando até os dias atuais.

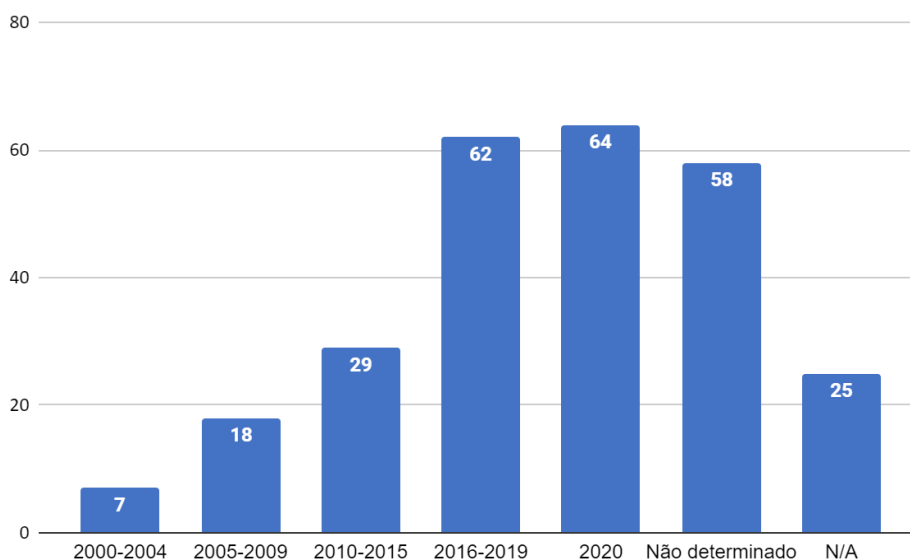
Figura 24 - Ocorrência de iniciativas nos últimos 15 anos.



A maioria das iniciativas levantadas está sendo executada durante o ano vigente, 2020, (Figura 25) com 64 iniciativas; seguidas por um total de 62 iniciativas

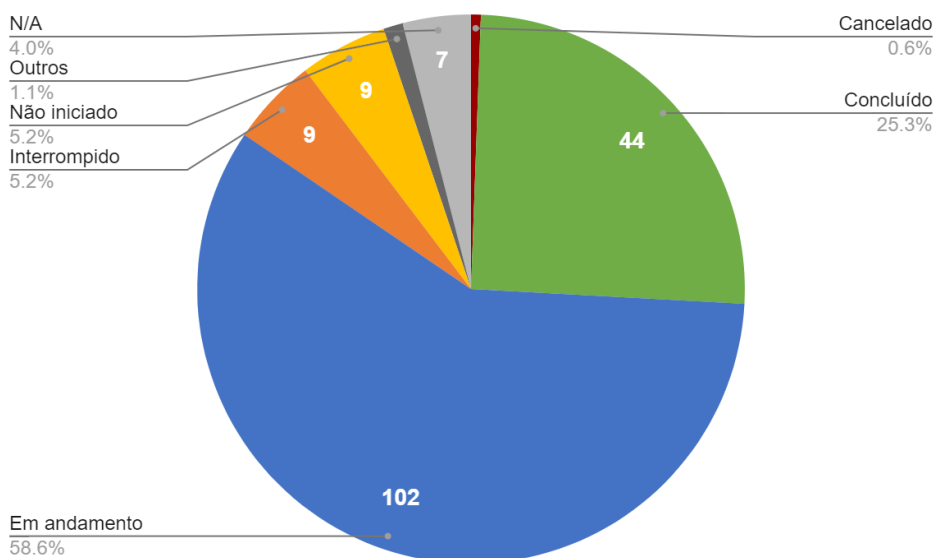
realizadas durante os anos anteriores, 2016 a 2019, representando um aumento significativo em comparação aos anos que antecedem 2016, onde 29 iniciativas foram realizadas entre 2010 e 2015, 18 entre 2005 e 2009 e 07 de 2000 à 2004, totalizando 54 ações até 2015. Do total das iniciativas, 58 têm seu período indeterminado por serem projetos esporádicos ou datados de acordo com as demandas locais, podendo estar distribuídos ao longo desses anos, ou em algum ano específico. No entanto, cabe registrar que há uma tendência das entidades e dos educadores relatarem as iniciativas mais recentes.

Figura 25 - Período de execução das iniciativas.



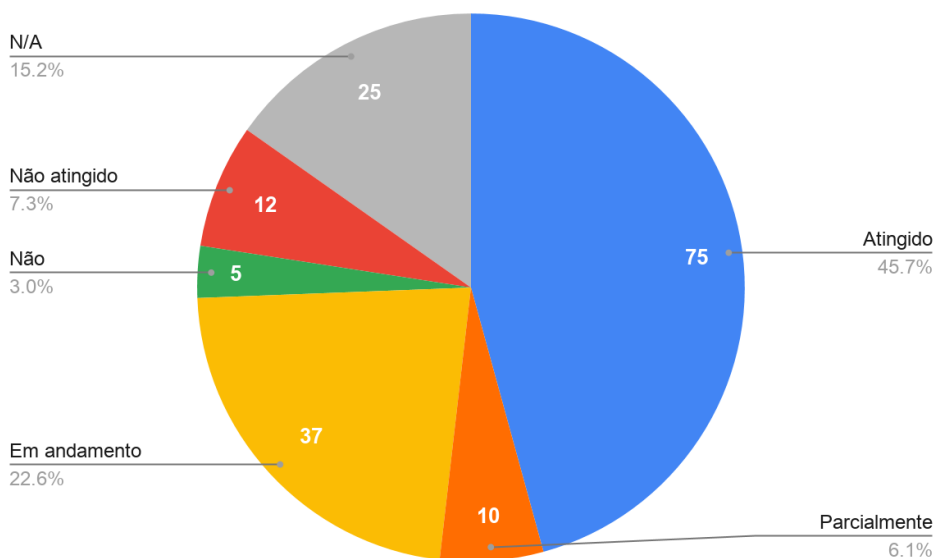
Verificou-se que 58,6% das iniciativas estão em andamento e 25,3% já tiveram suas ações concluídas. Há um pequeno número de iniciativas que ainda não foram iniciadas (5,2%), interrompidas (5,2%) ou canceladas (0,6%) devido à paralisação dos setores envolvidos, ou por problemas com verba (Figura 26).

Figura 26 - Status das iniciativas.



Das iniciativas levantadas, 45,7% tiveram seus objetivos atingidos, 6,1% seus objetivos atingidos parcialmente e 7,3% não tiveram seus objetivos atingidos; 22,6% dos projetos estão em andamento e 3% ainda não foram iniciadas e/ou interrompidas. Questões financeiras, escassez no apoio e falta de parcerias e/ou comprometimento de agentes externos e consequências da COVID-19 foram as causas citadas como motivos de seus objetivos e ações não tenham sido atingidos integralmente ou parcialmente; 15,2% não responderam (Figura 27).

Figura 27 - Objetivos atingidos pelas iniciativas.



O valor dos investimentos variou de R\$ 1.000,00 a R\$ 3,2 milhões, (Figura 28). Das 164 iniciativas, 12 tiveram investimento superior a R\$ 100.000,00, via projetos de longo prazo, oriundos de agência de fomento e via editais. Há um número considerável de projetos (41 projetos) com valores entre R\$ 1.000,00 e R\$ 100.000,00, variando de acordo com público, práticas, tempo de ação, e da disponibilidade dos próprios recursos; 17 iniciativas foram citadas com recursos variáveis, projetos de longo prazo, ou de curto prazo que variaram de acordo com a demanda. Com fomento oriundo de verbas próprias (33,5%), doação (3,7%), parceria (2,4%) e verba pública (2,4%); 12,8% das iniciativas não tiveram recursos disponíveis (Figura 29) .

Figura 28 - Investimento financeiro das iniciativas.

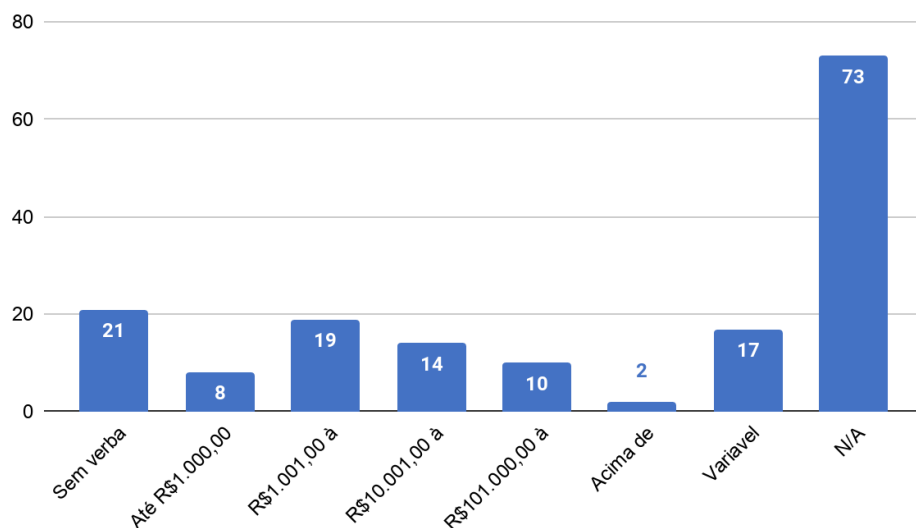
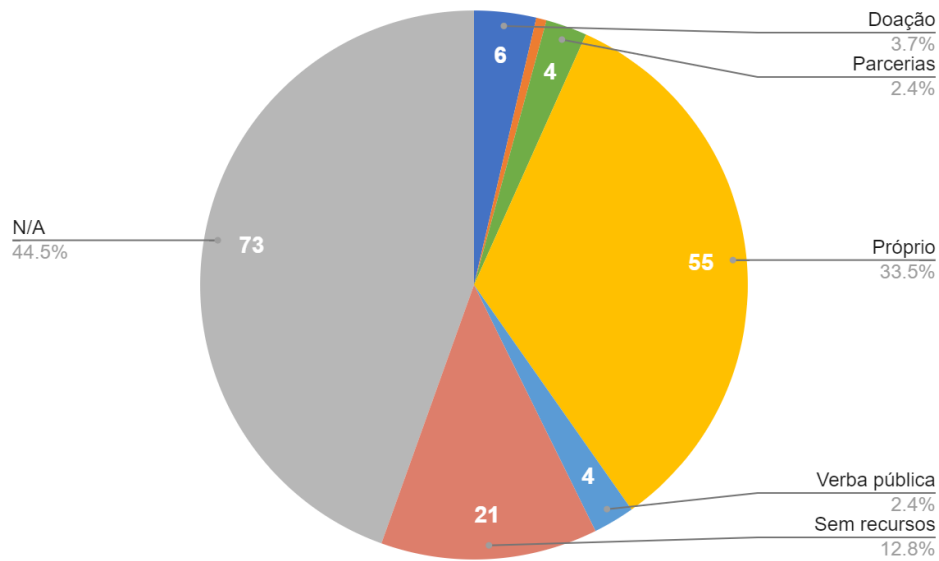
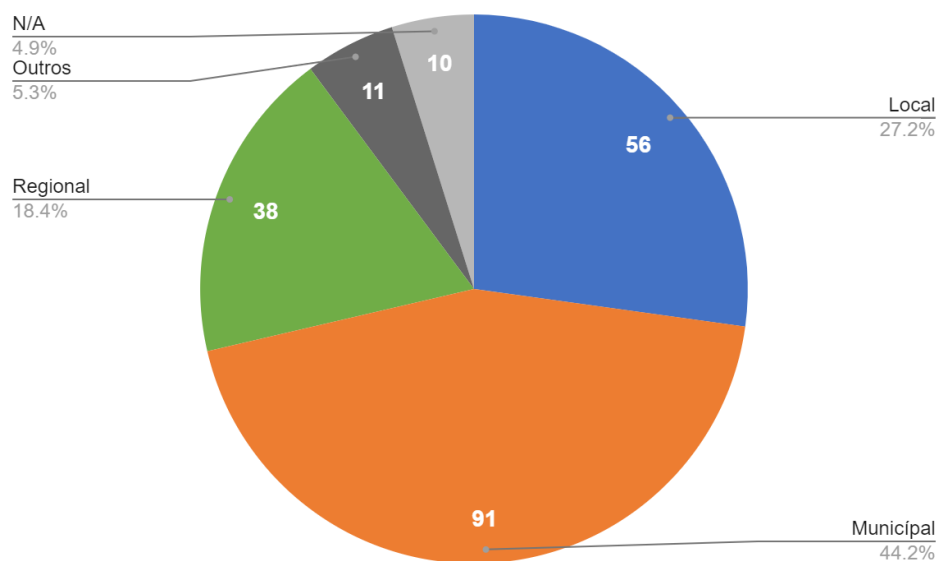


Figura 29 - Origem do investimento financeiro das iniciativas.



Quanto à abrangência, 45,2% das iniciativas tiveram suas ações no âmbito municipal, outras 27,2% focadas em públicos específicos (comunidade ou rede escolar) e 18,4% em atuação regional, envolvendo mais de um município, com a integração intermunicipal (Figura 30).

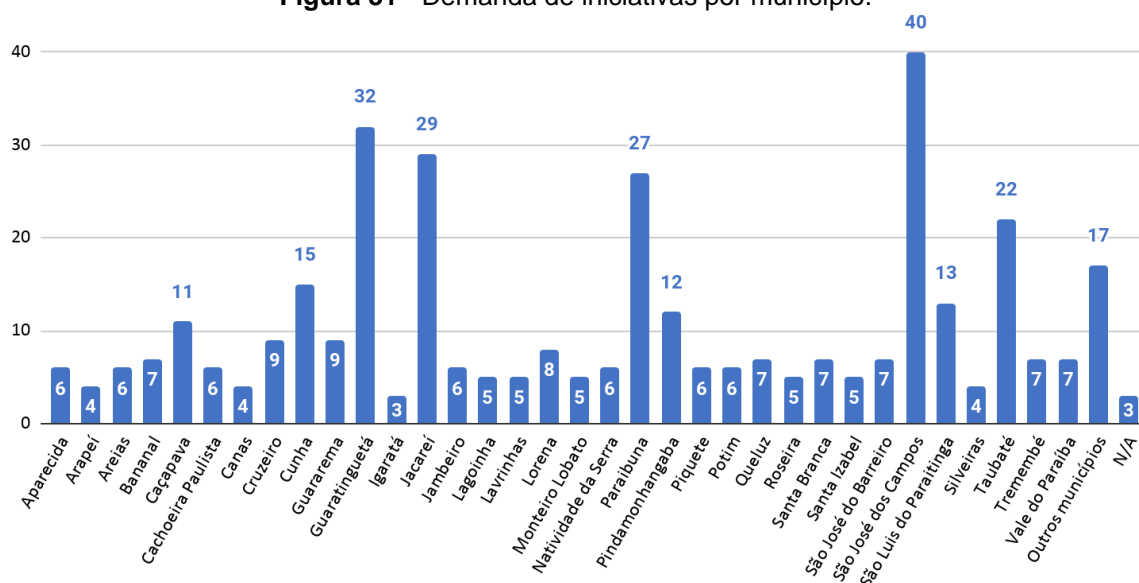
Figura 30 - Área de abrangência das iniciativas.



São José dos Campos foi o município que mais apresentou iniciativas (40), boa parte desenvolvida dentro do ambiente escolar e outras destinadas ao público geral,

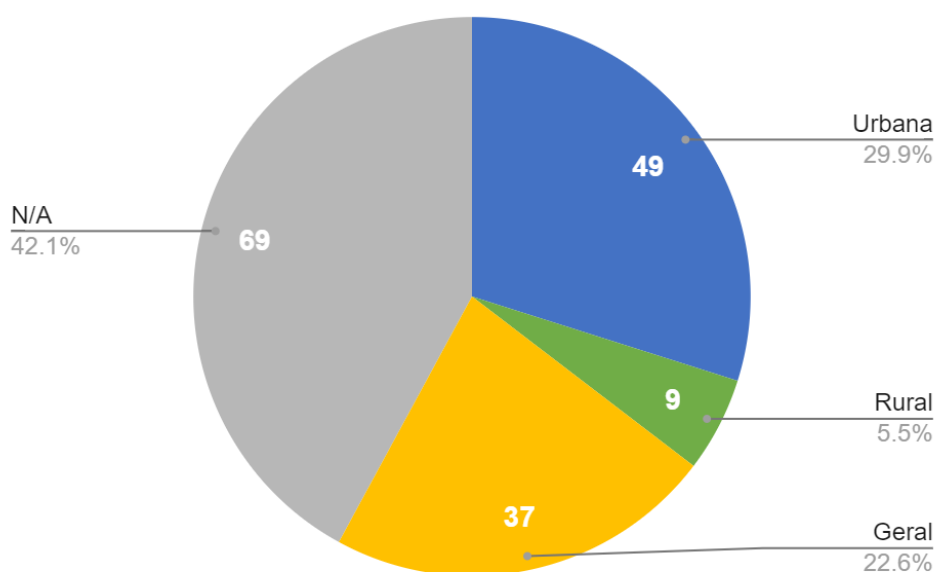
em ambientes abertos e comunitários. Guaratinguetá foi outro município que apresentou grande quantidade de iniciativas (32), todas desenvolvidas ou em desenvolvimento exclusivamente em ambientes escolares, para público infanto-juvenil. Destacaram-se também Jacareí (29), Paraibuna (27) e Taubaté (22). Muitas dessas ações têm participação direta ou indireta dos demais municípios da região. Iniciativas que abrangem todo a Bacia também foram levantadas (7), bem como as que atingem outros municípios fora da região (17) (Figura 31).

Figura 31 - Demanda de iniciativas por município.



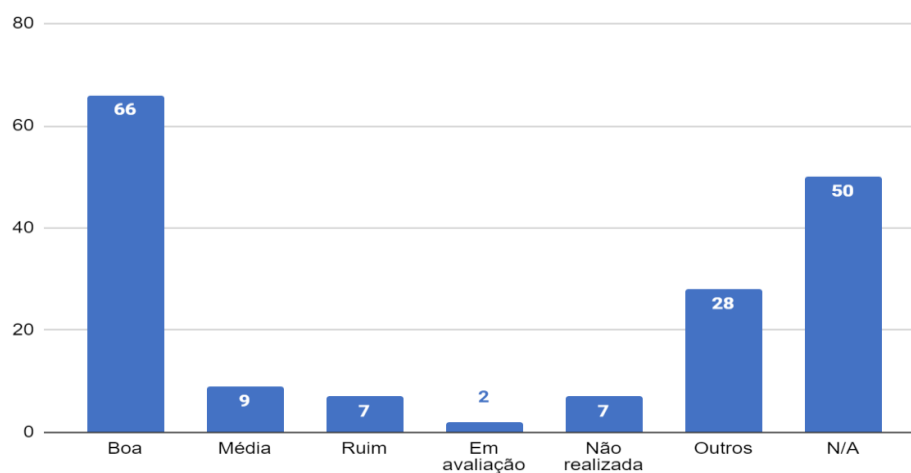
Os projetos foram distribuídos nas áreas rurais, urbanas, e com envolvimento dos dois ambientes (Figura 32), sendo 29,9% especificamente na área urbana, 5,5% em áreas rurais, e 22,6% dos projetos envolvendo os dois espaços.

Figura 32 - Distribuição territorial dos projetos.



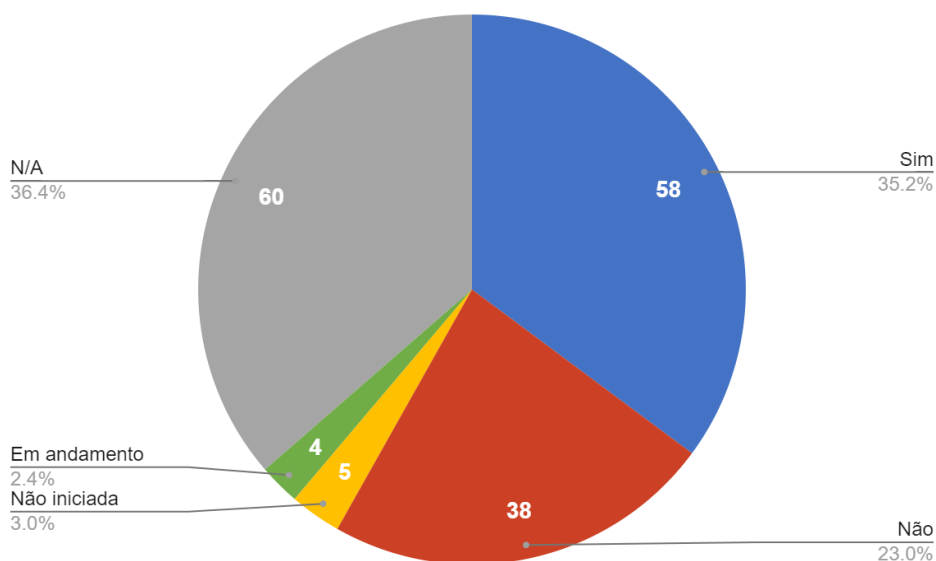
A maioria avaliou como alta (66) a participação das pessoas dentro das iniciativas, e somente 07 iniciativas acreditam não terem atingido o resultado esperado, em consequência da baixa adesão no processo participativo (Figura 33).

Figura 33 - Avaliação da participação das pessoas nas iniciativas de Educação Ambiental e/ou Mobilização Social.



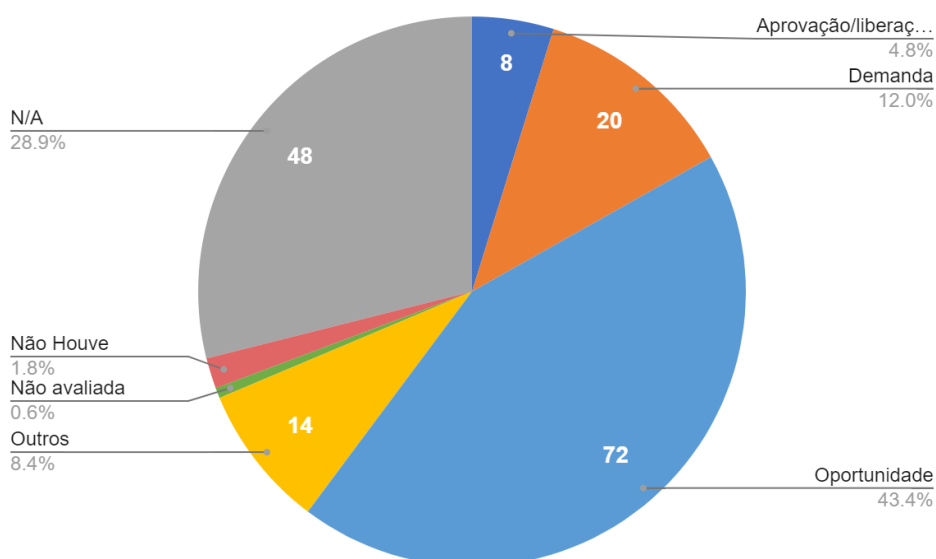
O monitoramento da iniciativa foi realizado em 35,2% dos casos, e 23% das iniciativas não foi e/ou está sendo realizado em nenhum momento do processo (Figura 34).

Figura 34 - Monitoramento das iniciativas.



As facilidades e oportunidades para realizar as iniciativas (Figura 35) partiram em 43,3% via oportunidade do momento e 12% via demanda comunitária. Houve também oportunidade via demanda institucional de aprovação e liberação de editais (4,8%) e projetos específicos e /ou fatores pontuais (8,4%).

Figura 35 - Facilidades e oportunidades na realização das iniciativas.



As informações obtidas no mapeamento das iniciativas contribuíram de forma significativa para uma discussão dos cenários e dos prognósticos, visando a

elaboração do Plano de Ação, indicando: a fragilidade de ações mobilizadoras; pouca expressão de ações de Educação Ambiental e Mobilização Social na área rural e integrada às ações de recursos hídricos e meio ambiente; necessidade de financiamento para o desenvolvimento da Educação Ambiental na Bacia; e o predomínio das iniciativas na educação formal, demonstrando o uso de atividades metodológicas variadas.

5.2.1 Caracterização das iniciativas mapeadas pela plataforma “RioParahyba”

As iniciativas mapeadas na plataforma “RioParahyba” abrangem: eventos comemorativos, projetos científicos, ações em comunidade, programas institucionais de meio ambiente, projetos de jogos no ensino formal, CEAs, projetos realizados em mais de uma localidade de Educação Ambiental dentro da Educação Formal. Dentre os proponentes das ações estão: prefeituras, associações e ONGs. Algumas iniciativas inscritas no formulário também foram reforçadas pelos “Dedim de Prosa”, dentre elas destacam-se:

- A. O Programa de Mobilização pela Conservação das Nascentes do Paraíba do município de Areias, envolvendo parcerias de órgãos Estaduais, FEHIDRO, proprietários rurais, terceiro setor e setor privado. No programa, a Educação Ambiental é instrumento integrador dos projetos de Meio Ambiente, Cultura e Turismo. O programa visa: criar o Memorial das Nascentes; implantar sistema modelo de tratamento de dejetos de animais; implantar restauração florestal para recuperação de nascente e implantação da nascente pedagógica; estudar e analisar a viabilização de Unidade de Conservação das Nascentes do Paraitinga; criar o espaço educador da Casa do Caipira Paulista; elaborar de forma participativa um programa de Educação Ambiental para a Educação formal. O programa começou em 2019 e está em andamento.
- B. O Projeto “Educomunicação socioambiental” que fez parte do programa de revitalização de Nascentes de São José dos Campos, integrando Secretarias e contando com a participação da comunidade escolar. Desde 2010 passou a adotar o instrumento da Educomunicação para comunicar, dialogar e difundir as ações de Revitalização das Nascentes junto às comunidades de referência.

A ação de Educação Ambiental no período de 2011 a 2013 teve como um dos resultados a produção de vídeos ambientais pelos estudantes. Essa prática, ao proporcionar ao educando entrar em contato com a realidade, refletir sobre ela e produzir saberes para comunicá-la por meio de sistema de multimídias, coloca o estudante como protagonista da produção do conhecimento.

- C. Em Lorena a Mobilização pela criação de um parque em uma área de aproximadamente 245 ha, pertencente ao DAEE, destinada ao controle das enchentes na região e com remanescentes de vegetação, resultou, em 2014, na implantação do Parque Ecológico do Taboão. Na área, foi realizado o plantio de 7.300 espécimes de árvores nativas e implantado viveiro de mudas de árvores nativas para doação a comunidade. Uma edificação foi destinada à Educação Ambiental, biblioteca com acervo ambiental e Museu de História do Parque. Com o objetivo de resgatar a história, a cultura e o ambiente da Fazenda do Taboão, a prefeitura promoveu parcerias com instituições da sociedade civil, universidades e faculdades de Lorena e região para o desenvolvimento de pesquisas, a restauração ecológica e ambiental e a realização de projetos de educação, saúde e socialização comunitária, visando a sustentabilidade do Parque e o desenvolvimento sustentável do município e da região.
- D. Em São Luiz do Paraitinga, a OSCIP Akarui em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e financiamento de FEHIDRO está desenvolvendo projeto de formação com o objetivo de promover o debate, a reflexão e o empoderamento da comunidade escolar em relação às questões socioambientais do Município. O trabalho busca articular a comunidade escolar com grupos e atores locais estratégicos para a construção de parcerias duradouras e autônomas.
- E. No ano de 2019, a Prefeitura de Taubaté iniciou o Programa Municipal de Educação Ambiental “O Planeta Taubaté”, que tem como objetivo envolver toda a sociedade nos cuidados e proteção com o meio ambiente.
- F. A Diretoria de Ensino de Jacareí desenvolve programa de Educação Ambiental para a Rede de Ensino Estadual, abrangendo os municípios de Santa Isabel, Guararema, Igaratá, Arujá e Jacareí. O Programa, denominado Sustentabilidade em Foco, visa inserir a comunidade escolar na gestão dos resíduos sólidos e promover práticas sustentáveis. A iniciativa demonstra,

também, a importância da adoção dos programas de Educação Ambiental pelas Diretorias e Secretarias Municipais de Educação para irradiar projetos e ações de Educação Ambiental nas unidades escolares.

- G. O Projeto Cultivando Conhecimentos, por exemplo, envolvendo alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Doutor Antônio de Moura Abud, realizou o Estudo socioambiental da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, Una e Sub-bacia do Itaim. Teve como objetivo contribuir com a formação integral do aluno e despertar a cidadania socioambiental. Um dos projetos que envolve a parceria entre ONG e unidades escolares.

Todos estes dados compõem um mosaico plural, envolvendo instituições, empresas, escolas particulares e públicas, poder público e pessoas engajadas, que são importantes para expor o potencial da atuação da Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia e podem ser vistos detalhadamente no Apêndice A.

5.3 Eixo governança do CBH-PS na Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia

Composto por representantes do estado, prefeituras municipais e sociedade civil, o CBH-PS possui em sua estrutura organizacional, além da CT-EAMS, as Câmaras de Assessoramento Técnico de Assuntos Institucionais (CT-AI), Estudos de Cobrança da Água (CT-ECA), Planejamento (CT-PL), Saneamento (CT-SAN) e Restauração Florestal (CT-REF).

5.3.1 Histórico da atuação da CT-EAMS na Bacia

Segundo informações enviadas pelo coordenador Duva Leonardo Steck Brunelli, a CT-EAMS foi estabelecida em 2003 e se reúne mensalmente, com um histórico, em 2020, de 17 anos de atuação na Bacia, atualmente em sua 162ª reunião e contando com 35 membros voluntários, que em sua maioria representa a sociedade civil.

As principais iniciativas adotadas e implementadas pela CT-EAMS ao longo de seus anos de atuação envolvem o Curso de Gestão e Educação Ambiental, a produção de um livro sobre o histórico deste curso, o Seminário de Educação Ambiental do Vale do Paraíba e o Encontro de Educadores.

5.3.1.1 Curso de Gestão e Educação Ambiental

O curso, realizado desde 2005, é a mais longa iniciativa da CT-EAMS, atualmente em sua 16ª turma, contando com 11 módulos realizados em diferentes cidades da Bacia, por organizadores e instrutores voluntários em parceria com diferentes entidades da região (Figura 36).

Figura 36 - Lista de parcerias realizadas pelo Curso de Gestão e Educação Ambiental do CBH-PS.

PARCERIAS DO CURSO DE GESTÃO EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL			
PARCERIA	MUNICÍPIO	PARCERIA	MUNICÍPIO
ADC GM - Associação Desportiva Classista General Motors	São José dos Campos	Núcleo de Educação Ambiental - Suzano	Jacareí
BASF - Badische Anilin & Soda Fabrik	Guaratinguetá	Parque da Cidade	São José dos Campos
Câmara Municipal	São Luiz do Paraitinga	Parque da Moçota	Caçapava
CESP - Companhia Energética de São Paulo	Paraibuna	Parque do Itaim	Taubaté
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	Jacareí	Parque Ecológico do Taboão	Lorena
DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica	Taubaté	Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia	São Luís do Paraitinga
EDR - Escritório de Desenvolvimento Rural	Pindamonhangaba	Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Cunha	Cunha
Escola Agrícola	Pindamonhangaba	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	São José dos Campos
FARO - Faculdade de Roseira	Roseira	Sítio do Bello	Paraibuna
UNIFATEA - Centro Universitário Teresa D'Ávila	Lorena	Sítio JJ	Paraibuna
Fazenda Conceição	Lorena	Sítios Rodrigues e Santo Antônio	Redenção da Serra
Fazenda N. Sra. Aparecida	São José dos Campos	UNISAL - Centro Universitário Salesiano de São Paulo	Lorena
Instituto Florestal	Taubaté	UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba - Campus Urbanova	São José dos Campos
Johnson & Johnson	São José dos Campos	UTGRS - Unidade de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	Jambeiro
Liebherr Group	Guaratinguetá	Viveiro Municipal	Jacareí

Fonte - CT-EAMS, 2020, no prelo.

Em seus primeiros 15 anos, o curso formou 489 alunos que, somado os 24 alunos da turma de 2020, cancelada devido às medidas de segurança e prevenção à COVID-19, totaliza 513 inscritos. A formação dos alunos que integraram o curso era,

em sua maioria, em engenharia ambiental ou correlata com 247 participantes, seguida por biologia com 81 e geografia com 29, demais cursos foram representados por 161 participantes. A avaliação média do curso, contabilizada pela média anual a partir das notas dadas pelos alunos ao final de cada módulo, foi de 9,38, de um máximo de 10 pontos (Figura 37).

Figura 37 - Relação anual do número de alunos, sua formação e a avaliação do Curso de Gestão e Educação Ambiental da CT-EAMS do CBH-PS.

CURSO DE GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL						
ANO	Nº DE ALUNOS	FORMAÇÃO DOS ALUNOS				AValiação DO CURSO
		BIOLOGIA	ENGENHARIA	GEOGRAFIA	OUTROS	
2005	18	3	8	4	3	9,4
2006	17	9	4	3	1	9,0
2007	57	5	32	3	9	9,2
2008	31	13	11	2	5	9,0
2009	32	7	17	4	4	9,4
2010	34	7	17	0	9	9,0
2011	26	4	10	3	9	9,5
2012	33	0	22	2	9	9,0
2013	23	3	21	2	16	9,4
2014	31	4	7	1	19	10,0
2015	27	2	10	0	11	9,8
2016	42	3	21	2	16	10,0
2017	42	7	19	1	15	9,6
2018	41	2	24	0	14	9,0
2019	35	4	18	2	11	9,4
2020	24	8	6	0	10	-
TOTAL	513	81	247	29	161	MÉDIA: 9.38

Fonte - CT-EAMS, 2020, no prelo.

Das 31 cidades de origem dos alunos do curso, 21 fazem parte da Bacia do Rio Paraíba do Sul (Figura 38). Além da principal representação ser proveniente de São José dos Campos (82) e Taubaté (78), Pindamonhangaba (22), Jacareí (19),

Guaratinguetá (13) e Lorena (13) também aparecem como destaques no mapa da participação de municípios da Bacia no curso do CBH-PS (Figura 39).

Figura 38 - Mapa da participação dos municípios da Bacia no Curso de Gestão e Educação Ambiental do CBH-PS.

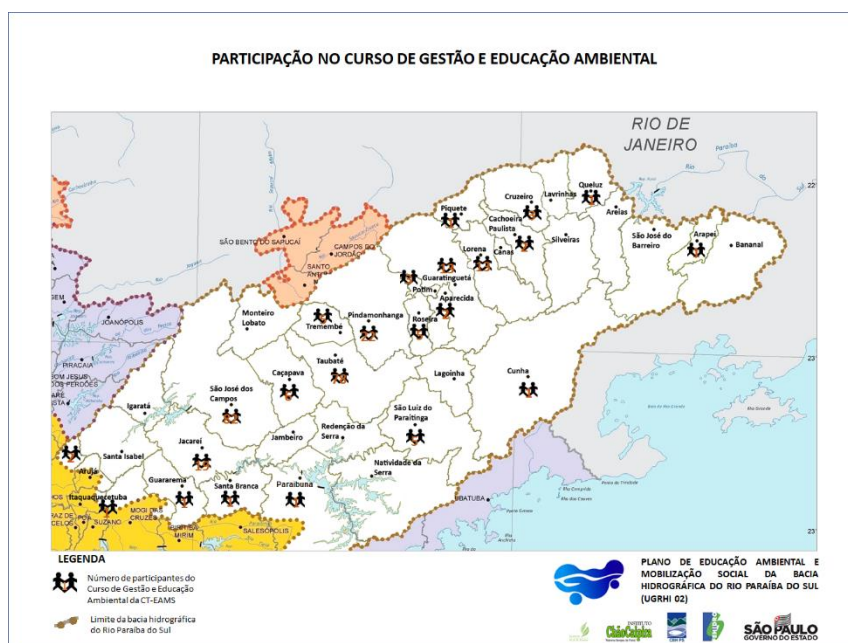
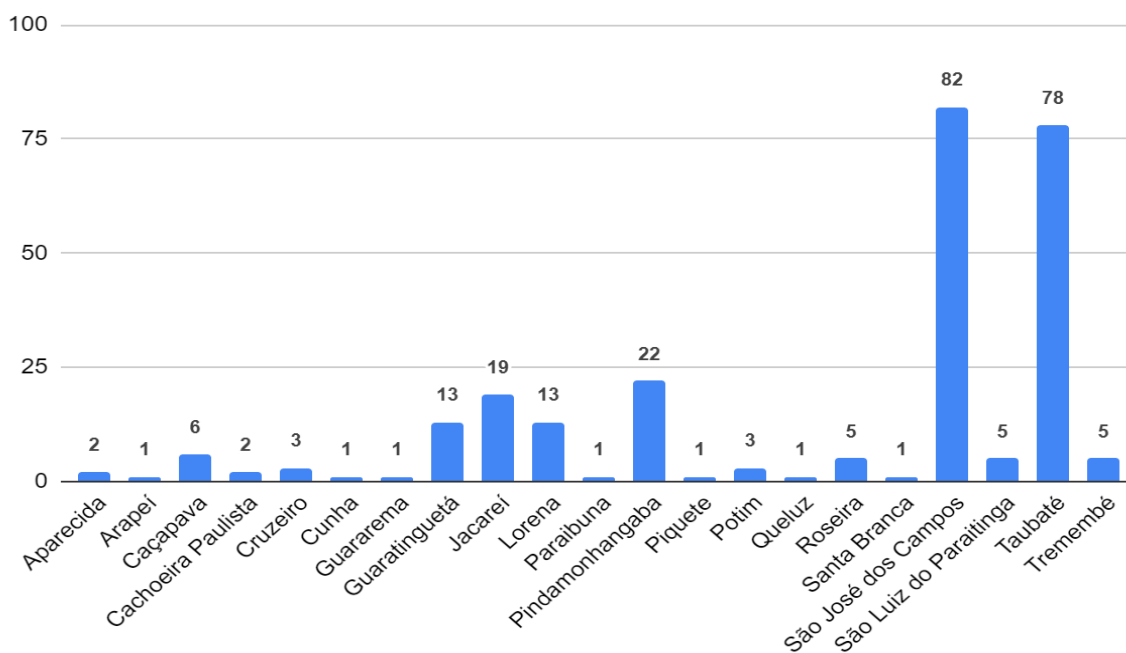


Figura 39 - Distribuição geográfica dos alunos das cidades da Bacia que participaram do Curso de Gestão e Educação Ambiental da CT-EAMS do CBH-PS entre os anos de 2005 e 2020.



5.3.1.2 Livro sobre o Curso de Gestão e Educação Ambiental

Segundo escreve a organizadora Jane Rose Dias Dionísio Rodrigues na síntese do livro “Curso de Gestão de Educação Ambiental da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social (CT-EAMS) do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) - Uma História de Sucesso”, o principal objetivo do livro é registrar as informações técnicas e pedagógicas apresentadas no curso, em textos que vêm sendo elaborados por organizadores e instrutores de cada módulo, contando com 45 autores e 16 capítulos, sendo que os 12 primeiros específicos aos módulos do curso e os demais capítulos apresentando informações relevantes do curso e das ações que abrangem o mesmo (ANEXO A).

5.3.1.3 Seminário de Educação Ambiental do Vale do Paraíba

O Seminário de Educação Ambiental do Vale do Paraíba é realizado a cada dois anos, desde 2005, com objetivo de compartilhamento, troca de conhecimentos e boas iniciativas em Educação Ambiental realizadas pelas organizações participantes da Bacia. Conta com a participação média de 50 profissionais de diferentes áreas em cada evento.

Os seminários foram realizados em parceria com Badische Anilin & Soda Fabrik (BASF) em Guaratinguetá, em 2005; Universidade de Taubaté (UNITAU) em Taubaté, em 2007; UNIVAP em São José dos Campos, em 2009; Centro Universitário Teresa D'Ávila (UNIFATEA) em Lorena, em 2011 e Polícia Militar de Pindamonhangaba, em 2013; São Luiz do Paraitinga, em 2015; Jacareí, em 2017 e Taubaté, em 2019.

5.3.1.4 Encontro de Educadores

O Encontro de Educadores é realizado em parceria com municípios e secretarias estaduais e/ou municipais, nos quais os professores da rede pública e privada da Bacia participam de palestras e oficinas voltadas para questões de recursos hídricos, com objetivo de disseminar conhecimentos práticos de Educação Ambiental e Mobilização Social entre os educadores.

O evento é realizado desde 2014, contando com parcerias como a Diretoria de Ensino de São José dos Campos, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de Guaratinguetá e Taubaté, UNISAL de Lorena e a Polícia Militar de Caçapava e Jacareí, realizados no Parque da Moçota de Caçapava em 2014; SENAC de Guaratinguetá em 2015; SENAC de Taubaté em 2016; UNISAL de Lorena em 2017; Parque Municipal de Guararema em 2018; e Espaço Educamais de Jacareí e UNIVAP, em 2019.

5.3.2 Levantamento dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social financiados pelo FEHIDRO

O levantamento de projetos financiados pelo FEHIDRO verificou um total de 252 projetos submetidos referentes à UGRHI 02 (Figura 40), com 36 específicos de Educação Ambiental e Mobilização Social, dos quais 20 foram cancelados (Figura 41). Os 14 projetos concluídos e 2 em execução (Figura 42) foram submetidos entre os anos de 2004 e 2017 (Figura 43).

Figura 40 - Relação anual dos projetos submetidos ao FEHIDRO na UGRHI 02.

Projetos submetidos ao FEHIDRO - UGRHI 02																	
SITUAÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Cancelado	4	2	9	6	2	3	7	11	14	7	14	5	1	9	1	0	95
Concluído	6	7	24	11	6	9	4	3	2	1	5	4	1	4	0	0	87
Em execução	0	0	0	0	0	0	4	3	3	0	9	9	5	16	2	0	51
Não iniciado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	5
Em análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
Proposto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
TOTAL	10	9	33	17	8	12	15	17	19	8	28	18	7	30	6	15	252

Fonte: Portal FEHIDRO, 2020; Portal SinFEHIDRO, 2020.

Figura 41 - Relação anual dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social submetidos ao FEHIDRO na UGRHI 02.

Projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social submetidos ao FEHIDRO - UGRHI 02																	
SITUAÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Cancelado	0	0	4	2	1	1	1	3	1	1	5	0	0	1	0	0	20
Concluído	1	0	3	4	0	3	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	14
Em execução	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Não iniciado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1	0	7	6	1	4	1	5	2	1	5	0	1	2	0	0	36

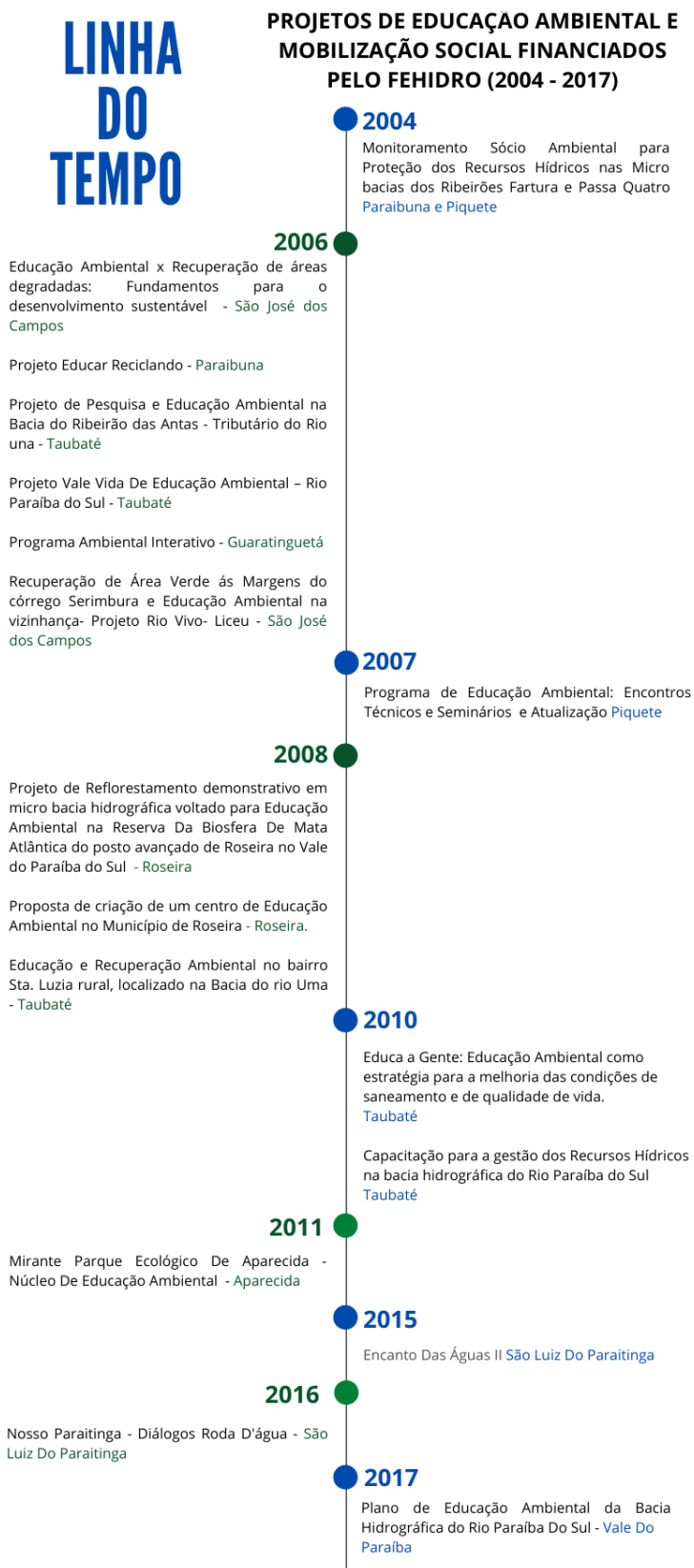
Fonte: Portal FEHIDRO, 2020; Portal SinFEHIDRO, 2020.

Figura 42 - Lista dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social, concluídos ou em andamento, submetidos ao FEHIDRO na UGRHI 02 de 2004 à 2019.

ANO	CÓDIGO	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TOMADOR	PROJETO
2004	2004-PS-90	Concluído	São José dos Campos	Fundação Valeparaibana de Ensino - FVE	Monitoramento Sócio Ambiental para Proteção dos Recursos Hídricos nas Microbacias dos Ribeirões Fartura e Passa Quatro - em Paraibuna e Piquete
2006	2006-PS-97	Concluído	Taubaté	Comando de Policiamento Ambiental - 3º Batalhão 4ª CIA - Taubaté	Projeto Vale Vida de Educação Ambiental - Rio Paraíba do Sul
2006	2006-PS-100	Concluído	Taubaté	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Instituto Florestal	Projeto de Pesquisa e Educação Ambiental na Bacia do Ribeirão das Antas - Tributário do Rio Una - Taubaté - SP
2006	2006-PS-127	Concluído	Paraibuna	Prefeitura Municipal de Paraibuna	Projeto Educar Reciclando
2007	2006-PS-122	Concluído	Guaratinguetá	Serviço Autônomo de Águas, Esgotos e Resíduos de Guaratinguetá	Programa Ambiental Interativo
2007	2006-PS-135	Concluído	São José dos Campos	Fundação Valeparaibana de Ensino - FVE	Educação Ambiental X Recuperação de Áreas Degradadas: Fundamentos para o Desenvolvimento Sustentável
2007	2006-PS-139	Concluído	São José dos Campos	Prefeitura Municipal de São José Dos Campos	Recuperação de Área Verde às Margens do Córrego Serimbura e Educação Ambiental na Vizinhança - Projeto Rio Vivo - Liceu São José
2007	2007-PS-147	Concluído	Piquete	Fundação Christiano Rosa	Programa de Educação Ambiental: Encontros Técnicos e Seminários de Atualização
2009	2008-PS-164	Concluído	Roseira	Pátio das Artes	Projeto de Reflorestamento Demonstrativo em Microbacia Hidrográfica Voltado para Educação Ambiental na Reserva da Biosfera de Mata Atlântica do Posto Avançado de Roseira no Vale do Paraíba do Sul
2009	2008-PS-168	Concluído	Roseira	Prefeitura Municipal de Roseira	Proposta de Criação de um Centro de Educação Ambiental no Município de Roseira
2009	2008-PS-169	Concluído	Taubaté	Instituto Águas do Prata - IAP	Educação e Recuperação Ambiental no Bairro Sta. Luzia Rural, localizado na Bacia do Rio Una, no Município de Taubaté, SP
2011	2010-PS-220	Concluído	Taubaté	Universidade de Taubaté - UNITAU	Educa a Gente: Educação Ambiental como Estratégia para a Melhoria das Condições de Saneamento e de Qualidade de Vida
2011	2010-PS-222	Concluído	Taubaté	Instituto de Pesquisas Ambientais em Bacias Hidrográficas - IPABHI	Capacitação para a Gestão dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
2012	2011-PS-247	Em execução	Aparecida	Prefeitura Municipal de Aparecida	Mirante Parque Ecológico de Aparecida - Núcleo de Educação Ambiental
2016	2015-PS-351	Concluído	São Luiz do Paraitinga	Associação Sosaci	Encanto das Águas II
2017	2016-PS-361	Em execução	São Luís do Paraitinga	AKARUI	Nosso Paraitinga - Diálogos Roda D'água

Fonte: Portal FEHIDRO, 2020; Portal SinFEHIDRO, 2020.

Figura 43 - Linha do tempo dos projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social submetidos ao FEHIDRO na UGRHI 02.



Fonte dos dados: Portal FEHIDRO, 2020; Portal SinFEHIDRO, 2020.

5.3.3 O CBH-PS sob o olhar de seus membros nos “Dedim de Prosa” com as câmaras técnicas

Para os membros das câmaras técnicas, a Educação Ambiental, para além da transmissão de conhecimentos, deve promover mudanças de hábitos e atitudes a partir das vivências práticas; considerar a formação cidadã a diretriz central; e considerar ações e resultados da Educação Ambiental também em longo prazo. Com base nas relações horizontais e em práticas problematizadoras e dialógicas, a Educação Ambiental deve incentivar a participação dos diferentes públicos, inclusive crianças e jovens, nas intervenções de meio ambiente. A interação de estudantes com a comunidade local, a partir do desenvolvimento de projetos de meio ambiente, tende a despertar neles a consciência em prol dos recursos naturais e hídricos. A produção de cartilhas educativas e a criação de espaços educativos também contribuem para o desenvolvimento da Educação Ambiental. São aspectos que se alinham com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental e com os fundamentos do PPP do PEAMS. Avaliaram também que as câmaras técnicas precisam articular-se entre si, integrando a promoção da Educação Ambiental e Mobilização Social dentro de todas as câmaras técnicas do CBH-PS.

Os membros entendem que, dentro da sociedade, a Educação Ambiental apresenta diferentes conceitos, muitas vezes formados a partir de uma visão fragmentada e individualista da temática do meio ambiente. Manifestaram a necessidade de uma Educação Ambiental que possa referenciar as discussões e os projetos dentro do próprio CBH-PS. Uma integração facilitaria a formação de um conceito unificador de Educação Ambiental, gerando soluções na articulação para a integração de projetos. Manifestaram também sobre a necessidade: da institucionalização da Educação Ambiental e Mobilização Social em projetos de recursos hídricos em todas as câmaras técnicas; da capacitação interna, contínua e multidisciplinar dos membros; do planejamento integrado; da participação dos membros do CBH-PS em diferentes câmaras técnicas. Houve o entendimento de que Educação Ambiental pode ser uma ferramenta para a integração, permeando as discussões das políticas de recursos hídricos, assim como recentemente vem sendo realizada por algumas câmaras técnicas, com excelentes resultados.

Para os membros, a importância da participação da sociedade no enfrentamento dos problemas socioambientais tornou a mobilização social prioritária

nas ações de Educação Ambiental, que deve, inclusive, nas ações realizadas pela CT-EAMS, assumir o papel de promotora da mobilização social, estimulando a participação da população nas políticas públicas de meio ambiente, seja em ações específicas de Educação Ambiental, ou em projetos integrados de gestão ambiental. Essa atual mobilização social tem se mostrado insuficiente, devido a baixa participação social. O fomento, por meio de recursos e apoio técnico, formação e materiais educativos, contextualizados com a realidade local podem partir ou ser incentivados via FEHIDRO.

Há uma concordância de que a Educação Ambiental e Mobilização Social precisam ser mais valorizadas, devido à sua fragilidade. De uma forma geral, segundo os agentes, as ações de Educação Ambiental ainda estão isoladas e pontuais, muitas vezes restritas a seminários e palestras, planejadas a partir de demandas imediatas sem planejamento a médio e longo prazos, atendendo ao público das próprias instituições já formadas. Alguns membros das câmaras técnicas expressaram que a Educação Ambiental é um dos mais importantes instrumentos para preservação e garantia da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, mas para isso precisa tornar-se prioridade dentro do CBH-PS. Essa visão também apareceu nas oficinas de compartilhamento dos municípios.

O alto grau burocrático e moroso da análise, aprovação e acompanhamento dos projetos foi apontado como entrave na busca por recursos em ações integradas de Meio Ambiente e de Educação Ambiental. Segundo relatos, os projetos integrados de Meio Ambiente e de Educação Ambiental submetidos ao FEHIDRO, que apresentam orçamento acima de 10% para Educação Ambiental, são analisados e aprovados por agentes técnicos diferentes, que não atuam de forma integrada. Esse funcionamento resulta em descompasso na aprovação dos projetos e prejuízo no planejamento de trabalho, desestimulando a participação e inserção da Educação Ambiental nos projetos relativos a outros Programas de Duração Continuada (PDC).

Também foi levantada a necessidade de encontrar formas de incentivar a participação das prefeituras e diferentes entidades nas câmaras técnicas do CBH-PS. Os membros das câmaras técnicas idealizam um sistema de comunicação no CBH-PS que estabeleça diálogo e fluxos de informação das câmaras técnicas e seus membros e entre as câmaras técnicas e as plenárias do CBH-PS, se estendendo para outras esferas como o Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO) e Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA). A

comunicação da CT-EAMS deve ser mais efetiva para divulgar suas ações, investindo em canal de comunicação próprio (site e/ou redes sociais institucionais), dada a importância de se comunicar com os educadores da Bacia, havendo também a necessidade de indicadores de resultados para dimensionar a contribuição das iniciativas da CT-EAMS na promoção da Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia.

5.3.4 O CBH-PS sob o olhar dos participantes das oficinas “Dedim de Prosa” com os municípios

Os “Dedim de Prosa”, realizados com atores da Educação Ambiental e interessados no tema, apontaram a necessidade de uma aproximação entre o CBH-PS, governos municipais e a sociedade. Relataram sobre a importância do CBH-PS em estabelecer um diálogo mais aberto e transparente, com melhor divulgação dos editais, dando ênfase a publicidade das avaliações dos projetos. Foi levantado o desconhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do CBH-PS e suas câmaras técnicas pela população e instituições públicas e privadas do Vale do Paraíba, o que pode refletir em uma baixa adesão, representatividade e rotatividade de seus membros, corroborando com os dados apresentados pelo estudo “Pesquisa de Percepção Ambiental dos Moradores da Bacia do Paraíba do Sul - trecho paulista.” (Baião *et al.*, 2020).

Na fala dos participantes, a distribuição de recursos do FEHIDRO para a Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia é desigual, havendo necessidade de espaço de diálogo entre o CBH-PS e atores da Educação Ambiental. Relataram que as informações sobre as prioridades do FEHIDRO são acessadas somente por editais. Entendem que essa forma de comunicação (distante e burocrática), associada a uma estrutura fragilizada das prefeituras, dificulta o acesso aos recursos.

A visão dos participantes das oficinas é de que a reflexão coletiva dos projetos entre técnicos e comunidade possibilita contextualizar e dar aderência popular à ação, sendo realizada também a partir da promoção de uma melhor e mais direta comunicação do corpo técnico com os agentes locais. Apontaram ainda que os projetos em fase de execução também devam passar pela avaliação das câmaras

técnicas como forma de aproximação das instituições tomadoras, executoras e a sociedade civil.

5.4 Eixo políticas estruturantes de Educação Ambiental e Mobilização Social

A pesquisa de Educação Ambiental e Mobilização Social, desenvolvida no âmbito dos 34 municípios do Vale do Paraíba, teve como uma das categorias de investigação e análise a estrutura administrativa institucional das prefeituras e seu engajamento no desenvolvimento de políticas de Educação Ambiental. Esse recorte visou avaliar a capacidade dos municípios e os seus condicionantes em realizar políticas estruturantes de Educação Ambiental e Mobilização Social no território da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul.

As entrevistas com representantes dos governos municipais, o “Dedim de Prosa” e os questionários aplicados buscaram conhecer as estruturas administrativas institucionais e a inserção da Educação Ambiental nessas estruturas e nas políticas dos governos locais. O trabalho de visitação e entrevistas permitiu uma aproximação com os municípios e governos locais pela equipe de pesquisa e foi de grande importância para a compreensão das diferentes realidades administrativas, geográficas e de comprometimento em relação às políticas de recursos hídricos, meio ambiente e de Educação Ambiental. O governo local também foi um dos mediadores do processo de mobilização das cidades para participação nas reuniões de compartilhamentos e divulgação da plataforma interativa do PEAMS.

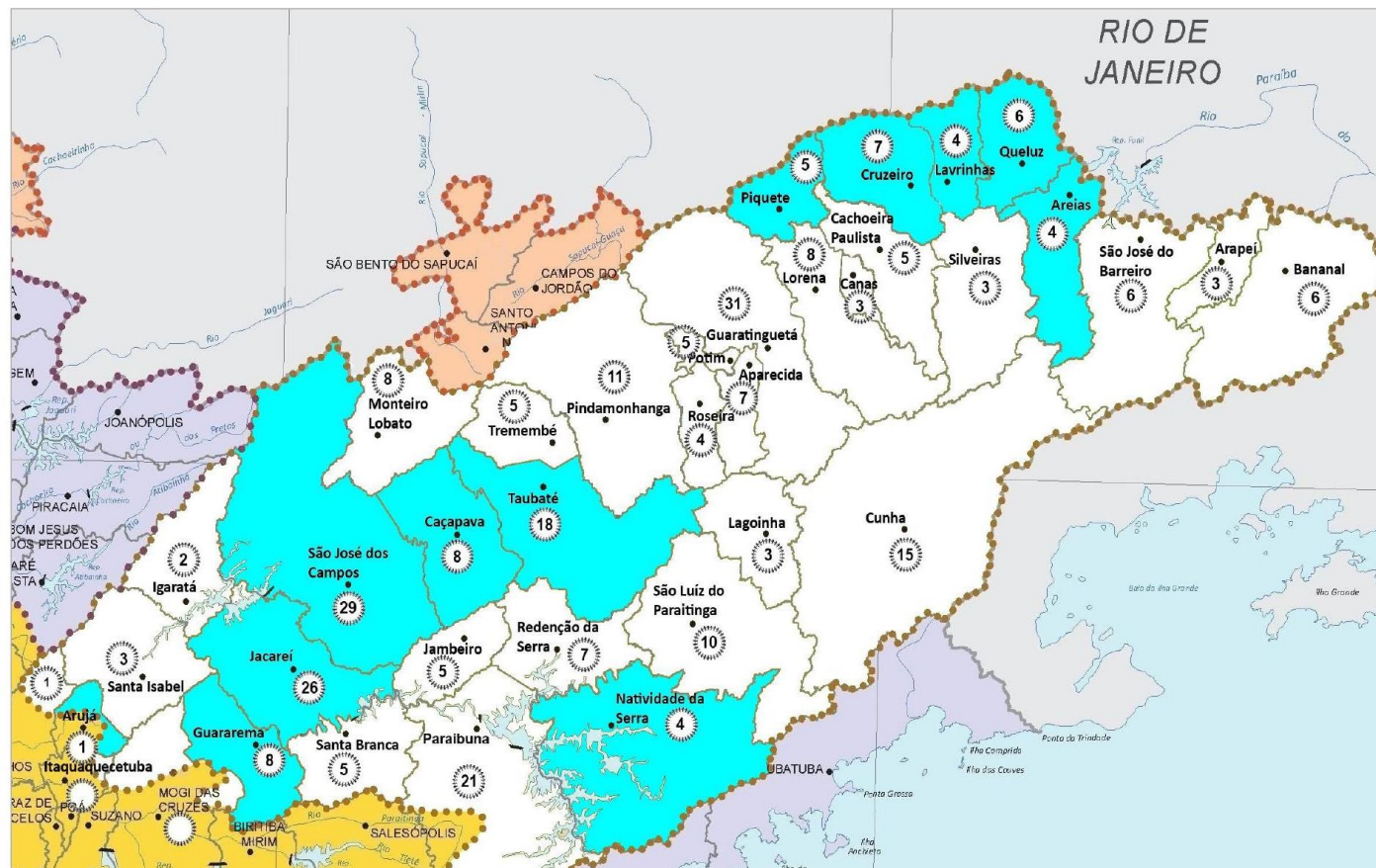
Nas entrevistas, ocorreram situações em que os prefeitos assumiram as reuniões acompanhados dos secretários e técnicos, sobretudo nos municípios menores, e outras em que as reuniões ficaram sob responsabilidade de secretários e/ou de técnicos da pasta de Meio Ambiente. Apesar de ressaltar os objetivos da reunião para o governo municipal, em muitas situações, o técnico da prefeitura designado era ligado ao setor de meio ambiente e ou agricultura e não detinha informações sobre a educação ambiental relacionada com o sistema de ensino.

Os questionários foram respondidos pelas 34 prefeituras (100%) da Bacia, mostrando um comprometimento dos governos com o processo de elaboração do Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social. A adesão de todos os municípios mostrou também a importância da aproximação e do diálogo da equipe com esses

governos para a ratificação do trabalho por eles, resultando em um mapeamento dos que possuem planos ou programas de Educação Ambiental no território (Figura 44).

Entre as prefeituras da Bacia, somente 14,7% apresentam Plano Diretor de Educação Ambiental (Figura 45), 52,9% legislação específica de Educação Ambiental (Figura 46) e 29,4% possuem Programa Municipal de Educação Ambiental (Figura 47).

Figura 44 - Mapa da distribuição dos planos, programas e iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social levantados na Bacia.



LEGENDA

- Sem Plano ou Programa de Educação Ambiental
- Com Plano ou Programa de Educação Ambiental



Número de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social



Limite da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul



PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (UGRHI 02)



Figura 45 - Presença de Plano Diretor de Educação Ambiental nos municípios da Bacia.

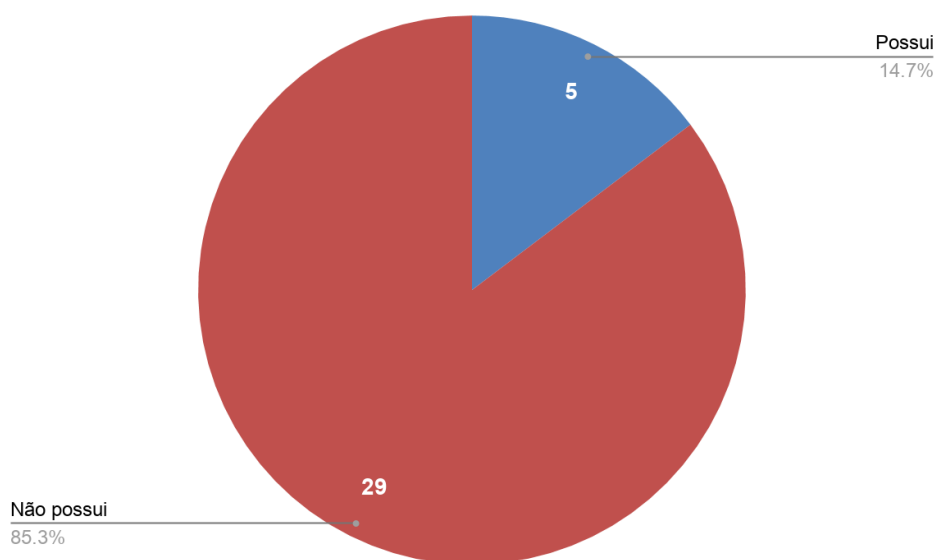


Figura 46 - Presença de legislação municipal de Educação Ambiental.

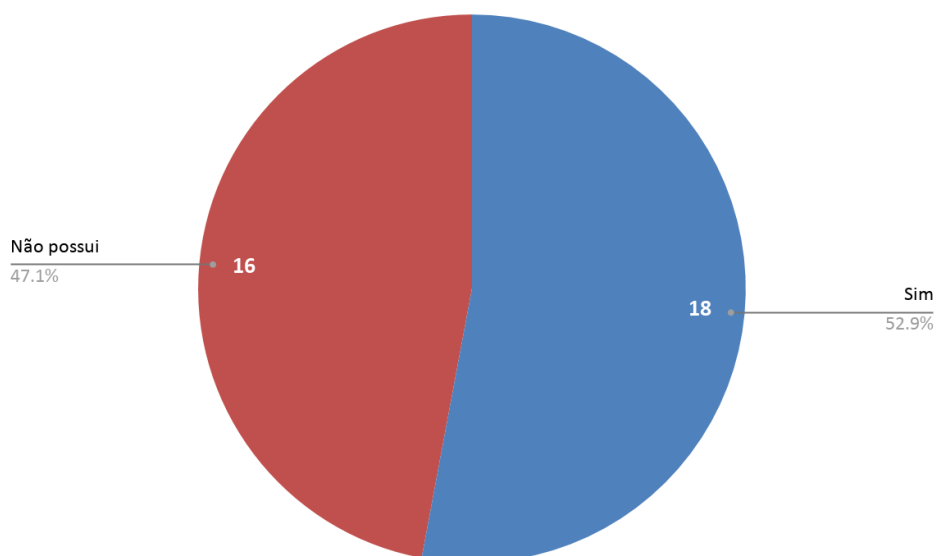
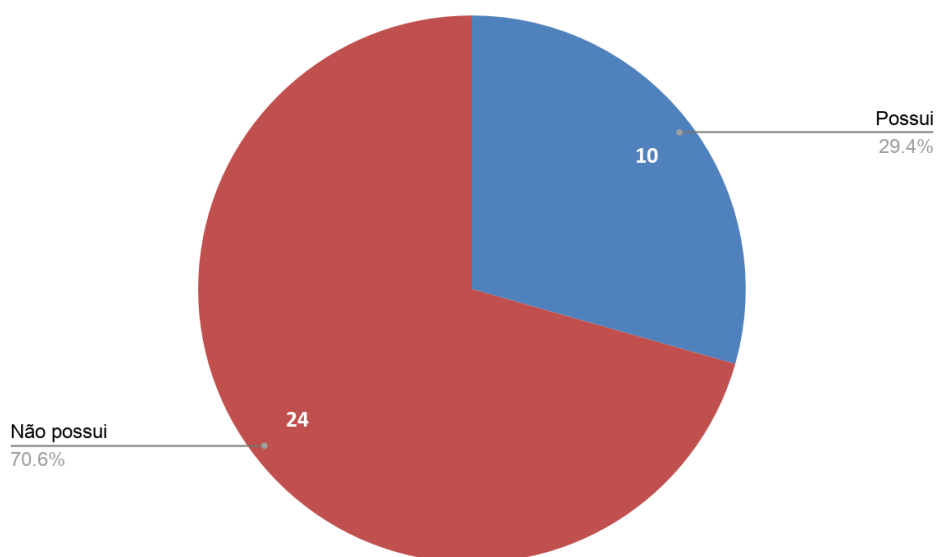


Figura 47 - Presença de Programa Municipal de Educação Ambiental nos municípios da Bacia.



Na Bacia, 91,4% dos municípios apresentam Secretaria do Meio Ambiente ou equivalente (Figura 48). No entanto, o meio ambiente, na maioria dos casos, está inserido em Secretarias que agrupam pastas múltiplas, podendo ir de Obras à Agricultura. Essa forma de organização corresponde a 77% dos municípios (Figura 49). A estrutura organizacional administrativa com múltiplas pastas, contribui para a perda de relevância da área agrupada.

Figura 48 - Porcentagem de presença de Secretarias de Meio Ambiente ou equivalente nas prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

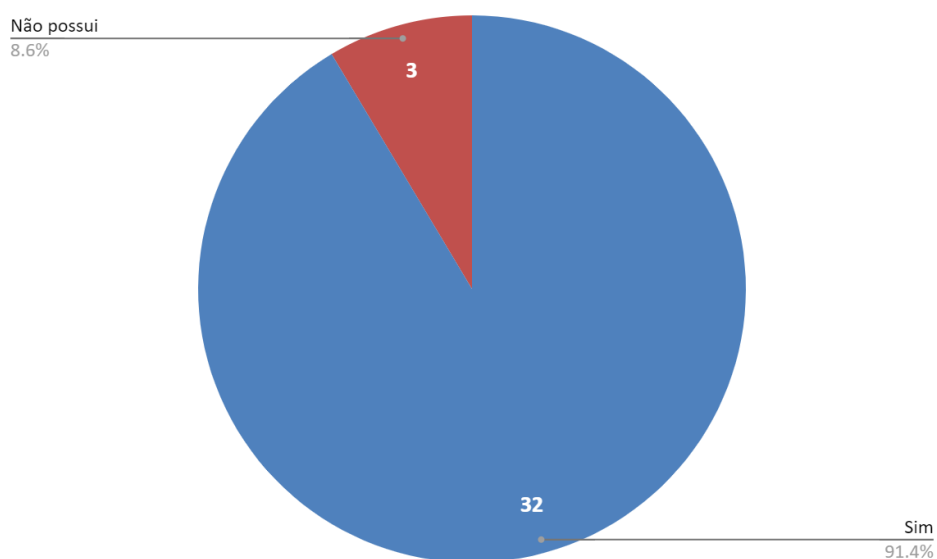
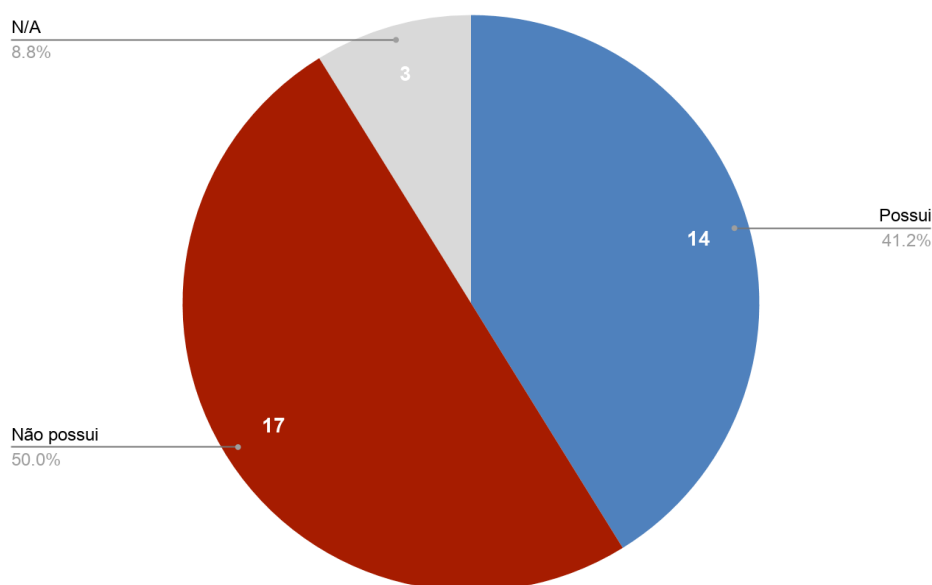


Figura 49 - Lista de Secretarias de Meio Ambiente ou equivalentes, presentes nas prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

DENOMINAÇÃO DAS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE E/OU EQUIVALENTE PRESENTE NAS PREFEITURAS	NÚMERO DE CITAÇÕES
Casa da Agricultura	1
Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente	1
Departamento de Meio Ambiente	1
Diretoria de Meio Ambiente	1
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	9
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Agropecuário	2
Secretaria de Obras, Meio Ambiente, Planejamento e Serviços Públicos	2
Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	1
Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade	1
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	7
Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente	2
Setor de Obras e Meio Ambiente	1
Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente	1
Não possui	1
N/A	2

Segundo os relatos dos agentes municipais, a maioria dos municípios tem apenas um técnico designado especificamente para tratar da área do meio ambiente. Segundo os questionários, 14 municípios (38.9%) dispõem de gestores e/ou técnicos (recursos humanos) alocados na administração com funções de desenvolver a Educação Ambiental como política pública (Figura 50). Com algumas exceções, são municípios de médio e grande portes (acima de 20 mil habitantes) que apresentaram recursos humanos na estrutura administrativa de Educação Ambiental, mas conforme informações levantadas no “Dedim de Prosa” de São José dos Campos, tais recursos têm sido insuficientes para atender à grande demanda de iniciativas. Os relatos dos prefeitos e servidores da área de Meio Ambiente das prefeituras de menor porte (entre 3.000 e 20.000 habitantes) ressaltaram o pequeno quadro de funcionários públicos municipais para justificar a ausência de um gestor e ou técnico articulador de políticas públicas de Educação Ambiental e Mobilização Social.

Figura 50 - Porcentagem de prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul que possuem funcionários com dedicação exclusiva à Educação Ambiental.



A Educação Ambiental, praticamente, é desprovida de suporte orçamentário municipal na Bacia (apenas sete prefeituras indicaram orçamento para esse tema em 2020) (Figura 51). A falta ou o pouco suporte orçamentário e a ausência ou insuficiência de recursos humanos para a Educação Ambiental, na maior parte dos governos municipais, mostram a fragilidade da estrutura administrativa institucional

para desenvolver políticas públicas nesse tema no território da Bacia. Uma das formas de alocar recursos orçamentários e humanos na Educação Ambiental é o engajamento dos governos na busca de fundos públicos. Nesse item, 26,5% das prefeituras, segundo os questionários, submeteram iniciativas de Educação Ambiental para captação de recursos junto ao FEHIDRO (Figura 52). Esse dado também mostra que os projetos (dado quantitativo) estão concentrados nos municípios de maior porte (Figura 53), justamente aqueles que apresentam suporte de recursos humanos para a Educação Ambiental.

Figura 51 - Municípios que apresentam orçamento específico para Educação Ambiental.

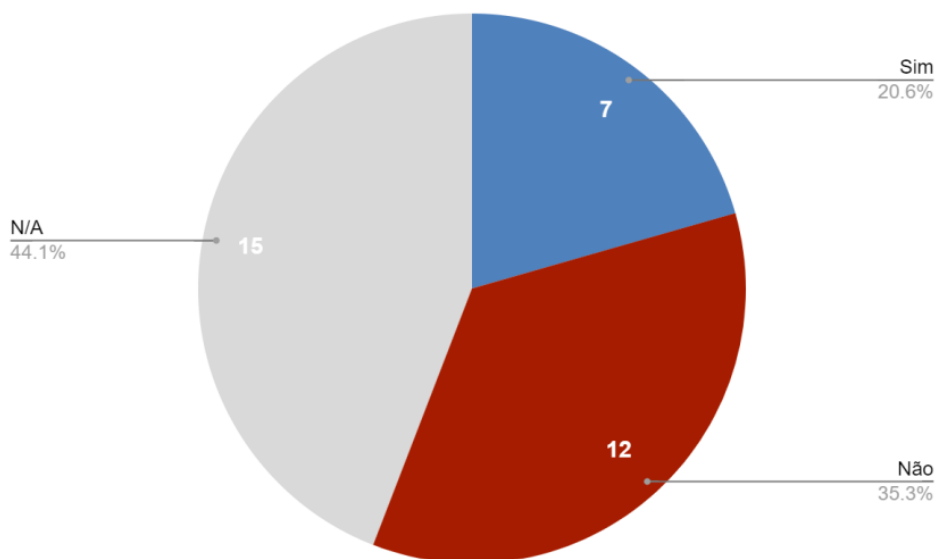


Figura 52 - Porcentagem de prefeituras da porção paulista da Bacia do rio Paraíba do Sul que submeteram iniciativas de Educação Ambiental ao FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

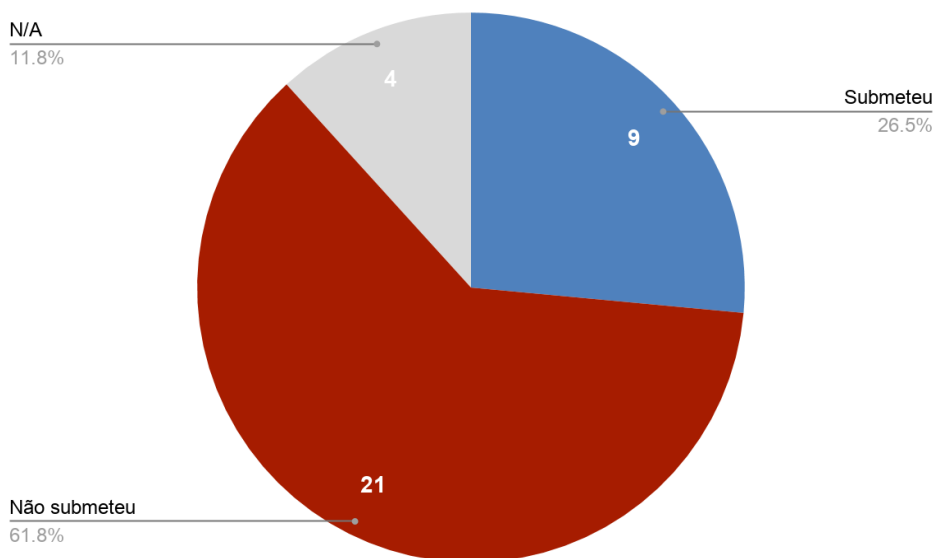
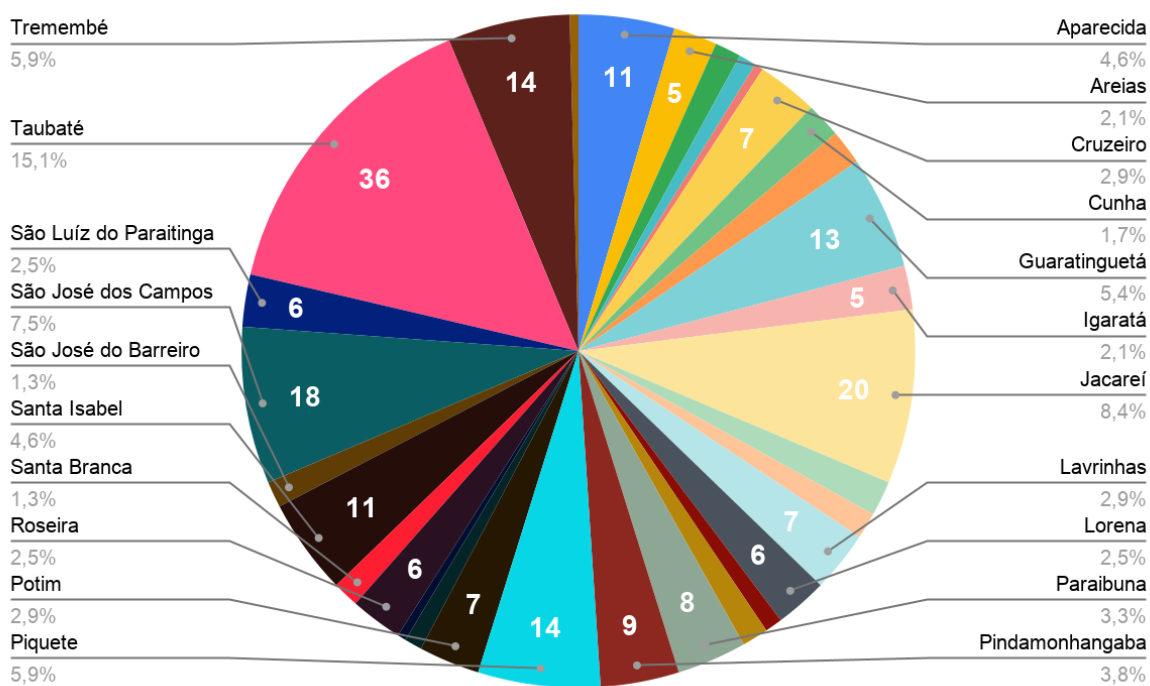
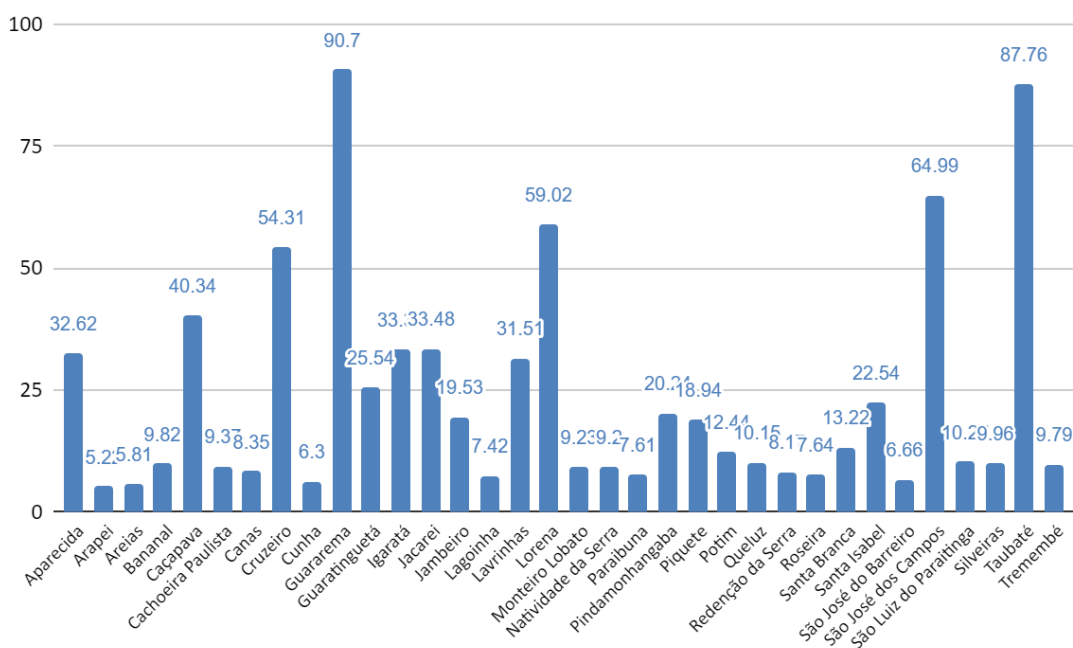


Figura 53 - Municípios tomadores que apresentam projetos de Educação Ambiental submetidos ao FEHIDRO.



Considerando os dados do Programa Município VerdeAzul⁴ do Governo do Estado de São Paulo (Figura 54), que classifica as prefeituras pela eficiência da gestão ambiental com valorização da agenda ambiental, 70,5% das prefeituras da Bacia apresentam pontuação abaixo de 25 pontos, de um total de 100 pontos . Apenas duas prefeituras possuem pontuação acima de 80 pontos. As cinco prefeituras que apresentam pontuação acima de 50 pontos são justamente as que possuem corpo técnico dedicado à Educação Ambiental. Os dados demonstram que a gestão e a agenda ambientais ainda são um desafio para os municípios da região e que a Educação Ambiental, quando provida de estrutura, ocupa um espaço integrador para a construção das políticas públicas de meio ambiente.

Figura 54 - Pontuação do Programa município VerdeAzul 2019.



Fonte: Portal da Secretaria da Infraestrutura e Meio Ambiente, 2020.

Por outro lado, existem dados que mostram as potencialidades da Educação Ambiental, desenvolvida a partir de instrumentos e/ou espaços construídos ou

⁴ Lançado em 2007 pelo governo do estado de São Paulo, o Programa Município VerdeAzul tem como principal objetivo estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo. A participação dá-se por adesão do município.

formados em determinados momentos históricos, em conjuntura favorável à temática ambiental, que se enfraqueceram no momento presente, mas que podem ser resgatados para fortalecimento da Educação Ambiental da Bacia.

A área rural apresenta três instituições representativas na Bacia que comportam espaços de formação em Educação Ambiental: o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) aparece em 58,9% dos municípios e 32,4% abordam a Educação Ambiental (Figura 55); os sindicatos rurais apresentam-se em 73,6% municípios da Bacia e 32,4% abordam a Educação Ambiental (Figura 56); enquanto a Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) aparece em 58,8% e 35,5 abordam Educação Ambiental (Figura 57). São espaços institucionais que, quando abordam a Educação Ambiental, tornam-se interlocutores dos projetos integrados de meio ambiente.

Figura 55 - Presença do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos municípios. E.A. - Educação Ambiental.

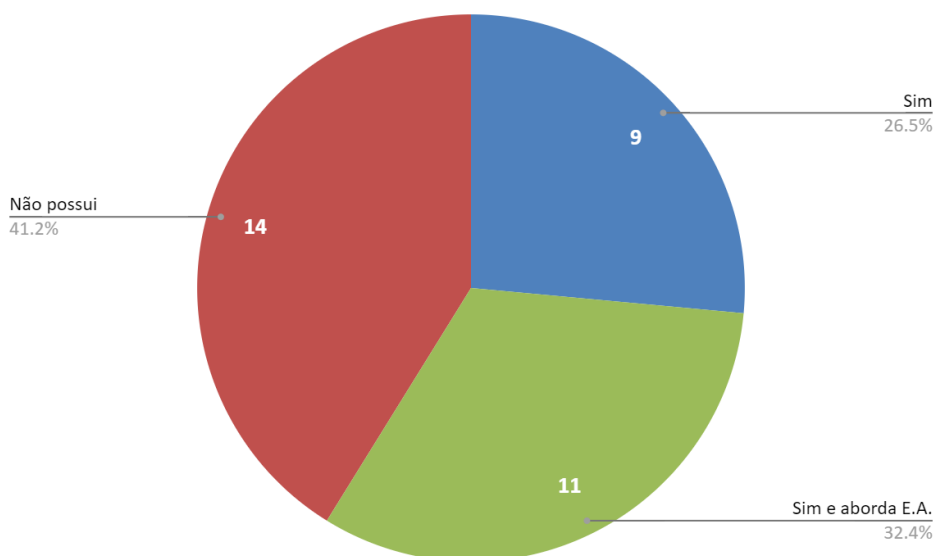


Figura 56 - Presença de Sindicato Rural nos municípios. E.A. - Educação Ambiental.

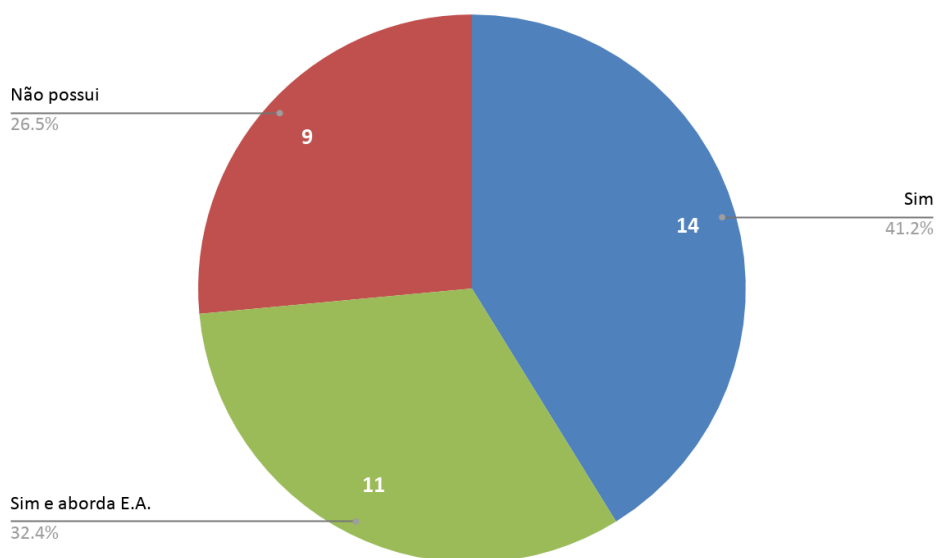
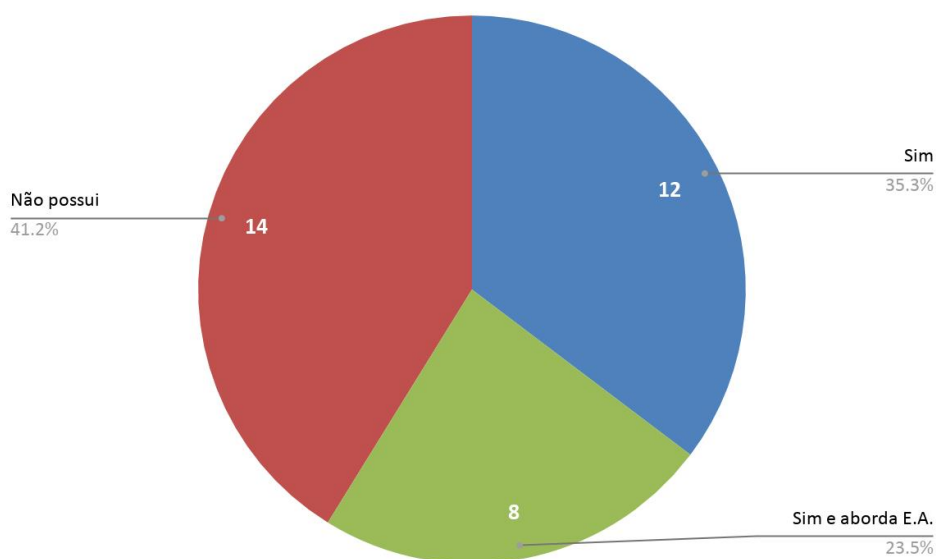


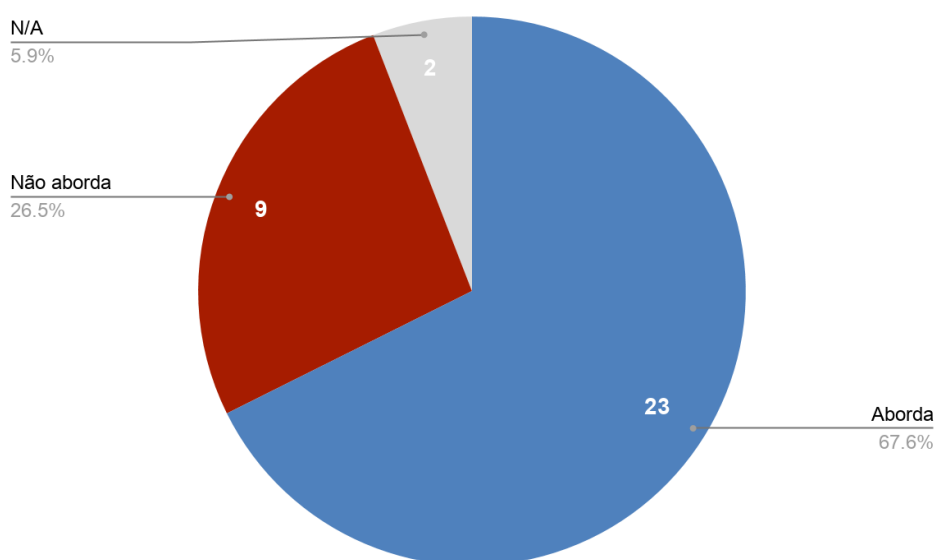
Figura 57 - Presença da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) nos municípios. E.A. - Educação Ambiental.



Vinte e cinco municípios, ou seja 64%, apresentam instrumento legal que aborda a Educação Ambiental (Figura 58). Segundo os indicadores de Educação Ambiental, o marco legal é o “reconhecimento e institucionalização formal por meio de instrumentos e atos legais que contribuem com a permanência e continuidade das políticas públicas nos territórios” (RAYMUNDO *et al.* 2019) Nesse contexto, o marco legal municipal em articulação com a legislação estadual e federal de Educação

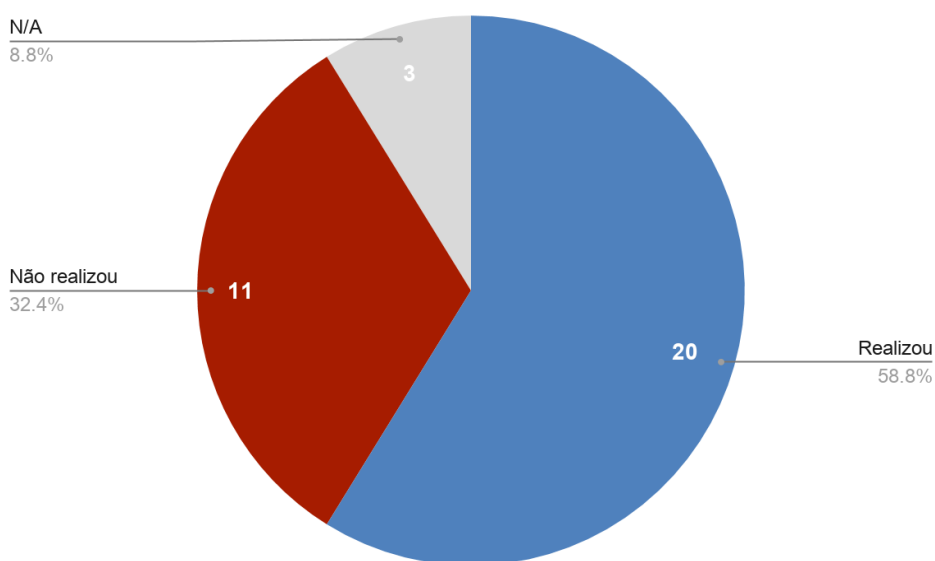
Ambiental, enquanto instrumento da política pública, pode e deve ser acionado pela sociedade e/ou pelo próprio Estado, por meio do Judiciário, e/ou das câmaras municipais e/ou governos executivos, para as formulações e reformulações da lei da política pública de Educação Ambiental. Torna-se, assim, uma potencialidade a defesa da Educação Ambiental enquanto direito.

Figura 58 - Porcentagem de instrumentos legais municipais que abordam Educação Ambiental nas prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul.



Outro aspecto interessante, que potencializa e mostra a necessidade da política de Educação Ambiental, é que 58% das prefeituras informaram no questionário que já realizaram diagnósticos ou conhecem os problemas do município que podem ser enfrentados também pela Educação Ambiental (Figura 59).

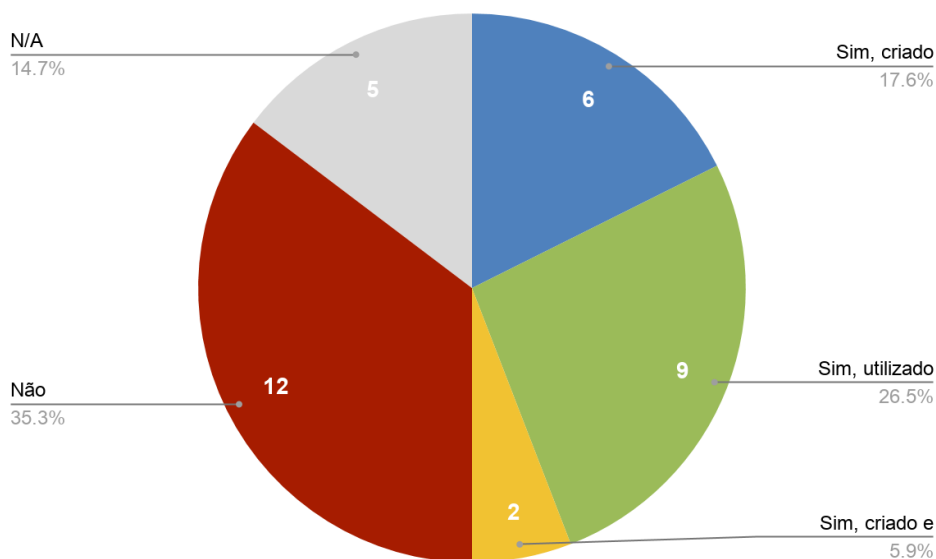
Figura 59 - Porcentagem de prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul que realizaram diagnósticos ou reconhecem problemas a serem enfrentados pela Educação Ambiental.



As oficinas de compartilhamento “Dedim de Prosa” realizadas na etapa de diagnóstico corroboraram com as informações a respeito da estrutura administrativa institucional levantada nas prefeituras. Os participantes das oficinas diagnosticaram que a Educação Ambiental não é efetiva e apresenta baixo impacto, considerando o objetivo de formar cidadãos capazes de se mobilizar para o enfrentamento dos problemas ambientais. Em seu conjunto, as oficinas “Dedim de Prosa” apontaram como causas para o baixo impacto da Educação Ambiental: o fato de não ser prioridade para os governos locais e não compor a política ou plano de governo local; por ser descontínua, fragmentada, pontual e isolada e pela falta de espaços de discussão da política de Educação Ambiental na sociedade. Como reflexo do baixo impacto, as oficinas destacaram a baixa adesão da população no envolvimento e enfrentamento dos problemas socioambientais do território. Essa baixa adesão reflete-se na pouca sensibilização e identificação da população em relação aos temas socioambientais, dentre os quais a própria Educação Ambiental. Cabe ressaltar que, em algum momento, 50% dos municípios já criaram ou utilizaram espaços colegiados no processo de construção de políticas de meio ambiente, no entanto, conforme informação levantada nas oficinas de compartilhamento, a participação e a mobilização, enquanto política pública, não faz parte das políticas dos governos locais (Figura 60). Desta forma, a Mobilização Social, um dos itens de avaliação dos

indicadores de Educação Ambiental, não integra de forma efetiva as políticas públicas de meio ambiente no território.

Figura 60 - Porcentagem de prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul que criaram e/ou utilizam de espaços coletivos e/ou colegiados para construção/implementação de iniciativas de Educação Ambiental.



Outro aspecto que as oficinas ressaltaram é a pouca visibilidade que a Educação Ambiental apresenta no território. Para os participantes, as iniciativas de Educação Ambiental no território encontram-se enfraquecidas e, em razão disso, a sua continuidade é prejudicada, na medida em que não apresentam as relevância e contribuições para o enfrentamento dos problemas socioambientais. A construção de uma política de Educação Ambiental, segundo os relatos, passa pelo pleno uso das potencialidades da região, pela valorização e resgate das iniciativas exitosas bem como por um plano de comunicação para divulgação e disseminação das ações de Educação Ambiental. Segundo os indicadores de Educação Ambiental da ANPPEA, o plano de comunicação para a política pública de Educação Ambiental “demonstra a relevância que é conferida à mesma, com organização, sistematização de ideias e estratégias definidas”.

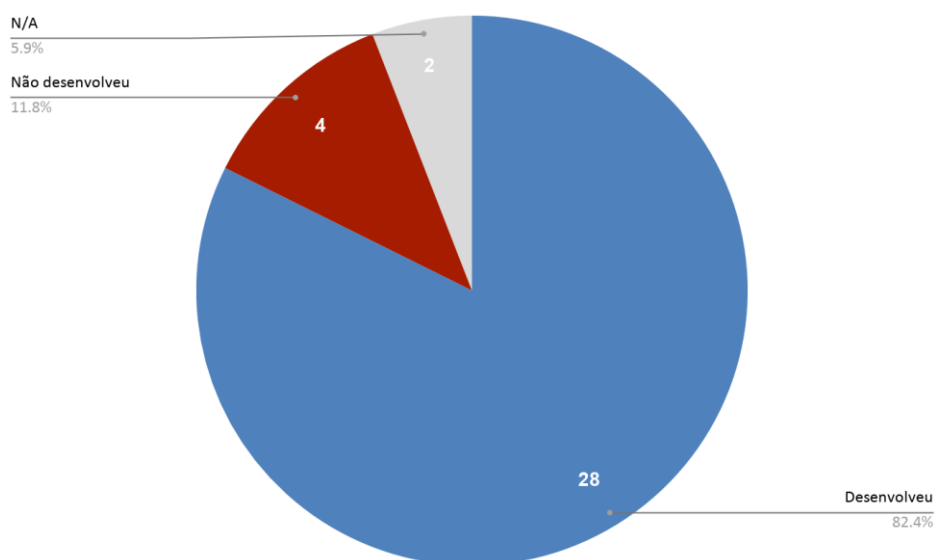
A oficina de compartilhamento de São José do Barreiro apresentou especificidades da região referentes às fragilidades e potencialidades do Vale Histórico (Areias, São José do Barreiro, Bananal, Arapeí e Silveiras). Os

governos locais, segundo os relatos, em razão da baixa arrecadação e da pequena estrutura que dispõem para desenvolver as políticas públicas, não têm uma estrutura administrativa para Educação Ambiental. Por outro lado, o território apresenta características que favorecem o desenvolvimento de políticas de meio ambiente de referência: é extenso; abriga as nascentes do Rio Paraitinga; apresenta inúmeras Unidades de Conservação (UCs); apresenta valioso patrimônio natural e histórico; é fortemente articulada com o programa “Conexão Mata Atlântica” e tem como uma das principais atividades econômicas o turismo.

A oficina de São José do Barreiro deu destaque para as parcerias. Projetos na região são desenvolvidos a partir de parcerias firmadas entre municípios e entidades do terceiro setor, sobretudo envolvendo escolas. Foram citados o programa de Educação Ambiental “Bacias Pedagógicas” que envolve o ensino formal e a educação não formal de Areais e o programa de produção de geléias e mudas frutíferas envolvendo também Educação Ambiental articulado com o ensino formal e a educação não formal na prefeitura de Bananal. Os participantes visualizaram ampliar as parcerias para potencializar iniciativas de Educação Ambiental nas UCs, fortalecer o programa Conexão Mata Atlântica e os programas culturais e sociais existentes na região sob a responsabilidade de associações e organizações não governamentais. Deram destaque também para a necessidade de incluir nas parcerias de Educação Ambiental a preservação e a educação para o patrimônio histórico.

As parcerias tornaram-se importantes articulações para o desenvolvimento de iniciativas de Educação Ambiental, sobretudo em escolas, não só no Vale Histórico como em toda Bacia. Nas entrevistas, 28 prefeituras declararam que já desenvolveram parcerias para a promoção de iniciativas de Educação Ambiental na rede municipal de ensino (Figura 61).

Figura 61 - Porcentagem de prefeituras da porção paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul que desenvolveram parcerias com as escolas municipais para promoção de iniciativas de Educação Ambiental.



Desta forma, uma das possibilidades de fortalecer a Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia é a formação de parcerias entre o poder público e demais segmentos da sociedade, de forma que as políticas públicas locais sejam construídas por meio do diálogo e da participação de todos os atores. Conforme os depoimentos, o programa de Educação Ambiental “Bacias Pedagógicas” de Areias atende a esse princípio, tornando-se uma referência na construção de programa integrado de meio ambiente e Educação Ambiental. O programa elaborado com a participação de gestores e educadores da administração pública está sendo implementado em parceria com o Instituto Florestal, as Câmaras Técnicas de Saneamento e Restauração Florestal do CBH-PS, um proprietário rural e empresas estabelecidas em torno da Bacia e visa, de forma integrada, a conservação de nascentes, o fortalecimento do turismo ecológico e patrimonial e a requalificação ambiental por meio de ações de saneamento e restauração florestal.

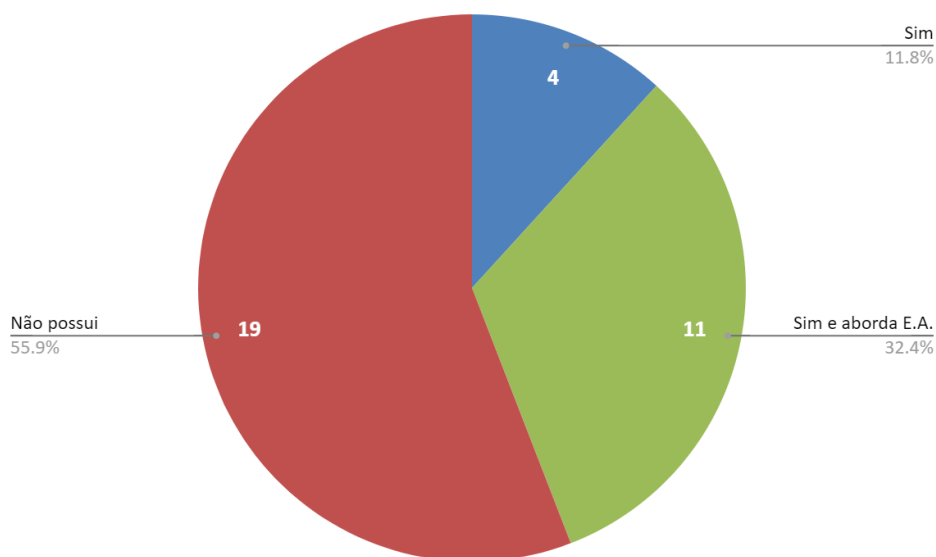
5.5 Eixo espaços educadores da Educação Ambiental e Mobilização Social

Dentre as potencialidades para a construção da política de Educação Ambiental foram apontados nas oficinas os espaços educadores da Educação Ambiental, mencionando o próprio Rio Paraíba do Sul como um espaço educador. Através dos ciclos econômicos e por meio das diferentes formas da sociedade relacionar-se com o espaço - das populações pescadoras tradicionais à indústria, da agricultura à mineração - a Bacia vincula sua história e sua identidade ao Rio Paraíba do Sul. “É o rio de todos”, na visão do João Rural:

O Rio Paraíba do Sul é seu, do vizinho da esquerda, da direita, da indústria, do agricultor, da geradora de energia elétrica, mas, principalmente, ele é dos filhos de todos nós. E é para essas gerações futuras, que o Paraíba necessita ser recuperado e preservado. (RURAL, 2007).

O rio integra o Vale do Paraíba, foi a conclusão das oficinas de compartilhamento “Dedim de Prosa” de Cachoeira Paulista e São Luiz do Paraitinga. Os espaços educadores são fundamentais para educação ambiental, sejam espaços físicos ou não, e segundo o questionário das prefeituras, 44,1% dos municípios dizem possuir esses espaços educadores em seus municípios, com 32,2% abordando Educação Ambiental e 11,8% não abordando; 55,9% não apresentam nenhum tipo de espaço educador para a Educação Ambiental (Figura 62).

Figura 62 - Presença de espaços educadores nos municípios da Bacia. E. A. - Educação Ambiental.



As UCs, que aparecem nas suas várias modalidades na região (Figura 63), junto com os parques urbanos (Figura 64) foram lembradas como espaços de grande potencial da Educação Ambiental, mas que ainda, segundo as informações levantadas nas oficinas de Taubaté, São José do Barreiro e São José dos Campos, são poucos explorados. Aparecem ainda nas oficinas de compartilhamento a horta como instrumento pedagógico; a coleta seletiva como estratégia da Educação Ambiental; a água como tema articulador da transversalidade; o turismo pedagógico; a criação dos espaços verdes como meios de promover educação ambiental. Os Centros de Educação Ambiental (CEA) aparecem em 32,4% das prefeituras (Figura 65), no entanto tiveram pouco destaque nas oficinas de compartilhamento.

Figura 63 - Presença de Unidades de Conservação com estrutura para uso público nos municípios. E.A. - Educação Ambiental.

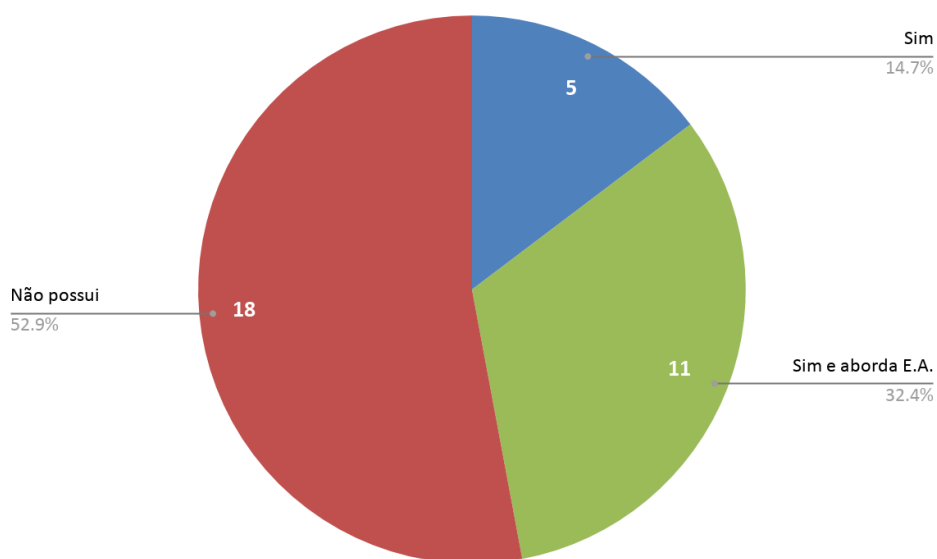


Figura 64 - Presença de parques municipais e áreas verdes para uso público nos municípios. E.A. - Educação Ambiental.

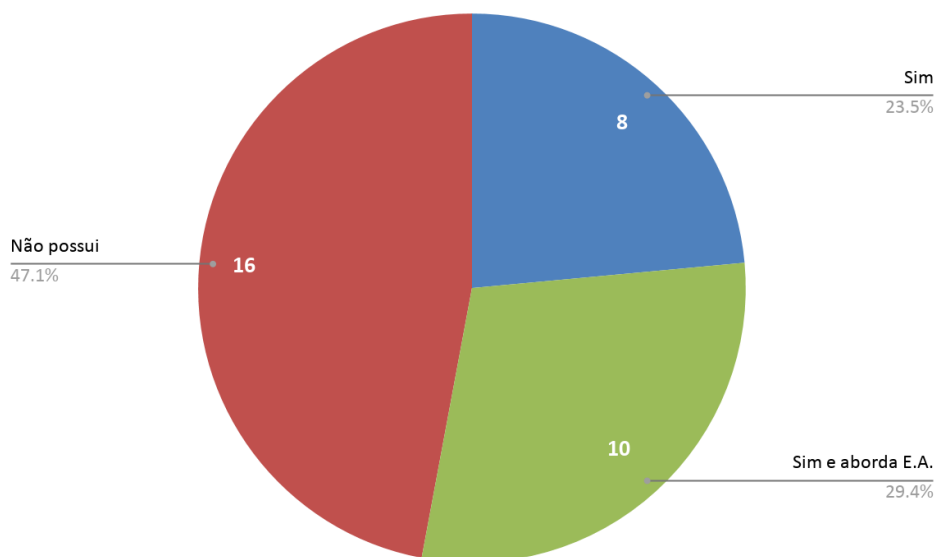
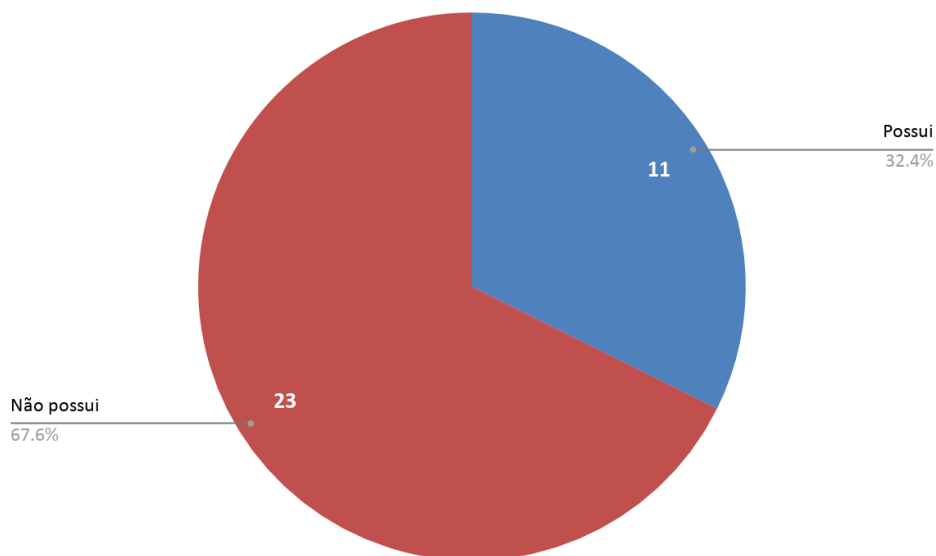


Figura 65 - Presença de Centro de Educação Ambiental (CEA) nos municípios.



Como abordar pedagogicamente o estudo desses espaços, temas e objetos de forma significativa, superando o ensino tradicional, como apontaram as oficinas de Taubaté, Cachoeira Paulista e Guararema? Como abordar na perspectiva da interdisciplinaridade, como prevê o Programa Nacional de Educação (PRONEA, 2005) e todo o aparato legal, lembrado pelas oficinas de São Luiz do Paraitinga e Cachoeira Paulista?

Esse é o desafio de todos que trabalham com Educação Ambiental na perspectiva de políticas públicas.

O conhecimento pertinente e significativo é construído na interação entre os sujeitos e o objeto do conhecimento, como ressaltou a oficina de São Luiz do Paraitinga. O objeto (rios, parques, resíduos, poluição) é a própria realidade, com a qual os envolvidos no estudo, como sujeitos, irão interagir para conhecê-lo nas suas múltiplas dimensões. Freire (2013, p.18), nos ensina que “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer”.

Portanto, tem-se como ponto de partida para a construção do conhecimento a realidade observada e analisada. Segundo Pontuschka (2014), “para superar a fragmentação do conhecimento estuda-se a própria realidade em sua multiplicidade de aspectos, onde os saberes das diversas áreas estão concretizados”. Nessa perspectiva, os conteúdos são extraídos da realidade por meio da pesquisa, com o propósito de desvendá-la.

Outra questão é como investigar essa realidade? Freire nos diz que o homem “atuando, transforma; transformando, cria uma realidade” que, por sua vez, “envolvendo-o, condiciona sua forma de atuar” (FREIRE, 2013, p.45). Nessa perspectiva, quando se observa o espaço, observa-se a própria humanidade. Desvendar a realidade é um processo reflexivo. Esse processo reflexivo é mais intenso quando a realidade é problematizada. Uma problematização que promova diálogos sobre a realidade, que todos possam expressar oralmente o que pensam. Pontuschka (2014) em seu artigo sobre estudo do meio cita o teórico Bakhtin para expressar a importância do diálogo no ato de pesquisar. Promover a interação entre os saberes por meio do diálogo, como expressou a oficina de São Luiz do Paraitinga. E é nessa interação que reconstruímos a nossa leitura de mundo.

Atemo-nos à discussão sobre o pedagógico para avançarmos sobre a discussão de um ensino inovador e significativo, proposto pelas oficinas. Propor uma Educação Ambiental contínua, interdisciplinar, transversal e participativa, como expressou as oficinas de Cachoeira Paulista e São Luiz do Paraitinga, requer uma análise sobre a prática pedagógica, uma prática que promova o estudo da realidade, que problematize essa realidade, envolvendo a todos num processo dialógico.

Em Cachoeira Paulista, foi dito que toda política pública de meio ambiente, seja para a requalificação ambiental, seja para a conservação, trata de uma realidade a ser pesquisada pela Educação Ambiental. Nessa perspectiva, toda ação que envolva meio ambiente pode ser um espaço da Educação Ambiental, conforme a Resolução 98/09 que o Conselho Nacional estabelece.

5.5.1 Espaço educador: a Educação Ambiental e Mobilização Social nas políticas integradas

De modo geral, em função de poucos recursos humanos e financeiros, ou mesmo da ausência deles, a capacidade em desenvolver ações de gestão ambiental nas prefeituras, sobretudo nas de pequeno porte, está relacionada diretamente ao engajamento do governo local, representado pelo técnico responsável pela área ambiental, em realizar articulações e parcerias na busca de programas e projetos aliados a recursos econômicos. Quando engajados, técnicos da prefeitura realizam mediações e articulações para desenvolver intervenções de meio ambiente. Houve

relatos, nas entrevistas com os governos locais, de captação de recursos aliados a projetos de qualificação ou conservação ambiental junto a FEHIDRO, CEIVAP e outros órgãos estaduais e federais. São recursos ou projetos, segundo os técnicos, relacionados à questão ambiental e urbana, sem articulação com a Educação Ambiental e sem o envolvimento de órgãos colegiados de participação, como o Conselho de Meio Ambiente. Em muitas prefeituras os Conselhos de Meio Ambiente estão desativados ou são pouco efetivos, como apurado nas oficinas de compartilhamento, sobretudo na de Taubaté.

Dentre esses projetos de qualificação ou conservação ambiental, aparecem canalização de córregos, plano de resíduos sólidos, plano de drenagem, restauração florestal e outros. A ausência dos conselhos e órgãos colegiados locais na discussão desses projetos, mais a ocorrência de problemas relativos a algumas dessas intervenções (a perda da restauração por ateamento do fogo, plano de resíduos inviável, canalização que desconsiderou os aspectos ambientais), evidenciaram a pouca ou a falta de adesão da sociedade em relação às intervenções realizadas. Em algumas situações, o conteúdo do produto entregue pela executora (intervenções/plano) é desconhecido pelos próprios técnicos.

Os dados dos questionários sobre os planos municipais setoriais da Bacia mostraram que 32,4% dos planos de saneamento (Figura 66) e 34% dos planos de resíduos sólidos (Figura 67) não abordam a Educação Ambiental. Alguns deles foram financiados por fundos públicos como FEHIDRO e AGEVAP. A pesquisa constatou que os planos de saneamento e resíduos sólidos, não podem, sob o aspecto da Educação Ambiental, ser classificados como instrumento das políticas de saneamento e de resíduos. Um dado a ser observado na pesquisa é o alto índice de abstenção na resposta a essas questões (respectivamente 38% e 47% das prefeituras não responderam as questões sobre os planos de saneamento e de resíduos).

Figura 66 - Presença da Educação Ambiental no Plano Diretor de Saneamento dos município

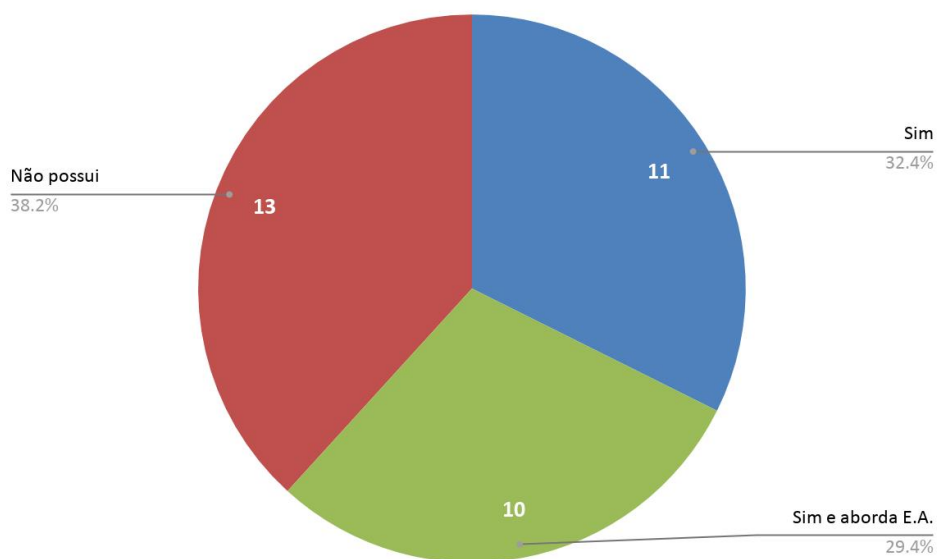
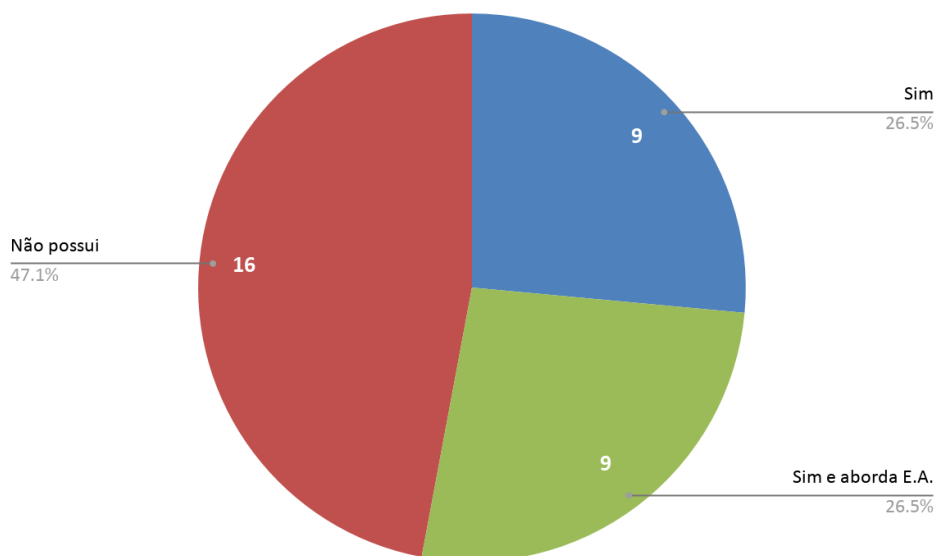


Figura 67 - Presença da Educação Ambiental no Plano Diretor de Resíduos Sólidos dos municípios.



Muitos planos de resíduos e saneamento não foram implementados, perdendo uma grande oportunidade em desenvolver ações de Educação Ambiental integrada ao saneamento e ao tratamento de resíduos, tendo como premissa a participação e a mobilização da sociedade na construção de novos valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências.

A Educação Ambiental pautada pela promoção da cidadania e pelos princípios do diálogo, da transversalidade, da transparência, da democracia é um instrumento de envolvimento e participação da comunidade, caracterizando-se como:

Ferramenta de apoio aos programas projetos e ações governamentais em saneamento, como também à Mobilização Social e à indução ao protagonismo da sociedade e das comunidades e suas lideranças na articulação e gestão das ações e práticas locais. (MOISÉS, *et al.*, 2010, p. 2586).

Considera-se que toda política ou ação de conservação e requalificação ambiental é um potencial espaço da Educação Ambiental, da participação e da Mobilização Social. A grande questão que se coloca é qual o conceito que define participação e mobilização? Freire em seu livro “Comunicação ou extensão?”, que reflete sobre o trabalho de agrônomos em comunidades de camponeses, pontua que:

O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. Para ele, o processo de formação educadora se dá na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. (FREIRE, 2013, p. 45).

Dessa forma, é na interação e na problematização entre os saberes populares, construídos nas relações das pessoas com o seu mundo, e o conhecimento científico que se constrói e reconstrói saberes. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental é um instrumento que ao mesmo tempo em que promove o diálogo e a reflexão do grupo (educando e educador) sobre a ação de conservação ou requalificação do meio ambiente, tem também a função de mediar e articular o processo participativo, caracterizado pelo diálogo e interação entre técnicos e população beneficiada pela intervenção. Nessas condições, a iniciativa de Educação Ambiental e Mobilização Social atende ao tópico 9 dos indicadores ambientais da ANPPEA: “Intervenções educadoras socioambientais podem indicar que a Política Pública propicia o exercício

da cidadania e de ações que geram reflexões e novas ações para transformar os problemas encontrados”.

5.6 Eixo Educação Ambiental e Mobilização Social na educação formal

Nas entrevistas com os governos locais, a pauta da Educação Ambiental no sistema de ensino formal teve ênfase somente quando presente à reunião um representante da Secretaria de Educação. No mais, era tema desconhecido pelos representantes do meio ambiente. De forma geral, as ações entre as pastas de Meio Ambiente e Educação, segundo os depoimentos, acontecem em datas comemorativas (Dia da Árvore, Semana do Meio Ambiente, Semana da Primavera, etc.), ou quando ocorrem ações de plantios e/ou palestras por solicitação das escolas ou por demandas do Executivo local. Com exceções, não se verificou nas entrevistas com os governos locais a existência de um plano de Educação Ambiental ou iniciativas mais estruturadas das Secretarias de Educação. Observou-se nas entrevistas que as iniciativas com caráter de plano ou projeto acontecem no âmbito das unidades escolares. Também se verificou que muitas iniciativas são planejadas e desenvolvidas por entidades civis e/ou parceiras das escolas, em um movimento de fora para dentro das unidades escolares, trabalhando diretamente com alunos, sem ou com pouca participação dos professores. Portanto, são iniciativas isoladas e fragmentadas, enfraquecidas com ação individualizada ou com pouco envolvimento do corpo docente da unidade escolar. Cabe ressaltar, que nas conversas com as Secretarias de Educação foram relatadas situações em que a iniciativa de um professor em uma escola irradiou para outras escolas, mas em função apenas de uma articulação entre os interessados, reforçando a inexistência de iniciativas mais estruturadas.

As reuniões de compartilhamento de Taubaté, São José dos Campos, São José do Barreiro, Cachoeira Paulista e Paraibuna corroboram com essa visão: para os participantes, a Educação Ambiental nas redes de ensino é pontual, isolada e restrita às datas comemorativas. Paraibuna e São José dos Campos mencionaram grandes dificuldades em desenvolver Educação Ambiental de impacto e de forma contínua nas escolas. No seu conjunto as oficinas apontaram a ausência de uma política de Educação Ambiental organizada pelo governo local para a rede de ensino municipal. Tanto nas oficinas quanto nas entrevistas, levantou-se a falta de espaços

coletivos (colegiados) para a construção e implementação da política pública de Educação Ambiental e de espaços de formação para professores articulados pela secretaria de governos locais. Esses espaços de discussão e formação, previstos na legislação, seriam base para a construção de uma política de Educação Ambiental para a rede de ensino municipal.

Potencialidades para o desenvolvimento da Educação Ambiental no sistema de ensino apareceram em todas as oficinas: Taubaté mencionou a necessidade de retomar e potencializar a participação das universidades tanto no processo de formação de professores quanto na discussão de um currículo nos cursos de graduação que contemple a Educação Ambiental; em São José do Barreiro apareceu à necessidade de articular a Educação Ambiental com a educação patrimonial no processo de formação de professores; São José do Barreiro e São Luiz do Paraitinga apontaram a necessidade de somar esforços governamentais na elaboração de um plano de Educação Ambiental para o uso das UCs pela educação formal; São José dos Campos indicou o resgate do programa de recuperação de nascentes integrado com Educação Ambiental, envolvendo a rede de ensino; Taubaté, São José dos Campos e Cachoeira Paulista citaram a necessidade da integração da gestão de resíduos com a Educação Ambiental na rede de ensino.

6. MARCO OPERACIONAL

O marco operacional, construído de forma participativa a partir dos dados dos marcos anteriores, é formado pelo Plano de Ação do PEAMS que inclui suas diretrizes, prioridades e ações a serem implementadas para atingir o cenário normativo idealizado para a Bacia.

6.1 Cenário normativo da Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia do Rio Paraíba do Sul

O Plano de Bacias da UGRHI 02 apresenta projeção de crescimento populacional com intensificação da dinâmica econômica e da urbanização, com deterioração da qualidade da água e aumento de sua demanda. Diante do prognóstico de aumento da criticidade dos recursos hídricos quanto a sua qualidade e quantidade, é fundamental projetar uma Educação Ambiental e Mobilização Social de alto impacto, integrada à gestão dos recursos hídricos. Os desafios socioambientais atuais e futuros demandam uma Educação Ambiental de alta intensidade que contribua na construção de novos conceitos no enfrentamento dos problemas socioambientais, apontando para um desenvolvimento harmônico e sustentável com o meio.

Essa projeção futura de uma Educação Ambiental e Mobilização Social de alto impacto foi elaborada por meio da análise conjunta e integrada das informações do marco situacional e dos fundamentos da Educação Ambiental (marco conceitual):

1. O Marco situacional gerou as informações sobre os problemas de Educação Ambiental a serem revertidos com a contribuição do conjunto de ações propostas pelo PEAMS. As propostas, avaliadas como promotoras de conectividades e desdobramentos de ações de Educação Ambiental e Mobilização Social, foram selecionadas para compor o cenário.
2. As iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social significativas e relevantes da Bacia, com práticas e técnicas diversificadas, contribuem como referenciais do fazer pedagógico.
3. Por fim, o marco conceitual do PPP do PEAMS traz a Educação Ambiental como promotora de uma Educação Ambiental e Mobilização Social cidadã.

Assim, fundamentado nesses três tópicos, o cenário normativo elaborado projeta uma Educação Ambiental e Mobilização Social de alto impacto, fortalecida:

1. Pelo fazer político-pedagógico problematizador, dialógico, democrático e crítico, diversificado em suas técnicas e estratégias, contextualizado pela realidade local, regional e global, e baseado na práxis (ação/reflexão);
2. Por Programas de Educação Ambiental em recursos hídricos elaborados de forma participativa nos espaços educadores da Educação Ambiental e Mobilização Social;
3. Por programas de Educação Ambiental e Mobilização Social elaborados, como foco em recursos hídricos, de forma participativa pelas secretarias e diretorias de educação, para as redes de ensino;
4. Por programas integrados de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Mobilização Social na gestão de recursos hídricos;
5. Por um programa de Educomunicação para a Educação Ambiental e Mobilização Social;
6. Pela água como articuladora temática e/ou integrada às iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social.
7. Por comunidades locais e a sociedade em geral mobilizadas para o enfrentamento dos problemas ambientais relacionados aos recursos hídricos.

6.2 Prognósticos da Educação Ambiental e Mobilização Social para a Bacia

A elaboração do PEAMS foi realizada dialogando com os executivos dos governos locais e promovendo oficinas participativas com os educadores e a população do território, sensibilizando e despertando o interesse para a questão. O processo possibilitou aos envolvidos dialogar sobre as suas práticas, questões e propostas, bem como ampliar a sua visão sobre a Educação Ambiental e Mobilização Social na gestão dos recursos hídricos da Bacia em relação às concepções, estratégias, técnicas e fazeres pedagógicos. O PEAMS, em função da metodologia participativa usada em sua elaboração, criou uma expectativa positiva favorável para que suas propostas possam contribuir para a transformação da realidade, projetando um futuro diferente da situação atual do território. A continuidade desse processo está

relacionada à execução das ações e do atingimento das metas previstas no Plano de Ação do PEAMS, aliados às responsabilidades e articulações institucionais para o desenvolvimento e fortalecimento da Política de Educação Ambiental e Mobilização Social.

6.2.1 Os espaços centrais e estratégicos na projeção da Educação Ambiental e Mobilização Social

O diagnóstico da Educação Ambiental e Mobilização Social apontou: situações críticas da estrutura administrativa institucional e dos espaços colegiados de Educação Ambiental dos governos locais; ausência de programas de Educação Ambiental nas redes de ensino; e espaços educadores fragilizados e/ou isolados. Por serem centros de construção, multiplicação e de desdobramentos de ações de Educação Ambiental e Mobilização Social, esses espaços são centrais e estratégicos para o fortalecimento da Educação Ambiental e Mobilização Social. Portanto, para a projeção da Educação Ambiental e Mobilização Social de maior intensidade, é imperativo, como estratégia, promover um processo de diálogo, sensibilização, parcerias, ações e articulações institucionais, visando o fortalecimento desses espaços enquanto centros irradiadores de uma Educação Ambiental cidadã.

Concomitantemente ao fortalecimento desses espaços estratégicos, é importante dar suporte à promoção de ações de Educação Ambiental que contribuam com a formação e capacitação permanente de educadores na atuação direta com os educandos, para além da qualidade prática, qualificando e fortalecendo a participação desses atores na construção da Política de Educação Ambiental em seu nicho de atuação.

Nesse sentido, projetando uma Educação Ambiental e Mobilização Social de maior intensidade para a Bacia, o Plano de Ação do PEAMS concentra as ações prioritárias nos espaços estratégicos e apontam ações de formação e capacitação para todos os eixos temáticos do plano.

6.2.2 A estrutura administrativa institucional dos governos locais na projeção da Educação Ambiental e Mobilização Social

Dentre os espaços estratégicos, a estrutura administrativa institucional e os espaços colegiados de Educação Ambiental dos municípios apresentam maior influência na Educação Ambiental e Mobilização Social, por gerenciar outros nichos/eixos de sua responsabilidade institucional e definir as Políticas de Educação Ambiental e Mobilização Social do governo local. Por outro lado, essa estrutura e espaços encontram-se em situação crítica nos municípios da Bacia. Como ponto comum, os governos locais, com exceções, apresentam órgãos colegiados esvaziados, falta de recursos humanos e de previsão orçamentária para a Educação Ambiental e Mobilização Social. No entanto, o engajamento de alguns governos locais da Bacia na construção da Política Pública de Educação Ambiental, por meio de parcerias e mobilização, demonstrou a sua viabilidade, mesmo nas condições adversas apresentadas.

Ações de incentivo e preparo da comunidade e dos agentes públicos para a participação informada e efetiva nas instâncias de discussão das políticas públicas, pautada pela Educação Ambiental como direito do cidadão e dever do Estado, faz parte do processo de incremento da consciência ambiental. Portanto, a projeção de uma Educação Ambiental e Mobilização Social de maior intensidade está condicionada ao acréscimo da consciência ambiental, articulação de parcerias e corresponsabilidades institucionais, visando o fomento da Política Pública de Educação Ambiental e Mobilização Social via agentes locais. Nesse sentido, as ações prioritárias e suas metas preveem, dentre outras prioridades, a participação social na construção de Políticas Públicas de Educação Ambiental e Mobilização Social dos governos locais.

Por outro lado, a permanência da situação de fragilidade dos nichos e espaços estratégicos, sobretudo no que se refere à estrutura administrativa e espaços colegiados dos governos locais, por fatores que prescindem a Educação Ambiental na Política de gestão pública, projeta uma Educação Ambiental e Mobilização Social de menor intensidade.

6.3 Plano de Ação

O Plano de Ação foi elaborado a partir das ações de Educação Ambiental e Mobilização Social levantadas nas oficinas “Dedim de Prosa”. Posteriormente, cada ação foi analisada e organizada em uma estrutura lógica, contendo problema a ser resolvido, ação/atividade, objetivo, metas, indicadores de processo e indicadores de resultado.

6.3.1 Diretrizes norteadoras do Plano de Ação

A partir da análise integrada do marco conceitual do PPP, do documento do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), da lei estadual de Educação Ambiental (lei 12780/07) e na Deliberação CRH nº 231 de 2019, elaborou-se as seguintes diretrizes para o PEAMS:

DIRETRIZ 1

Integração entre os entes responsáveis pela implementação das Políticas de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, bem como de outras Políticas Setoriais relacionadas.

DIRETRIZ 2

Integração com os Sistemas Municipais e Estadual de Ensino, respeitando legislações e orientações específicas e considerando a necessidade de articulações prévias para o desenvolvimento de projetos e ações de Educação Ambiental.

DIRETRIZ 3

Iniciativa orientada pela concepção de Educação Ambiental Cidadã, emancipatória e fundamentada pelo fazer pedagógico problematizador, dialógico, democrático e crítico, diversificada em suas técnicas e estratégias, envolvendo teoria e prática e contextualizada pela realidade local, regional e global.

DIRETRIZ 4

Projeto ou ação elaborado, acompanhado e avaliado de forma transparente, preferencialmente com a participação dos grupos envolvidos.

DIRETRIZ 5

Promoção da autonomia de grupos e públicos envolvidos no sentido de garantir a continuidade das ações.

DIRETRIZ 6

Promoção de articulação e integração com outros projetos e programas socioambientais desenvolvidos na região, bem como de órgãos públicos e de iniciativas privadas relacionados ao tema.

DIRETRIZ 7

Fortalecimento e ampliação de espaços educadores, promovendo articulação entre eles e seu entorno.

DIRETRIZ 8

Formação teórica e metodológica para educadores e técnicos da área de meio ambiente das prefeituras sobre questões educacionais e socioambientais ligadas aos recursos hídricos.

DIRETRIZ 9

Estímulo à comunicação e à formação de redes para intercâmbio de conhecimentos, práticas, vivências e experiências em Educação Ambiental e Mobilização Social.

DIRETRIZ 10

Utilização de tecnologias de mídias e comunicação que respeitem as condições de acesso e possibilitem a participação à distância de diferentes atores sociais em processos formativos, reuniões e encontros técnicos.

DIRETRIZ 11

Conforme Resolução nº. 98 de 2009 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social devem compor a gestão integrada de recursos hídricos, visando promover participação, formação e mobilização da população beneficiada pela intervenção.

DIRETRIZ 12

O Rio Paraíba do Sul, componente estruturador do território, que interliga municípios e envolve a todos na formação da identidade do Vale, deve ser o objeto das iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social, em conjunto com os corpos d'água da bacia.

DIRETRIZ 13

A elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos deve ser realizada de forma democrática e participativa, contemplando uma proposta de Educação Ambiental com ação pedagógica e social, promotora de uma capilaridade educacional, processual, permanente e contínua.

DIRETRIZ 14

É primazia que a elaboração dos programas e Projetos Políticos Pedagógicos de Educação Ambiental e Mobilização Social assumam caráter participativo, integrada aos planos municipais e regionais de planejamento e desenvolvimento, envolvendo ações de formação e mobilização.

DIRETRIZ 15

Ter o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global como princípio para a elaboração das iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social.

DIRETRIZ 16

As iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social devem estar fundamentadas nas legislações vigentes, apoiando e fortalecendo grupos, comitês e núcleos ambientais, em ações voltadas à conservação e à qualidade dos recursos hídricos e na construção de sociedades sustentáveis.

DIRETRIZ 17

Considerando que a Bacia do Rio Paraíba do Sul é ampla e diversificada na geografia, no modo de vida e nas manifestações sociais, culturais e ecológicas, as iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social devem assumir o compromisso da pluralidade cultural e de valorização da complexidade socioambiental, manifestadas por costumes, hábitos, crenças, artes, saberes, práticas sociais e simbologias, bem como de valorização do patrimônio ambiental e histórico material e imaterial.

DIRETRIZ 18

Considerando a diversidade socioambiental e as especificidades de cada realidade em estudo, é importante que as iniciativas de formação também contemplem a capacitação dos educadores para a seleção, produção e uso do material didático bibliográfico.

DIRETRIZ 19

Promover a Educomunicação integrada à construção, gestão e difusão do conhecimento, a partir das experiências da realidade socioambiental, incluindo as ações de gestão de Recursos Hídricos promovidas pelo CBH-PS.

DIRETRIZ 20

Utilização de linguagem clara e a disponibilização da informação de forma ética e acessível a todos, garantindo transparência nos processos.

DIRETRIZ 21

Abordar, nas iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social, os benefícios e os problemas socioambientais da microbacia (diagnósticos) e do seu compartimento de referência, bem como as fragilidades, em função das características ecológicas e dos seus usos sociais.

DIRETRIZ 22

Promoção de atividades de economia colaborativa sustentável, entendidas como nova forma de produzir, aprender, financiar e consumir em grupo e em colaboração, orientadas pela sustentabilidade socioambiental, conservação e qualificação dos recursos hídricos, pautada pelo compartilhamento de conhecimentos e formação de redes de solidariedade.

6.3.2 Ações prioritárias do PEAMS

As ações prioritárias são aquelas que surgiram e foram repetidas e/ou reafirmadas nos diferentes encontros do “Dedim de Prosa”, provenientes tanto da população quanto das câmaras técnicas do CBH-PS, destacando-se como propostas de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social para a Bacia, capazes de promover conectividades, integração e desdobramento de outras ações no território:

AÇÃO PRIORITÁRIA 1

Programa de Comunicação em Educação Ambiental e Mobilização Social do CBH-PS por demanda induzida.

AÇÃO PRIORITÁRIA 2

Formação contínua para os membros do CBH-PS sobre o papel da Educação Ambiental e Mobilização Social na gestão integrada dos recursos hídricos.

AÇÃO PRIORITÁRIA 3

Capacitação dos membros da CT-EAMS, agentes públicos e da sociedade civil para a elaboração de projetos a serem financiados pelo FEHIDRO, tendo como produto da iniciativa, os projetos elaborados.

AÇÃO PRIORITÁRIA 4

Manutenção da plataforma "RioParahyba" como instrumento de divulgação do PEAMS, ferramenta de discussão e repositório de material didático.

AÇÃO PRIORITÁRIA 5

Formação em Educação Ambiental e Mobilização Social com ênfase em recursos hídricos a partir do aprimoramento e continuidade do Curso de Gestão e Educação Ambiental promovido pela CT-EAMS.

AÇÃO PRIORITÁRIA 6

Criação de fórum/rede permanente na Bacia que viabilize ações conjuntas e promova diálogo e parcerias no fomento da Política Pública de Educação Ambiental e Mobilização Social.

AÇÃO PRIORITÁRIA 7

Estabelecimento de parcerias com universidades e outras entidades de ensino superior e pesquisa, incentivando a formação de cursos de especialização e extensão sobre a gestão integrada dos recursos hídricos e Educação Ambiental e Mobilização Social.

AÇÃO PRIORITÁRIA 8

Elaboração de programa continuado de Educação Ambiental em recursos hídricos na educação formal, com envolvimento da comunidade escolar.

AÇÃO PRIORITÁRIA 9

Elaboração de programas municipais e/ou regionais de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos no formato de Projeto Político Pedagógico na Bacia.

AÇÃO PRIORITÁRIA 10

Elaboração de programas de Educação Ambiental e Mobilização Social em espaços educadores existentes, focando a temática da gestão integrada dos recursos hídricos (tais como CEAs, parques urbanos, UCs, viveiros, aterros sanitários, ETAs, ETEs, etc.) de forma participativa, envolvendo o seu entorno e potenciais utilizadores do espaço.

6.3.3 Ações previstas na implementação do PEAMS

As ações, construídas de forma participativa, foram organizadas em um marco estrutural. Cada ação apresenta: problema, ação, objetivo, meta, prioridade, prazo e indicadores de processo e resultado, organizadas nos seus respectivos eixos de discussão e análise: governança do CBH-PS na Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia (Figura 68), políticas estruturantes na Educação Ambiental e Mobilização Social (Figura 69), espaços educadores na Educação Ambiental e Mobilização Social (Figura 70) e educação formal na Educação Ambiental e Mobilização Social (Figura 71).

Com relação aos prazos:

Curto prazo refere-se ao horizonte de tempo de 01 (um) a 05 (cinco) anos;

Médio prazo ao horizonte de tempo de 06 (seis) a 10 (dez) anos e

Longo prazo ao horizonte de tempo de 11 (onze) a 20 (vinte) anos.

Figura 68 - Ações previstas no eixo governança do CBH-PS na Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia

EIXO GOVERNANÇA DO CBH-PS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA BACIA								
Nº	PROBLEMA	AÇÃO	OBJETIVO	META	PRIORIDADE	PRAZO	INDICADOR PROCESSO	INDICADOR RESULTADO
1	Membros do CBH-PS possuem diferentes conceitos de Educação Ambiental e Mobilização Social.	Formação continuada para os membros do CBH-PS sobre Educação Ambiental e Mobilização Social na gestão integrada dos recursos hídricos.	Fortalecer a Política de Educação Ambiental mobilizadora e articulada com a sustentabilidade.	Capacitação dos membros do CBH-PS em Educação Ambiental e Mobilização Social na gestão de recursos hídricos.	ALTA	LONGO	Membros do CBH-PS formados para o papel da Educação Ambiental e Mobilização Social na gestão integrada dos recursos hídricos.	Número de cursos realizados.
2	A Educação Ambiental e Mobilização Social não é percebida como prioritária pelo CBH-PS.							
3	A Educação Ambiental e Mobilização Social promovida não é mobilizadora.	Divulgação do PEAMS com oficinas participativas, apresentação formal aos prefeitos dos municípios e elaboração de material de comunicação.	Divulgar as ações e diretrizes do PEAMS, mobilizando os atores para a sua execução.	Divulgação do PEAMS até 2022.	ALTA	CURTO	Incremento da apropriação do PEAMS pelos atores da Bacia.	Número de oficinas realizadas.
		Manter a plataforma "RioParahyba" como instrumento de divulgação do PEAMS, de ferramenta de discussão e de repositório de material informativo e didático.	Articular, comunicar e difundir a Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia.	Manutenção contínua da plataforma "RioParahyba".	ALTA	CURTO	Número de acessos e contribuições na plataforma "RioParahyba".	Manutenção da plataforma "RioParahyba".
		Formação em Educação Ambiental e Mobilização Social com ênfase em recursos hídricos a partir do aprimoramento e continuidade do Curso de Gestão e Educação Ambiental promovido pela CT-EAMS.	Tornar os participantes sensíveis aos problemas e potencialidades relacionadas aos recursos hídricos.	Realização de formações.	ALTA	CURTO	Ampliação do envolvimento da população na gestão dos recursos hídricos.	Número de formações realizadas.
4	Não existem indicadores para avaliar políticas públicas e os projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social.	Avaliação dos processos e impactos do PEAMS na qualidade da Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia.	Avaliar e monitorar os projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social financiados pelo FEHIDRO.	Realizar avaliação após período de cinco anos.	ALTA	CURTO	Melhor avaliação e acompanhamento dos projetos financiados pelo FEHIDRO.	Avaliação realizada.

		Capacitação dos membros do CBH-PS, gestores da sociedade civil organizada e do poder público municipal para utilização da plataforma "MonitoraEA".	Monitorar a política de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia.	Tornar o "MonitoraEA" como referência do monitoramento da Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia.	ALTA	CURTO	Número de políticas públicas de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia inscritas na plataforma "MonitoraEA".	Número de capacitações realizadas.
5	A CT-EAMS fomenta poucas iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social.	Institucionalização de parcerias com outras fontes de financiamento, visando fomento e descentralização de recursos em toda a Bacia.	Ampliar o número de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social em gestão de recursos hídricos.	Fazer articulações com, no mínimo, uma outra fonte de financiamento.	MÉDIA	MÉDIO	Ampliar os recursos e, consequentemente, as ações de Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia.	Número de parcerias realizadas.
6	Poucos projetos são aprovados pelo agente técnico.	Capacitação dos membros da CT-EAMS, agentes públicos e da sociedade civil para a elaboração de projetos a serem financiados pelo FEHIDRO, tendo como produto da iniciativa os projetos elaborados.	Facilitar o acesso aos recursos do FEHIDRO e ampliar as iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia.	Capacitação em elaboração de projetos a cada dois anos na Bacia.	ALTA	CURTO	Número de projetos elaborados e número de projetos aprovados pelo agente técnico.	Número de capacitações realizadas em um período de cinco anos.
7	Dificuldades das prefeituras de menor porte em captar recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social e de lidar com a complexidade da parte burocrática.							
8	A população da Bacia não conhece o CBH-PS e seu papel.	Programa de Comunicação em Educação Ambiental e Mobilização Social para o CBH-PS.	Tornar o CBH-PS, suas ações e seu papel conhecido pela população.	Elaboração de Programa de Comunicação em Educação Ambiental e Mobilização Social do CBH-PS por edital de demanda induzida.	ALTA	CURTO	A população participa da elaboração do plano e entende o papel do CBH-PS.	Programa de Comunicação em Educação Ambiental e Mobilização Social elaborado.
	9			As iniciativas do CBH-PS são pouco divulgadas.			Implantação do Programa de Comunicação em Educação Ambiental e Mobilização Social do CBH-PS.	

10	Falta formação à educadores e técnicos em Meio Ambiente, Educação Ambiental e gestão integrada de recursos hídricos.	Estabelecimento de parcerias com entidades e universidades de pesquisa e de ensino superior incentivando a formação de cursos de especialização e extensão sobre a gestão integrada dos recursos hídricos e Educação Ambiental e Mobilização Social.	Fortalecer por meio de parcerias a formação de educadores e a Política de Educação Ambiental mobilizadora articulada com a sustentabilidade e a gestão integrada dos recursos hídricos.	Incremento dos cursos de especialização e de extensão voltados para a gestão integrada dos recursos hídricos, Educação Ambiental e Mobilização Social.	MÉDIA	MÉDIO	Incremento da oferta de cursos relacionados aos recursos hídricos, Educação Ambiental e Mobilização Social.	Número de parcerias estabelecidas.
11	Os dados científicos sobre a Bacia estão pulverizados nas diversas instituições de ensino e pesquisa, de difícil acesso ao cidadão.	Criação de um banco de dados aberto para a população com todas as pesquisas sobre a Bacia do Paraíba do Sul via plataforma "RioParahyba".	Facilitar o acesso e o fluxo das informações produzidas sobre Educação Ambiental e Mobilização Social para fortalecimento da política de gestão integrada dos recursos hídricos na Bacia.	Banco de dados criado e acessível via plataforma "RioParahyba".	MÉDIA	MÉDIO	Banco de dados acessado pela população, órgãos públicos, universidades, etc.	Banco de dados criado.

Figura 69 - Ações previstas no eixo políticas estruturantes na Educação Ambiental e Mobilização Social

EIXO POLÍTICAS ESTRUTURANTES NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL								
Nº	PROBLEMA	AÇÃO	OBJETIVO	META	PRIORIDADE	PRAZO	INDICADOR PROCESSO	INDICADOR RESULTADO
1	Educação Ambiental e Mobilização Social não é priorizada pelos governos locais.	Elaboração de programas municipais e/ou regionais de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos no formato de Projetos Políticos Pedagógicos na Bacia, incluindo previsões orçamentárias/fonte de recursos.	Incentivar a articulação entre poder público e sociedade civil visando a construção e/ou fortalecimento da Política Pública de Educação Ambiental e Mobilização Social no território da Bacia por meio de programas municipais e/ou regionais.	Incremento de Programas municipais e/ou regionais de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos na Bacia.	ALTA	CURTO	Maior efetividade do poder público na elaboração e implantação da Política Pública de Educação Ambiental e Mobilização Social.	Número de programas implantados.
2	Faltam recursos humanos e financeiros para Política de Educação Ambiental e Mobilização Social.							
3	Ausência de uma rede regional de Educação Ambiental e Mobilização Social.							
4	Ausência de espaços coletivos para construção de Política de Educação Ambiental e Mobilização Social.							
5	Faltam Programas de Educação Ambiental e Mobilização Social locais e regionais.							
6	Ação setorizada (tomador).	Iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social integradas à projetos de Meio Ambiente de conservação e/ou de requalificação ambiental de recursos hídricos na Bacia.	Incentivar a gestão integrada dos recursos hídricos com iniciativas de Educação Ambiental, Mobilização Social e Meio Ambiente.	Incremento da gestão integrada dos recursos hídricos com ações de Educação Ambiental, Mobilização Social e Meio Ambiente com a comunidade.	MÉDIA	LONGO	Adesão das comunidades nas ações de requalificação e conservação, bem como da corresponsabilidade na ação.	Número de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos integradas à projetos de Meio Ambiente.
7	Fragilidade de gestão ambiental de governos locais.							
8	Poder público não promove políticas públicas participativas de Meio Ambiente.							
9	Falta adesão da população nas Políticas Públicas de Meio Ambiente.							
10	Iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social são pontuais, isoladas e extensionistas.							

1 1	Conselhos de Meio Ambiente pouco efetivos ou inexistentes.	Capacitação de técnicos de governos municipais, educadores, conselheiros locais e população interessada em gestão de recursos hídricos, Educação Ambiental e Mobilização Social.	Incentivar o fortalecimento dos espaços de construção da Política de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos da Bacia.	Fortalecimento dos Conselhos de Meio Ambiente.	MÉDIA	MÉDIO	Fortalecimento das políticas de gestão de recursos hídricos.	Número de capacitações realizadas .
1 2	Degradação de recursos hídricos.	Iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social integradas às práticas de conservação dos recursos hídricos como revitalização de nascentes e matas ciliares, agroecologia, permacultura e hortas urbanas, entre tantas outras.	Formar cidadãos mobilizados para proteção dos corpos d'água da Bacia.	Ampliação de iniciativas de conservação dos corpos d'água na Bacia.	ALTA	CURTO	Ampliação das ações de conservação e preservação dos recursos hídricos na Bacia.	Número de ações realizadas .
1 3	Ações de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Mobilização Social apresentam pouca relevância.						Ampliação das ações de uso sustentável dos recursos hídricos na Bacia.	
							Maior participação do Poder Público e sociedade na gestão dos recursos hídricos.	
1 4	Falta de espaços de abordagem da Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos relacionados com a área rural, CDRS, SENAR, sindicatos, etc.	Formação em Educação Ambiental e Mobilização Social de agentes educadores e técnicos para atender públicos e entidades que trabalham com assessoria e formação de população e/ou comunidades rurais em ações sustentáveis na proteção e manutenção de recursos hídricos.	Incentivar a Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos na área rural da Bacia.	Ampliação e incremento de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização em recursos hídricos nas áreas rurais da Bacia.	ALTA	MÉDIO	Ampliação do atendimento ao público da área rural com iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social sobre o uso sustentável dos recursos hídricos.	Número de capacitações realizadas .
						Fortalecimento e Ampliação dos espaços de formação e assessoria		

							às comunidades rurais para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos.		
		Formação em Educação Ambiental e Mobilização Social integrada à prática agroecológica voltada à proteção e manutenção de recursos hídricos.				ALTA	CURTO	Ampliação das práticas agroecológicas na Bacia.	Número de capacitações realizadas
15	População rural pouco atendida por iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia.	Formação em Educação Ambiental e Mobilização Social integrada à implantação de sistemas alternativos sustentáveis de saneamento na área rural.				ALTA	CURTO	Ampliação de práticas de saneamento nas áreas rurais baseadas nos preceitos da sustentabilidade.	Número de capacitações realizadas
								Melhoria da qualidade das águas dos corpos d'água das áreas rurais da Bacia.	
16	Doenças endêmicas veiculadas pela água na Bacia.	Formação de agentes comunitários de saúde e zoonose em gestão integrada de recursos hídricos, saúde e Educação Ambiental.	Incentivar a integração e fortalecimento de Políticas Públicas de Educação Ambiental, saneamento e saúde, visando a promoção da saúde socioambiental.	Construção de iniciativas integradas entre saúde e Meio Ambiente.		MÉDIA	MÉDIO	Ampliação do conhecimento dos agentes de saúde e população sobre relações entre saúde e Meio Ambiente.	Número de iniciativas desenvolvidas.

17	Gestão inadequada dos resíduos sólidos na Bacia.	Iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social em gestão de recursos hídricos integradas à Política Nacional de Resíduos Sólidos e correlatos regionais, com foco na corresponsabilidade e gestão pública de resíduos sólidos, orientada prioritariamente pela redução na geração de resíduo e compostagem, além da coleta seletiva, reciclagem e destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.	Incentivar a integração de Políticas Públicas de Educação Ambiental, Mobilização Social recursos hídricos e resíduos sólidos visando a redução da produção de resíduos, a diminuição da pressão sobre os aterros e saneamento.	Desenvolvimento de iniciativas integradas entre Educação Ambiental, Mobilização Social e gestão de resíduos sólidos.	ALTA	CURTO	Diminuição da produção de resíduos sólidos na Bacia.	Número de iniciativas desenvolvidas.
----	--	--	--	--	------	-------	--	--------------------------------------

Figura 70 - Ações previstas no eixo espaços educadores na Educação Ambiental e Mobilização Social

EIXO ESPAÇOS EDUCADORES NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL								
Nº	PROBLEMA	AÇÃO	OBJETIVO	META	PRIORIDADE	PRAZO	INDICADOR PROCESSO	INDICADOR RESULTADO
1	Ausência de uma rede regional e de espaços coletivos para construção de políticas de Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia.	Criação de um ambiente, inserido na plataforma "RioParahyba", com salas virtuais dos espaços educadores para visitação e interação.	Promover e facilitar a articulação e o acesso aos espaços educadores e suas práticas.	50% dos espaços educadores da Bacia inseridos na plataforma até o final de 2021.	ALTA	CURTO	Número de acessos das salas virtuais na plataforma "RioParahyba".	Número de espaços educadores da Bacia inseridos na plataforma até o final de 2021.
2	Predominância de pedagogia expositiva informativa, centrada na fala do expositor.	Formação de agentes educadores vinculados aos espaços educadores para desenvolver ações de Educação Ambiental e Mobilização Social, pautadas em referenciais diversos, trazendo novas abordagens e metodologias, alinhadas ao Programa Nacional de Educação Ambiental, em especial com foco em recursos hídrico, Educação Ambiental escolar e Educação Ambiental não escolar.	Qualificar os agentes educadores nas diversas metodologias e instrumentos da Educação Ambiental.	Realização de um curso para cada compartimento ou outra forma de regionalização da Bacia, de forma presencial e/ou remota.	ALTA	CURTO	Fortalecimento dos espaços educadores para atendimento da educação formal. Porcentagem do número de visitas pós capacitação (depois-antes/antes x100).	Número de cursos realizados.
3	Baixa efetividade dos espaços educadores da Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia.	Criação de fórum/rede permanente na Bacia que viabilize ações conjuntas e promova diálogo e parcerias no fomento da Política Pública de Educação Ambiental e Mobilização Social. Fortalecer o Seminário e o Encontro de Educadores da CT-EAMS.	Incentivar a integração de agentes educadores da Educação Ambiental e Mobilização Social, membros de conselhos municipais, representantes do poder público, da sociedade civil organizada e universidades para promover o diálogo permanente na construção e alinhamento da Política Pública	Articulação de uma rede de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos na Bacia.	ALTA	CURTO	Encontros periódicos de atores da Bacia.	Rede de agentes da Bacia formada.

		de Educação Ambiental e Mobilização Social.					
	Criação de espaços educadores participativos para jovens como, por exemplo, conselhos de Meio Ambiente Mirins, comitês de águas, etc.	Incentivar os jovens a participar da gestão integrada de recursos hídricos.	Criação de espaços educadores participativos locais e regionais.	MÉDIA	MÉDIO	Número de encontros de jovens realizados na Bacia.	Número de espaços educadores participativos criados.
	Elaboração de programas de Educação Ambiental e Mobilização Social em espaços educadores existentes que focam o tema da gestão integrada dos recursos hídricos (tais como CEAs, parques urbanos, UCs, viveiros, aterros sanitários, ETAs, ETEs, etc.) de forma participativa, envolvendo o seu entorno e potenciais utilizadores do espaço.	Fortalecer os espaços educadores na perspectiva de uma Educação Ambiental e Mobilização Social cidadã.	Incentivo para elaboração de programas de visitação nos espaços educadores da Bacia.	ALTA	CURTO	Espaços educadores fortalecidos. Educação Ambiental cidadã implantada. Incremento da integração da comunidade e com os espaços educadores	Número de Programas de Visitações elaborados.
	Formação de educadores sobre metodologias para o uso desses espaços na educação formal, informal e não formal.	Incentivar as visitas e facilitar o planejamento das atividades.	Uma formação por compartilhamento ou outra forma de regionalização da Bacia.	ALTA	CURTO	Porcentagem do número de visitas pós capacitação (depois - antes / antes x100).	Número de formações realizadas
Uma formação para cada espaço educador existente da Bacia.			MÉDIO	MÉDIO	Incremento da integração entre os espaços educadores e a comunidade e escolar.		
	Elaboração de guia com o inventariamento, mapeamento e roteirização dos espaços educadores	Facilitar o planejamento de atividades de Educação Ambiental e incentivar as	Mapa interativo e guia contextualizado dos espaços	ALTA	CURTO	Incremento no uso dos espaços educadores da Bacia.	Criação do mapa interativo e guia contextualizado dos

	da Bacia.	visitações.	educadores da Bacia.				espaços educadores da Bacia.
	Elaboração de trilhas educativas e/ou produção de material de Educomunicação.	Ampliar a oferta de trilhas educativas nos espaços educadores e produzir materiais de Educomunicação relacionados a essas trilhas para facilitar atividades de estudos do meio, sensibilizando para a proteção dos recursos hídricos.	Apoio na implantação de trilhas e produção de materiais de Educomunicação.	MÉDIA	MÉDIO	Incremento de ferramentas de discussão sobre a proteção dos recursos hídricos.	Número de trilhas implantadas e materiais de Educomunicação produzidos.
	Iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos integradas ao ecoturismo, gestão de resíduos sólidos, saneamento ambiental, manejo de recursos florestais e ao desenvolvimento de atividades agroecológicas.	Sensibilizar a população em geral para a gestão integrada dos recursos hídricos por meio de ações socioambientais e a integração com as populações locais.	Uma ação socioambiental em cada compartimento ou outra forma de regionalização da Bacia. Uma ação socioambiental em cada município da Bacia.	ALTA	CURTO	Aumento da sensibilização sobre a gestão integrada dos recursos hídricos. Maior participação da população local na gestão integrada dos recursos hídricos.	Número de ações socioambientais realizadas
	Ações de Mobilização Social e de Educomunicação para a população e lideranças das comunidades impactadas e/ou beneficiadas pela implantação de infraestrutura ambiental.	Conscientizar e mobilizar as comunidades locais e suas respectivas lideranças para gestão integrada dos recursos hídricos.	Ações de Mobilização Social e educomunicação nos projetos financiados pelo FEHIDRO.	ALTO	CURTO	Controle social das políticas de gestão integrada dos recursos hídricos.	Número de ações de Mobilização Social e Educomunicação nos projetos financiados pelo FEHIDRO
	Adequação de infraestrutura para visitação nos espaços educadores, considerando a legislação específica.	Melhorar a infraestrutura dos espaços educadores na Bacia.	Adequação de três infraestruturas em espaços educadores da Bacia.	MÉDIO	MÉDIO	Fortalecimento dos espaços educadores da Bacia.	Número de infraestruturas implantadas.

Figura 71 - Ações previstas no eixo Educação formal na Educação Ambiental e Mobilização Social

EIXO EDUCAÇÃO FORMAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL								
Nº	PROBLEMA	AÇÃO	OBJETIVO	META	PRIORIDADE	PRAZO	INDICADOR PROCESSO	INDICADOR RESULTADO
1	Ausência de Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos nas redes de ensino da Bacia.	Elaboração de programas continuados de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos na educação formal, com envolvimento da comunidade escolar.	Fortalecer a Educação Ambiental e Mobilização Social nas redes de ensino da Bacia, dentro da área de recursos hídricos, com envolvimento da comunidade escolar.	Programas continuados de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos na educação formal implantados em 100% dos municípios da Bacia.	ALTA	CURTO/MÉDIO	Fortalecimento da Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos na educação formal.	Número de programas elaborados.
2	Parcerias das iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social são planejadas sem participação da comunidade escolar.	Elaboração de materiais didáticos e paradidáticos, orientado pelos conteúdos programáticos, com abordagem na temática de recursos hídricos, considerando características específicas do território, de forma coletiva, com participação de educadores da educação formal e técnicos.	Elaborar materiais didáticos e paradidáticos sobre recursos hídricos para o fortalecimento da Educação Ambiental e Mobilização Social na educação formal.	Elaboração de materiais didáticos e paradidáticos com características da Bacia.	MÉDIA	MÉDIO	Incremento de materiais didáticos elaborados com a participação da comunidade escolar.	Número de materiais elaborados.
3	Predominância de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social pontuais e/ou isoladas, sem continuidade.	Criação de ambiente específico de educação formal na plataforma "RioParahyba" como canal de difusão e troca de experiências.	Fortalecer a educação formal e permitir troca de experiências entre os educadores das redes de ensino públicas e privadas da Bacia.	Criação de ambiente específico da educação formal na plataforma "RioParahyba".	ALTA	CURTO	Utilização da plataforma pela comunidade escolar da Bacia.	Ambiente específico da educação formal na plataforma "RioParahyba" criado.
4	Falta formação de educadores.	Formação teórica e metodológica continuada de educadores em Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos para aprimoramento da prática docente, em consonância com as orientações referenciadas da educação formal e da	Formar educadores das redes de ensino para uma Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos cidadãos e instrumentalizar os educadores	Uma formação para cada compartimento ou outra forma de regionalização da Bacia.	ALTO	CURTO	Ampliação da qualificação dos educadores para desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos.	Número de formações realizadas
				Atingir todas as redes de ensino da Bacia.	MÉDIO	LONGO		

		Educação Ambiental e que contemple a Educomunicação como instrumento de diálogo, difusão e comunicação do conhecimento produzido na ação educativa.	para o uso da Educomunicação na educação formal.					
5	Pedagogia tradicional, extensionista e/ou disciplinar.	Realização de encontros, locais e regionais, de educadores para troca de experiências em Educação Ambiental e Mobilização Social voltadas aos recursos hídricos.	Fortalecer a Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos da Bacia, ampliando os espaços de troca e formação de parcerias e agentes multiplicadores.	Realização de um encontro anual, observando a regionalização.	ALTA	CURTO	Fortalecimento da Educação Ambiental e Mobilização Social em recursos hídricos na educação formal da Bacia.	Número de encontros realizados .
				Realização de encontros bianuais por compartimento da Bacia.	MÉDIO	LONGO		

6.3.4 Hierarquização

As diretrizes do PEAMS orientaram a elaboração dos critérios de hierarquização que visam, no âmbito da avaliação das iniciativas, valorizar as ações prioritárias do PEAMS, a participação e a formação de rede, as políticas integradas de meio ambiente e Educação Ambiental e o fazer pedagógico problematizador, dialógico e crítico.

A hierarquização trata dos critérios e da pontuação para avaliação e classificação das iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social na Bacia da UGRHI-02 submetidas ao FEHIDRO, visando pleitear recursos para o seu desenvolvimento. No total, foram 15 critérios de até quatro (4) pontos e cada iniciativa apresentada poderá chegar à pontuação máxima de 60 pontos. Dois (2) critérios protocolares foram elaborados para promover o desempate de pontuação entre as iniciativas (Figura 72).

Figura 72 - Planilha de critérios de avaliação de projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social para hierarquização do PEAMS

Critérios de avaliação de projetos de Educação Ambiental e Mobilização Social para hierarquização do PEAMS		
Nº	ÍTENS	NOTA
1	Atende a uma das ações prioritárias do PEAMS.	
	Não atende a nenhuma das ações prioritárias do PEAMS.	0
	Atende plenamente.	4
2	Área de abrangência e público-alvo perfeitamente definidos.	
	Não define área de abrangência nem público-alvo com clareza.	0
	Público-alvo e/ou área de abrangência tratados de forma incompleta, resultando em incompreensão sobre a identificação e/ou definição.	2
	Bacia hidrográfica definida e público-alvo identificado perfeitamente.	4
3	Participação do público-alvo na construção do projeto.	
	O público-alvo não participou da elaboração do projeto.	0
	O público-alvo participou em algum momento da elaboração do projeto.	2
	O público-alvo participou do processo de elaboração do projeto.	4
4	Clareza dos objetivos e articulação entre objetivos e ações do projeto.	
	O objetivo apresentado não justifica o empreendimento.	0
	O objetivo proposto justifica precariamente as ações propostas.	1

	O objetivo justifica genericamente as ações propostas sem muitos detalhes.	2
	O objetivo aborda e detalha todos os aspectos das ações propostas.	3
	Objetivos são precisos, atendidos perfeitamente pela proposta de maneira completa e concisa, abrangendo todas as ações do projeto.	4
	Instrumento pedagógico participativo da Educação Ambiental e Mobilização Social.	
	Orientado por metodologia conteudista, expositiva e extensionista.	0
5	A proposta pedagógica apresenta aspectos interacionistas, no entanto não está caracterizada como uma metodologia participativa.	2
	Educação Ambiental e Mobilização Social para a cidadania, orientada por pedagogia participativa, problematizadora, dialógica e crítica.	4
	Abordagem metodológica dos conteúdos.	
	Abordagem disciplinar e unidimensional.	0
6	Abordagem multidisciplinar ou interdisciplinar e unidimensional, retratando somente o aspecto ambiental.	2
	Abordagem sistêmica, multidimensional, interdisciplinar, na perspectiva da complexidade e de uma visão de totalidade.	4
	Articulação de redes, movimentos socioambientais e coletivos educadores.	
	O projeto não prevê o apoio e o fortalecimento de grupos, comitês e núcleos ambientais, em ações voltadas à conservação e requalificação dos recursos hídricos.	0
7	O projeto prevê de forma superficial o apoio e o fortalecimento de grupos, comitês e núcleos ambientais, em ações voltadas à conservação e requalificação dos recursos hídricos.	2
	O projeto é fundamentado no ideário ambientalista, apoiando e fortalecendo grupos, comitês e núcleos ambientais, em ações voltadas à conservação e requalificação dos recursos hídricos.	4
	Articulação da Educação Ambiental e Mobilização Social com projetos e programas socioambientais desenvolvidos na região.	
	Não prevê a articulação e integração com projeto e/ou programa socioambiental.	0
	Faz menção a outros projetos e programas socioambientais.	1
8	O projeto prevê parcialmente a integração com projeto e/ou programa socioambiental.	2
	O projeto prevê a articulação com projeto e/ou programa socioambiental.	3
	O projeto está articulado e integrado com projeto e/ou programa socioambiental.	4
	Valorização da cultura associada às atividades ambientais.	
	Não faz menção a aspectos culturais.	0
9	Faz menção a aspectos culturais, no entanto não explicita a valorização dos mesmos no projeto.	2
	Valoriza o patrimônio ambiental, histórico, material e imaterial, bem como os saberes, costumes, crenças, artes, práticas sociais e simbologias tradicionais da Bacia.	4

	Educomunicação ou Comunicação Social.	
	Não prevê a Educomunicação ou Comunicação Social.	0
10	Prevê a Educomunicação ou Comunicação Social de forma segmentada e pouco comunicativa.	2
	Prevê a Educomunicação ou Comunicação Social integrada à construção, gestão e difusão do conhecimento de forma ética e acessível a todos.	4
	Avaliação e monitoramento.	
	O projeto não prevê avaliação e monitoramento processual e final da iniciativa.	0
	O projeto prevê avaliação e monitoramento, mas em formato pouco consistente.	1
11	O projeto prevê avaliação e monitoramento processual e final de forma consistente, mas não inclui o público-alvo.	2
	O público-alvo está inserido em um ou mais aspectos da avaliação e monitoramento processual e final do projeto, porém em formato pouco consistente.	3
	O público-alvo está inserido na avaliação e monitoramento processual e final do projeto de forma consistente e participativa.	4
	Autonomia dos grupos e públicos envolvidos no sentido de garantir a continuidade das ações.	
12	O projeto não prevê a autonomia dos grupos e públicos envolvidos no sentido de garantir a continuidade das ações.	0
	O projeto prevê a autonomia dos grupos e públicos envolvidos, porém de forma pouco consistente, sem garantias de continuidade das ações.	2
	O projeto prevê de forma contundente a autonomia dos grupos e públicos envolvidos no sentido de garantir a continuidade das ações.	4
	Aplicabilidade do projeto.	
	O projeto apresenta incoerências e inconsistências entre os tópicos, prazos, valores e equipe técnica, colocando em dúvida a exequibilidade da iniciativa.	0
	O projeto apresenta incoerências e inconsistências entre os tópicos, prazos, valores e equipe técnica, tornando a sua aplicabilidade pouco exequível.	1
13	O projeto apresenta algumas incoerências entre os tópicos estruturais, prazos, valores e equipe técnica, tornando a sua aplicabilidade medianamente exequível.	2
	O projeto apresenta algumas incoerências entre os tópicos estruturais, prazos, valores e equipe técnica, porém não compromete a exequibilidade da sua aplicação.	3
	O projeto apresenta coerência e sequência lógica entre os tópicos estruturais (justificativa, objetivo, metodologia, atividades, metas) , prazos, valores e equipe técnica, tornando sua aplicabilidade exequível.	4
	Formação de parcerias para o desenvolvimento do projeto.	
	O projeto não apresenta parcerias para o desenvolvimento do projeto.	0
14	O projeto apresenta parcerias para o seu desenvolvimento, porém não explicita de forma clara e concisa a participação dos parceiros nas ações.	2
	O projeto apresenta parcerias para o seu desenvolvimento, explicitando de forma clara e concisa a participação dos parceiros nas ações.	4

Aderência ao Plano de Bacias e ao PEAMS.		
15	Não apresenta aderência ao PEAMS e ao Plano de Bacias.	0
	Faz referência ao PEAMS, ao Plano de Bacias e ao Relatório de Situação.	1
	Atende plenamente a pelo menos uma ação prevista no PEAMS e faz referência ao Plano de Bacias e ao Relatório de Situação.	2
	Atende plenamente a pelo menos uma ação prevista no PEAMS e atende ao Plano de Bacias e ao Relatório de Situação.	3
	Atende plenamente a pelo menos uma ação prevista no PEAMS e está localizado em Bacia prioritária.	4
Nota máxima =		60
CRITÉRIOS DE DESEMPATE		NOTA
Projeto apresentado por entidade local da região em que será desenvolvido.		
	Sim.	2
	Não.	0
Projeto apresentado para municípios da Bacia com IDH menor do que 7,0.		
	Sim.	2
	Não.	0

6.3.5 Indicadores de monitoramento

Os indicadores de monitoramento visam acompanhar e avaliar a implementação do Plano de Ação. Três instrumentos compõem o monitoramento: o primeiro (Figura 73) trata do acompanhamento e avaliação da implementação dos indicadores de resultado, previstos no Plano de Ação no período de cinco anos; o segundo instrumento (Figura 74) é formado por cinco indicadores para, em conjunto, avaliar os efeitos do PEAMS sobre a apresentação e aprovação de iniciativas junto ao FEHIDRO e sobre a descentralização dessas iniciativas no território. Esse instrumento visa averiguar se as expectativas do plano em relação ao aumento do número de projetos apresentados e aprovados pelo FEHIDRO em Educação Ambiental e Mobilização Social e à descentralização desses projetos na bacia estão sendo alcançados. O terceiro visa avaliar o impacto do PEAMS no desenvolvimento da Política de Educação Ambiental na bacia após 5 anos de sua aprovação.

Considerando as orientações dos indicadores da Política Pública de Educação Ambiental de ANPPEA, avalia-se os resultados do PEAMS no desenvolvimento da Educação Ambiental no território. Busca-se também conhecer, sistematizar e dar visibilidade a Educação Ambiental fomentada pelo FEHIDRO e orientada pelo PEAMS no território. Essa proposta de monitoramento consta no Plano de Ação (pag. 129, item 4).

Figura 73 - Planilha de monitoramento do número de projetos implantados do PEAMS

Monitoramento do número de projetos implantados do PEAMS								
Nº	AÇÃO	META	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5

Figura 74 - Planilha de monitoramento do processo de fomento da Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia.

Monitoramento do processo de fomento da Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia		
Nº	INDICADOR	INSTRUMENTOS
1	Número de projetos apresentados para a CT-EAMS vs. número de projetos aprovados pela CT-EAMS.	Produção de dados e mapas: análise anual conjunta e integrada dos dados e mapas gerados pelos indicadores.
2	Número de projetos aprovados pela CT-EAMS vs. número de projetos aprovados pelo agente técnico.	
3	Distribuição geográfica das ações prioritárias do plano de ação do PEAMS.	
4	Distribuição geográfica dos projetos aprovados na Bacia.	
5	Percentual de Utilização dos recursos disponíveis em Educação Ambiental e Mobilização Social.	

REFERÊNCIAS

BAIÃO, C. F. P.; ALMEIDA, F. P.; MACHADO, M. A.; ROMAN, M. T. M.; TROVARELLI, P.; LOURENÇO, S. A. G.; MARQUES, A. R.; LEITE, A. C.; MILLZ, B.; GALHARDO, B. D. R.; SILVA, C. A. J.; SANTOS, C. K. N.; FERNANDES, E. S.; BARROS, F. C.; SCALAMBRINO, F. M.; SILVA, G. C. R.; ARCOVERDE, G. F. B.; MARTINS, H. T. M.; BARROS, J. D.; MELEGA, J. C.; CORRÁ, J. C. N.; PEREIRA, K. C.; TONIOLO, M. A.; OLIVEIRA, M. F.; SILVA, O. T. P. S.; LOPES, P. S. C.; HENRIQUE, R.; PAIVA, R. M.; AVILA, R. F.; PULICE, S. M. P.; PAZ, M. G. A.; RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A. **Pesquisa de percepção ambiental dos moradores da bacia do Paraíba do Sul – trecho paulista**. São José dos Campos: INPE, 2020. 54 p.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Projeto Político Pedagógico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itapuã-Baquiá**. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2016. Disponível em: <http://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=4&mode=single&page=346>. Acesso em: 17 jan. 2020.

_____. **Resolução 98, de 26 de março de 2009**. Conselho Nacional de Recursos Hídricos/Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.cnrh.gov.br/ctem-documentos-reunioes/1052-resolucao-n-98-de-2009/file>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Projeto Político Pedagógico Aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas verdes** - manual de orientação. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.281%2C%20DE%2025,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 17 jan. 2020.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 17 jan. 2020.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 136 p.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, v.134, n. 248, p. 833-841, 23 dez. 1996.

_____. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, s/d. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/8068-tratado-de-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-para-sociedades-sustent%C3%A1veis-e-responsabilidade-global.html>. Acesso em: 17 jan. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BUARQUE, S. C. Metodologias e técnicas de construção de cenários globais e regionais. **Texto para discussão** (IPEA), nº 939, fev. 2003.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PARAÍBA DO SUL (CBH-PS). **Área de atuação**. Disponível em: <http://www.comiteps.sp.gov.br/area-de-atuacao>. Acesso em: 17 jan. 2020.

_____. **Deliberação Ad referendum CBH-PS 002, de maio de 2017**. Termo de Referência para do plano de Educação Ambiental da UGRHI 02 - Paraíba do Sul. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CBH-PS/12210/termo-de-referencia-do-pea-ugrhi02-anexo-da-deliberacao-ad-referendum-cbh-ps-002-17.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

_____. **Revisão e Atualização do Plano de Bacia da UGRHI 02 – Paraíba do Sul - síntese do plano de bacia**. Disponível em: http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/CBH-PS/14089/sintese-do-plano-de-bacia-ugrhi_02-01-08-17-completo.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

LOPES, E. B.; PONTES, R. M. **Técnicas e jogos para trabalhar com grupos**. Série Estudos n. 6. Curitiba: EMATER-PR, 2000. 48 p.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (FEHIDRO). **Acesso ao cidadão**. Disponível em: <http://fehidro.sp.gov.br/portal/acessocidadao>. Acesso em: 17 jul. 2020.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2005.

JACOBI, P. R. Educação, cidadania e sustentabilidade. **Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, mai./ago. 2005**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200007>. Acesso em: 24 mar. 2020.

MOISÉS, M.; KLIGERMAN, D. C.; COHEN, S. C.; MONTEIRO, S. C. F. A Política Federal de saneamento básico e as iniciativas de participação, mobilização, controle social, Educação em Saúde e ambiental nos programas governamentais de saneamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500032>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MORIMOTO, I. A.; SORRENTINO, M. **Construindo uma política pública estruturante voltada à prevenção de danos e ilícitos ambientais através de processo educadores emancipatórios**. UDC, 2015. Disponível em:

https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/22168/AS_19_2015_art_1. Acesso em: 24 mar. 2020.

PONTUSCHKA, N. Estudo do meio, interdisciplinaridade, ação pedagógica. **Estudo do Meio e Questões Ambientais**, mar. 2009. Disponível em:

https://estudodomeio.wordpress.com/2009/03/10/acao_pedagogica/. Acesso em 20 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Programa Município VerdeAzul: ranking** dos municípios.

São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Disponível em:

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/verdeazuldigital/pontuacoes/>. Acesso em: 05 mar. 2020.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, número especial, 2017. p. 337–358.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** São Carlos:

Diagrama, 2015, v.1. p. 20-29.

RAYMUNDO, M. H. A.; DINIZ, N.; MARANHÃO, R.; JANKE, N. Projeto Político Pedagógico como estratégia para inclusão da educação ambiental nas políticas públicas brasileiras. **Ambientalmente sustentável**, v. II, n. 20, 2015. p. 150–165.

REGRA, APM. **Cenários como ferramenta na gestão ambiental municipal: um estudo de caso em Brotas-SP**. São Carlos: EDUSP, 2013.

RURAL, J. **O Templo das Águas e das Tradições**. São Paulo: Art Printer, 2007. p. 9.

SÃO PAULO. **Deliberação CRH nº 231, de 20 de dezembro de 2019**. Estabelece diretrizes para a elaboração dos Programas de Educação Ambiental das Bacias Hidrográficas e para o desenvolvimento de Projetos e Ações de Educação Ambiental. Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH. Disponível em: http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/18667/delib-crh-231_publicado.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. **Decreto nº 63.456, de 5 de junho de 2018**. Regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007, institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e dá providências correlatas. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63456-05.06.2018.html>. Acesso em: 17 jan. 2020.

_____. **Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007.** Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-12780-30.11.2007.html#:~:text=Artigo%201%C2%BA%20%2D%20Fica%20institu%C3%ADa%20a%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental.&text=Artigo%205%C2%BA%20%2D%20A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental,dos%20processos%20de%20gest%C3%A3o%20ambiental>. Acesso em: 27 mar. 2020.

TORO, A. J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social:** um modo de construir uma democracia e participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

APÊNDICE A - INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL LEVANTADAS PELA PLATAFORMA “RIO PARAHYBA”.

Dispõe de informações das iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social realizadas na Bacia levantadas por questionário na plataforma “RioParahyba”.

N.º	SITUAÇÃO	ÓRGÃO/LOCAL	NOME DA INICIATIVA	OBJETIVO	LINKS
1	Em andamento	São José dos Campos	Ecomuseu	Mapear saberes e fazeres e direcioná-los para a ação comunitária	https://www.youtube.com/channel/UCuseJ8Dz8T5VW3fdLPXmVhQ
2	-	Prefeitura Paraibuna	Comemoração ao Dia da Árvore	Comemoração ao Dia da Árvore	-
3	Concluído	EMEI Zilda Costa de Oliveira - São José dos Campos	Conhecendo as Frutas	Apresentar e divulgar as frutas nativas ou não para crianças bem pequenas e sua importância para saúde.	-
4	Em andamento	Fatec – Jacareí	Eco-oficinas	Alfabetização ecológica por intermédio de oficinas pedagógicas e ações	https://www.facebook.com/Projeto-Ecofincinas-FATEC-Jacare%C3%AD-110785730322727/?modal=admin_todo_tour
5	Concluído	Prefeitura de Lorena	Semana da Biodiversidade	Implantar e intensificar ações e atividades de Educação Ambiental sobre a importância e necessidade da salvaguarda da fauna silvestre e da flora, envolvendo a rede municipal de ensino e população em geral, em programas e eventos realizados pela Secretaria de Meio Ambiente.	http://www.lorena.sp.gov.br/wordpress/index.php/2019/05/22/lorena-celebra-dia-mundial-da-biodiversidade-com-atividades-de-educacao-ambiental/ http://www.lorena.sp.gov.br/wordpress/index.php/2019/05/16/secretaria-de-meio-ambiente-promove-semana-de-exposicoes-e-

					acoes-educativas-na-praca-dr-arnolfo-azevedo-saiba-mais/
6	Concluído	Secretaria de Meio Ambiente - Lorena	Parque Ecológico do Taboão	Conscientizar a população quanto da importância da preservação das árvores. Mostrar os benefícios de uma floresta e de uma arborização e seus efeitos positivos quando o manejo e feito de forma correta.	@apetlorena https://www.facebook.com/profile.php?id=100007989015589
7	Em andamento	Secretaria do Meio Ambiente - Aparecida	Programa município Verde-Azul	Promover Atividades voltadas para a Educação Ambiental	http://www.aparecida.sp.gov.br/categorias/meio_ambiente
8	Em andamento	Aparecida, Roseira e Potim	ARPA – Associação Responsável pela Proteção Animal de Aparecida	Proteção Animal	https://www.facebook.com/ARPEIROS/
9	1- Concluído, 2- Interrompido, 3- Em andamento, 4- Cancelado, 5- Não iniciado	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura – Monteiro Lobato	1- Meliponário Municipal 2- Viveiro Municipal - Doação e trocas de mudas 3 - Convênio com EDP Bandeirantes - Cuidados com Arborização Urbana 4- Projeto Águas da Mantiqueira - Viveiro escola Mantiqueira - Toyota e Mineradora Água Monteiro Lobato 5- Participação de Universidades /	Sempre, Preservação sustentável do Meio Ambiente - Mata Atlântica - Regeneração, recuperação, fiscalização e proteção de Matas Ciliares - Educação Ambiental e respeito à Legislação vigente	-

			UNESP-UNIVAP-USF		
10	Em andamento	Secretaria de Meio Ambiente – Cachoeira Paulista	Plantar e Educar	Plantio de Árvores	-
11	Interrompido	Programa De jovens Meio Ambiente e Integração Social (PJ MAIS)	Poluição nas Águas de Paraibuna	Sensibilizar a população da cidade de Paraibuna que os resíduos jogados nos rios e lagos podem causar doenças e enchentes	https://www.facebook.com/agualimpa/
12	Em andamento	Núcleo de Educação Ambiental Secretaria de Meio Ambiente de Jacareí - NEA/DSEA	Viver o Viveiro	Proporcionar aos munícipes de Jacareí uma opção de lazer e cultura no contato com a Natureza através de atividades de Educação Ambiental.	https://www.ovale.com.br/_conteudo/nossa_regiao/2019/08/85782-jacarei-lanca-projeto--viver-o-viveiro.html
13	Em andamento	Núcleo de Educação Ambiental Secretaria de Meio Ambiente de Jacareí - NEA/DSEA	Visitas e Vivências com escolas e grupos diversos	Receber escolas e grupos através de agendamento para atividades de Educação Ambiental e trilha ecológica no Viveiro Municipal de Jacareí	http://www.jacarei.sp.gov.br/meio-ambiente-abre-agenda-de-2019-do-nea-para-visitas/
14	Em andamento	Núcleo de Educação Ambiental Secretaria de Meio Ambiente de Jacareí - NEA/DSEA	Cultivo e doação de plantas medicinais	Resgatar o uso e cultivo de plantas medicinais aprovadas pela ANVISA, com o intuito de promover o uso destas para chás e compressas a fim de diminuir a necessidade de tratamentos com fármacos para doenças como diabetes, pressão alta, gastrite, entre outras doenças comuns, através da prevenção do aparecimento destas enfermidades.	http://www.jacarei.sp.gov.br/meio-ambiente-orientacao-de-plantas-medicinais-para-empresas-associaoes-e-fundacoes/

15	Em andamento	Núcleo de Educação Ambiental - Secretaria de Meio Ambiente de Jacareí - NEA/DSEA	Café Para as Plantas	Incentivar a doação dos resíduos de café (borra e coador usado) para compostagem, pelas secretarias e autarquias do município, na intenção de reduzir o volume de resíduos úmidos enviado para o aterro sanitário da cidade.	http://www.jacarei.sp.gov.br/meio-ambiente-desenvolve-projeto-cafe-para-as-plantas/
16	Em andamento	Núcleo de Educação Ambiental Secretaria de Meio Ambiente de Jacareí - NEA/DSEA	Campanha de Orientação sobre o Correto Descarte de Resíduos Domésticos	Sensibilizar a população em geral sobre a importância e a necessidade de realizar a separação de resíduos úmidos e secos em suas residências e reduzir a sua produção de lixo no cotidiano.	http://www.jacarei.sp.gov.br/meio-ambiente-divulga-coes-do-nea/
17	Em andamento	Taubaté	Grupo Escoteiro "Kimball O'Hara"	-	-
18	Em andamento	escola Interação – Campos do Jordão	Ecobarreira de Resíduos Sólidos Flutuantes	Retenção e retirada de resíduos sólidos flutuantes.	https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2364520173624670&id=406683992741641
19	Interrompido	Instituto Fauser Paraibuna	Viveiro escola	O objetivo do projeto foi de analisar as atividades de Educação Ambiental da EMEF Irmã Irene Alves Lopes no município de Paraibuna-SP, após análise foi necessário identificar se a unidade escolar havia necessidade de aplicação de atividades de Educação Ambiental.	http://www.ihhf.org.br/viveiroescola.html
20	Em andamento	OSC Vida – São José dos Campos	Conscientização do descarte irresponsável, recolhimento e reciclagem de óleo de cozinha em empresas e instituições públicas	Evitar que o óleo de cozinha seja descartado de forma incorreta e atinjam os corpos de água, geração de renda.	-
21	Concluído	Instituto Fauser Paraibuna	Cambuci como geração de renda ao pequeno produtor	Censo das árvores de Cambuci no município e a utilização das frutas pelos proprietários.	-
22	Em andamento	Rita Antunes de Camargo Paraibuna	Despoluição, reciclagem, preservação do meio (fauna e flora)	Educar e criar agentes ambientais informais (crianças)	-

23	Em andamento	Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social (CTEAMS-CBH-PS) Vale do Paraíba	Curso de Gestão e Educação Ambiental	Um curso que há 16 anos ajuda a formar educadores ambientais, concebido por organizadores e instrutores voluntários e sem fins lucrativos, com o objetivo de mostrar aos alunos como fazer Educação Ambiental.	-
24	Em andamento Permanente	Prefeitura de São José dos Campos	Programa Revitalização de Nascentes	São José dos Campos promove desde 2006 a revitalização de 33 nascentes degradadas, em áreas públicas urbanas, com a revegetação de APPs. Desta forma, procura contribuir, mediante ações locais, para a melhoria das condições da Bacia do Rio Paraíba do Sul.	https://www.youtube.com/watch?v=u5RiHH-akJI&feature=emb_title
25	Em andamento	Cunha, Jambeiro, Lagoinha, Natividade da Serra, Paraibuna, Natividade da Serra, Santa Branca, São Luiz do Paraitinga, Caçapava, Pindamonhangaba, São José dos Campos, Taubaté, Tremembé, Aparecida, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Lorena, Areias, São José do Barreiro	Projeto Cultivando Conhecimentos: A Percepção Ambiental do rio das Antas em Taubaté SP. Um projeto de Educação Ambiental. Livro	A experiência de Educação Ambiental desse trabalho tem como elo fundamental o contato do indivíduo com a natureza. Tanto a natureza meio quanto indivíduo. As atividades propostas têm caráter de exercício tanto lúdico quanto científico. E atende as expectativas que se tem de Educação social transformadora. Ou seja apresenta como recurso de aprendizagem teórico e prático o exercício social construtiva.	professoraluciahel enablogspot.com
26	Interrompido	São José dos Campos	Composteiras Urbanas e Horta Mandala em Ambiente Urbano	Conscientizar os moradores sobre a importância do consumo e descarte de resíduos sólidos, sejam orgânicos ou recicláveis e sobre as PANCS/Chás/Temperos/ Ervas Medicinais	https://www.youtube.com/watch?v=SI RUO6F5NRs/ https://www.facebook.com/pracarubenscastilho/
27	Em andamento	Oscip Akarui São Luiz do Paraitinga	Nosso Paraitinga: Diálogos Roda D'Água	Promover o debate e a reflexão sobre as questões ambientais do município de São Luiz do Paraitinga com foco na Bacia hidrográfica do Rio Paraitinga, junto aos educadores da rede pública de ensino, para aprofundar a consciência e a prática ambiental e transformar a realidade no que diz	https://docs.google.com/document/d/1QsV0C3NJ_UNE6nU_F_aJltF5RyVEdjfeP5clv5L86cQ/edit

				respeito ao uso da água, do solo, da biodiversidade e das relações humanas.	
28	Concluído	Paraibuna, São Luiz do Paraitinga, Pindamonhangaba, São José do Barreiro, Ocorreu visita de campo na Usina hidrelétrica de Paraibuna, trilha interpretativa na Fazenda São Francisco em São Jose do Barreiro e visita ao Solar das Palmeiras em Pindamonhangaba e bosque da princesa.	Cultivando Conhecimentos - Estudo socioambiental da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, Una e Sub-Bacia do Itaim.	O presente trabalho de estudo socioambiental da sub-Bacia do rio Itaim tem como base o livro: A percepção Ambiental do rio das Antas em Taubaté SP. um projeto de Educação Ambiental. Trata-se de um projeto multidisciplinar e foi realizado com alunos do Ensino Médio da PEI Doutor Antônio de Moura Abud com a finalidade de valorizar o entorno escolar e apresentar técnicas de iniciação científica interdisciplinar.	http://drive.google.com/file/d/0BxSMZfF1uosUOUNaQTI DMVotQjA/view
29	Em andamento	Prefeitura Municipal de Taubaté	Planeta Taubaté	O Planeta Taubaté é um Programa Municipal de Educação Ambiental, com o objetivos desenvolver um conjunto de atividades de Educação e conscientização, envolvendo toda a sociedade em uma nova abordagem de cuidados e proteção do meio ambiente.	http://www.taubate.sp.gov.br/planetataubate/ https://www.portalr3.com.br/2019/06/planeta-taubate-realiza-plantio-de-85-mudas-na-avenida-timbo/ http://www.taubate.sp.gov.br/noticias/prefeitura-de-taubate-lanca-programa-ambiental-planeta-taubate

30	Em andamento Encerrado	Prefeitura Municipal de Taubaté	Vanguarda DEMAIS (Desafio escolar Meio Ambiente Ideal e Sustentável) - edição Taubaté	O Projeto Vanguarda DEMAIS busca ajudar na conscientização da população para um meio ambiente ideal e mais saudável, por meio da coleta de material reciclável, convocando as escolas e sua classe estudantil do ensino fundamental. Os estudantes serão os agentes multiplicadores dessa ação em prol do meio ambiente ideal e mais saudável.	https://www.taubate.sp.gov.br/noticias/prefeitura-de-taubate-e-vanguarda-lancam-desafio-ambiental/ https://www.taubate.sp.gov.br/noticias/desafio-ambiental-recolhe-2-590-quilos-de-plastico/ https://www.taubate.sp.gov.br/noticias/alunos-da-rede-municipal-participam-de-final-de-desafio-ambiental/ https://www.taubate.sp.gov.br/noticias/ipe-amarelo-vence-desafio-vanguarda-demais/ http://www.vanguarda.tv/vanguardademails.html https://redeglobo.globo.com/sp/tvanguarda/noticia/rede-vanguarda-estreia-novo-projeto-vanguarda-demais.ghtml https://www.youtube.com/watch?v=nqLRv4FAzMA https://www.youtube.com/watch?v=BMo96RkJbhs https://www.facebook.com/prefeituramunicipaltaubate/videos/675474152946746/
----	---------------------------	---------------------------------------	--	---	---

					http://www.ecotaubate.com.br/noticias/boletims/informativo-oficial-vanguarda-demais-2019
31	Concluído	Prefeitura de Tremembé	Centro de Educação Ambiental Tremembé	Contribuir para a formação de cidadãos plenos, ou seja, responsáveis, pró ativos, críticos, criativos, que cuidem do espaço em que vivem. Tendo como base que a Educação Ambiental contribui para a mudança de pensamento, visando ações que assegurem um novo comportamento com relação ao cuidado do meio ambiente.	-

32	Em andamento	Pessoa Física São José dos Campos São Francisco Xavier	Programa de Revitalização de Nascentes	Revitalização e preservação de áreas de nascentes urbanas	http://nascentes.sjc.sp.gov.br/servicos/programa-revitalizacao-de-nascentes/ https://www.youtube.com/user/SEMEASJC/videos https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/novembro/13/alunos-participam-do-programa-revitalizacao-de-nascentes/
33	Projeto político pedagógico da escola. https://docs.google.com/document/d/15lxAnomN4MpIXaLpqb0WgCrE53Cy9kY5KsQoIKExf8/edit?usp=drivesdk	Espiral escola Viva São José dos Campos	Grupo de Responsabilidade de Sustentabilidade	É um grupo composto por estudantes, educadores e familiares dos estudantes. Temos o objetivo de cuidar e manter o valor sustentabilidade em prática em nossa escola. Isso vai desde os cuidados com os resíduos (recicláveis e orgânicos), composteira, até questões de consumo da escola e as relações pessoais.	-
34	Em Andamento	escola Estadual Elmano Ferreira Veloso São José dos Campos/Jacareí	Despertar sobre Sustentabilidade	Sensibilizar os estudantes e comunidade escolar no geral, para as questões que envolvem a sustentabilidade, consumo consciente, uso e ocupação do solo.	https://www.youtube.com/watch?v=FVID7JDII7M
35	Concluído	CBH-PS Vale do Paraíba	Encontro de Educadores	Promover a formação prática de educadores da rede privada e pública, municipal ou estadual em meio ambiente, através de palestras e oficinas.	-
36	Em andamento	Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Taubaté	Atividades Ambientais no Parque Natural Municipal Vale do Itaim	Atividades monitoradas de Educação Ambiental realizadas na Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Natural Municipal Vale do Itaim, direcionadas ao público geral e aos alunos de escolas Municipais, Estaduais e Particulares da região que tiverem interesse, mediante agendamento dos grupos.	http://www.taubate.sp.gov.br/secretarias/atividades-ambientais-no-parque-do-itaim/ http://www.taubate.sp.gov.br/noticias/taubate-abre-agenda-para-educacao-ambiental-no-parque-do-itaim/

					http://www.taubate.sp.gov.br/noticias/secretaria-de-meio-ambiente-celebra-dia-da-arvore/
37	Concluído	Ong Serra Acima Cunha	Desenvolvimento Agroecológico da Agricultura Familiar – Juventude Agroecológica	Promover a renovação geracional da agricultura familiar	https://www.youtube.com/watch?v=8SQsfAzBwrg&t=13s
38	Em andamento	APOENA Pindamonhangaba Taubaté	Ecoturismo e Turismo de Aventura	Trilhas e Educação Ambiental com escolas e grupos e atividades de aventura.	#APOENAaventura/ APOENA ecoturismo
39	Em andamento	Organe-se São José dos Campos	Organe-se	Compostagem de resíduo orgânico domiciliar	@organe_se_sjc
40	Em andamento	ENGEP Ambiental Jambeiro	Programa de Educação Ambiental	Conscientizar sobre a importância de tratarmos o nosso lixo de forma ambientalmente correta ao discutir sobre assuntos que se referem desde a sua geração até a destinação ambientalmente adequada, conforme disposto na lei 12.630/10. Promover a reflexão sobre a importância da coleta seletiva e a reutilização dos materiais nesse processo e informar sobre a operacionalidade do aterro	-
41	Em andamento	Prefeitura São José dos Campos	Hortas Urbanas	Incentivar a produção agroecológica de hortaliças, ervas e temperos visando uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos e produzida de forma natural, contribuindo para a prevenção e promoção da saúde dos munícipes.	https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2020/janeiro/16/cultivo-de-hortas-comunitarias-aproxima- pessoas-e-promove-mais-saude-e-qualidade-de-vida/

					https://www.sjc.sp.gov.br/media/57036/2606_c_s13_carilha_hortas_urbanas_montadaweb.pdf
42	Em andamento	Prefeitura São José dos Campos	Pomares Nativos Educativos - Arborização Urbana	Resgatar o contato com árvores frutas da nossa região que foram esquecidas, durante o processo de introdução de frutas exóticas, bem como incentivar a importância das árvores pelas crianças.	https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/agosto/6/pomares-nativos-comecam-a-receber-placas-educativas/
43	Em andamento	-	Sonhos de Francisco	Sonhos de Francisco é um livro infantil que se tornou um projeto de contação de história, que leva as histórias do Vale do Paraíba para escolas, eventos, aniversários, praças, e obras sociais, de forma lúdica e artística. Este projeto incentiva crianças e adultos a conhecerem o Vale histórico, as 39 cidades, e ter contato com a cultura caipira e o cuidado com a natureza que nos cerca.	http://sonhosdefrancisco.blogspot.com.br ; @sonhosdefrancisco
44	Concluído	EE Francisco Pereira da Silva São José dos Campos	Águas da Região	Promover reflexões, desenvolver conhecimento e estimular ações de intervenção a partir do entorno socioambiental em que estão inseridos por meio da análise social, econômica, cultural e ambiental das microBacias estudadas e da avaliação da qualidade das águas dessas regiões pelos alunos do Ensino Médio.	https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1IAfAOgXsOgK81I3ZqbEoQOFQoXO6jZIP

45	Em andamento	<p>Pratique Consciente</p> <p>Cunha, Jambeiro, Lagoinha, Natividade da Serra, Paraibuna, Santa Branca, São Luiz do Paraitinga, Guararema, Igaratá, Jacareí, Santa Izabel, Monteiro Lobato, São Francisco Xavier, Caçapava, Pindamonhangaba, São José dos Campos, Taubaté, Tremembé, Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Lorena, Guaratinguetá, Lavrinhas, Piquete, Potim, Queluz, Roseira, Arapeí, Areias, Bananal, Silveiras, S. José do Barreiro</p>	Pratique Consciente	Aplicar a sustentabilidade nas práticas do dia-a-dia com o objetivo de gerar menos "lixo".	www.pratiqueconsciente.com.br
46	Concluído	Rosa Maria de Sousa Santos São José dos Campos	Educação Ambiental no Ensino Médio Integral e a construção de uma metodologia participativa para preservar a Bacia do Paraíba do Sul	Conhecer as possibilidades do trabalho de Educação Ambiental para preservar a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnyb3Nhc291c2FudHxneDo2NTg5OWZHNjBhNTJmNjJj https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=MQbk-qHt2a4&feature=emb_title https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=MQbk-qHt2a4&feature=emb_title

					https://www.youtube.com/watch?v=lzRdOKbYnFk
47	Concluído	Redenção da Serra, Taubaté, Piquete, Queluz	Palestras e aulas sobre EA	Difundir a EA e iniciativas para melhorar o meio ambiente local.	-
48	Em andamento	Rosa Maria de Sousa Santos São José dos Campos	Eno Tree Planting Day	Plantio de árvores nas margens do Rio Paraíba do Sul	https://www.youtube.com/watch?v=Rot2xt5rJu4&feature=emb_logo
49	Concluído	Instituto Suinã Guararema	Pátio Verde	Contribuir para a transformação da escola num Espaço Educador Sustentável (EES) a partir das três dimensões inter-relacionadas - o espaço físico, gestão e currículo - fazendo formação com educadoras, vivências com estudantes e implantação de tecnologias sociais por meio de mutirão com pais, mães e toda a comunidade escolar.	http://www.guararema.sp.gov.br/34/secretarias/educacao/noticias/2979/projeto+ptio+verde++entregue+em+escolas+municipais
50	Em andamento	Instituto Suinã Jacareí	Quintais Produtivos	O projeto visa fomentar a organização de uma rede de produtoras e produtores urbanos agroecológicos no Distrito de São Silvestre, Jacareí -SP e contribuir com a transformação das relações humanas a partir de um olhar carinhoso com o espaço vive.	https://www.agoravale.com.br/noticias/Geral/projetos-sociais-e-ambientais-apoiados-pela-suzano-sao-destaque-no-festival-costuras-urbanas-de-jacarei
51	Concluído	Guilherme Ferrão Agroecosust São Bento do Sapucaí	Chácara Carpe Diem	Agroecologia, agrofloresta, design de permacultura, meliponicultura, saneamento ecológico, auto suficiência em pequenos espaços	-

52	Em andamento	Coletivo Monteiro Lobato, São Francisco Xavier, Caçapava, Pindamonhangaba, São José dos Campos, Taubaté, São Bento do Sapucaí	Virando Sustentável	Promover ações práticas de sustentabilidade e engajar a comunidade bioregional	www.virandosustentavelsbs.blogspot.com.br Facebook Instagram
53	Em andamento	Secretaria de Meio Ambiente do município de Lorena	Oficina de Plantio - Projeto recuperação de nascente no Parque Ecológico do Taboão	Criação de um espaço crítico-reflexivo sobre o processo de recomposição florestal visando a restauração ecológica para estimular a percepção do reflorestamento como processo complexo, de médio-longo prazo para obtenção de resultados efetivos.	-
54	Em andamento	escola João Pereira Lopes São Luiz do Paraitinga	Reciclagem de Papel	Conscientização sobre o consumo, utilidade e descarte do papel.	-
55	Em andamento	Instituto Suinã Guararema	Práticas Sustentáveis	-Instigar educadores e estudantes para a mudança de atitudes sobre questões socioambientais a partir de experiências positivas e acesso à informação; - Criar espaços educadores sustentáveis como instrumentos para prática pedagógica ao ar livre, tornando produtivos espaços ociosos; - Fortalecer a comunidade escolar para agir ativamente em busca de alternativas para a redução de impactos ambientais, conservação dos recursos naturais e bem-estar social.	http://www.madeiratotal.com.br/sustentabilidade-a-comunidade-suzano-incentiva-projeto-sobre-praticas-sustentaveis-em-escola-municipal-de-guararema-sp/
56	Em andamento	Instituto Suinã Jacareí	Diagnóstico Socioambiental da Sub-Bacia do Córrego Quatro Ribeiras para a Educação Ambiental e Mobilização Social dos Proprietários para a Proteção das Nascentes	Implementação de ações de diálogo com partes interessadas e ações socioambientais, baseadas na percepção obtida a partir dos diagnósticos anteriores, para difusão de conhecimento sobre a importância dos recursos hídricos e consequente fortalecimento do compromisso pela conservação da Bacia.	-

57	Concluído	Instituto Suinã Jacareí	Teia Ativa	Realizar uma oficina de bola de semente e plantios de mudas nativas na nascente do córrego Tanquinho	-
58	Interrompido	Geralda Silva Paraibuna	Incentivo ao plantio de espécies nativas	Uma provocação no Facebook por uma cidade mais arborizada e engajada biologicamente	-
59	Em andamento	Coletivo SarauSá Paraibuna	SarauSá "Desafios do Rio Paraíba do Sul"	Um Diálogo entre Culturas, Valorização e Educação para a Paz, Conscientização e Preservação do Meio Ambiente, Todos pelo Direito Humano e Dever de Todo Ser Humano.	-
60	Em andamento	Associação de Pescadores e Amigos do Rio Paraíba do Sul Potim e municípios fluminenses	Projeto Piabanha	Ha mais de 20 anos o Projeto Piabanha possui um Banco Ex Situ (com tanques de terra e os circulares, com polietileno de alta resolução), que mantém espécies nativas de peixes do rio Paraíba do Sul ameaçadas de extinção. A universidade de Mogi das Cruzes trabalha com o DNA destas espécies e sequenciamento genético. O Projeto tem como parceiros a CESP, em Paraibuna, o ICMBio, diversas instituições e universidades para apoio e pesquisa e já capacitou instituição angolana e mexicana. Ao longo de todos estes anos a Educação Ambiental tem sido permanentemente utilizada para milhares de jovens da rede de ensino privada e pública, bem como para representantes de instituições e da sociedade civil	-
61	Em andamento	Diretoria de Ensino De Jacareí (Santa Branca, Guararema, Igaratá, Jacareí, Santa Isabel, Arujá	"Sustentabilidade em Foco" / Programa de Alfabetização Ambiental - "Projeto Conhecer para Conservar	Gestão dos resíduos sólidos e promoção de práticas sustentáveis na Diretoria de Ensino da Região de Jacareí	-
62	Em andamento	Senar Paraibuna, Salesópolis, Caraguatatuba	Cursos de Qualificação Rural	Levar conhecimento	-
63	Concluído	Rotary Club Cunha	Semana do Meio Ambiente	Conscientização da importância da proteção ambiental na Serra do Mar para o Rio Parayba	-

64	Não iniciado	Everson Paraibuna	Coleta de Óleo	Conscientizar sobre o destino correto do óleo	-
65	Em andamento	Alexandre Henrique Rodrigues Guarulhos	Sensibilização referente a resíduo sólido	A iniciativa tem como objetivo sensibilizar os participantes, sobre o importante papel que cada um tem na redução do lixo que acaba impactando os oceanos, através da alteração de comportamentos.	-
66	Em andamento	Instituto Florestal Viveiro Florestal de Taubaté (São Luiz do Paraitinga, Pindamonhangaba, Tremembé	Vale Vida e Compensação de Emissões de CO2 para Sequestro de Carbono	Conscientizar sobre a importância dos recursos ambientais; Compensar as emissões de CO2 por meio de plantio florestal.	-
67	Concluído	EMEIF Cassiana dos Santos Moreira	Recuperação de Nascentes	Conscientizar alunos e proprietários sobre a importância de manter e recuperar as nascentes para a produção de água de qualidade	-
68	Concluído	Prefeitura Caçapava	O mundo tem sede de iniciativas - Comemoração sobre o Dia mundial da Água	Proporcionar à municípes e alunos da rede municipal de ensino eventos e programas que enfatizem a conservação dos recursos hídricos	http://www.cacapava.sp.gov.br/post/dia-da-agua-sera-comemorado-em-cacapava-com-varias-atividades \$9923 http://www.cacapava.sp.gov.br/post/cacapava-recebe-espetaculo-teatral-e-oficina-em-homenagem-ao-dia-da-agua \$73540
69	Concluído	Prefeitura Caçapava	Semana do Meio Ambiente	Realizar atividades de conscientização junto à população sobre a importância de se conservar o Meio Ambiente	http://www.cacapava.sp.gov.br/post/semana-do-meio-ambiente-em-cacapava \$13026
70	Em andamento	Marcos Kinão Paraibuna	Nosso rio ainda Vive .	Mostrar a vida em torno do nosso rio através de fotografia de aves e animais	-

71	Em andamento	Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - Cemaden (Cunha, Paraibuna, São Luiz do Paraitinga, Jacareí, Pindamonhangaba, São José dos Campos, Taubaté, Lorena)	Programa Cemaden Educação: Rede de Escolas e Comunidades na prevenção de Desastres	O Programa visa contribuir para a geração de uma cultura da percepção de riscos de desastres, no amplo contexto da Educação Ambiental e da construção de sociedades sustentáveis e resilientes.	http://educacao.cemaden.gov.br/ ; (Cemaden) https://www.cemaden.gov.br/ ; email: educacao@cemaden.gov.br ; História em quadrinhos: Educação + Participação = uma equação para redução do risco de desastres (Cemaden Educação e ICT UNESP SJC). ISSUU https://issuu.com/cemadeneducacao/docs/educacao_prevencao_e_no_flipsnack : https://www.flipsnack.com/Cemadeneducacao/educacao-participa-o.html
72	Em andamento	Joel Augusto dos Santos e Irene Pereira de Sousa Paraibuna Pindamonhangaba	Projeto Taguá	Valorizar e difundir a técnica de manejo e artesanato em taboa, como fomento à cultura, à geração alternativa de renda e à preservação no município de Paraibuna-SP. Como resultados espera-se relembrar e valorizar a história do artesanato em taboa, compartilhar as possibilidades de renda alternativa ensinando as técnicas de fabricação de peças variadas e contribuir para a sustentabilidade de um sistema agroecológico. Ao final das oficinas será realizada uma exposição juntamente com uma roda de conversa sobre todos os processos históricos e desenvolvimento técnico que envolvem a arte.	https://www.instagram.com/irenaprojetotagua/?hl=pt-br

73	Em andamento	Pedro Luiz Jambeiro, Natividade da Serra, Paraibuna, Redenção da Serra, Santa Branca	Floresta do Futuro	Reflorestamento	-
74	Em andamento	Felipe Augusto dos Santos Jacaré	Metamorphosis Transformando Ambientes	Educação Ambiental, com temas e tecnologias sociais e permacultura	-
	Em andamento	NEA Turi Jacaré	NEA – Núcleo de Estudos Agroecológicos “Turi”	Sensibilizar a comunidade escolar quanto a gestão de resíduos e produção de alimentos de uma maneira mais saudável e mais sustentável.	-
75	Em andamento	Associação Terra Fértil - ATF	Arte na Serra: entre a cultura e o meio ambiente	Promover e divulgar as manifestações culturais de São Luiz do Paraitinga e realizar atividades de Educação Ambiental, considerando a relação da população com o Rio do Chapéu e Rio Paraitinga.	https://www.atfsaoluiiz.com/
76	Em andamento	Cunha, Jambeiro, Lagoinha, Natividade da Serra, Paraibuna, Redenção da Serra, Santa Branca, São Luiz do Paraitinga, Guararema, Jacaré, Santa Izabel, Monteiro Lobato, São Francisco Xavier, Caçapava, Pindamonhangaba, São José dos Campos, Taubaté, Tremembé, Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Lorena, Guaratinguetá, Lavrinhas, Piquete, Potim, Queluz, Roseira, Arapeí, Areias,	IEV, Instituto de Estudos Valeparaibanos	Valorizar com premiação iniciativas ambientais e contar histórias de ações ambientais. Acervo aberto a todo o Vale	www.sitedoiev.com

		Bananal, Silveiras, São José do Barreiro			
77	Em andamento	Peace Ambiental Região do CBH - SM e municípios do Vale do Paraíba, mediante demanda	PEACE Ambiental	Produção de conteúdo técnico- científico com linguagem e abordagem acessível para a gestão socioambiental e aprendizagem de ciências aplicada à vida prática, por meio de planos de gestão, material gráfico, digital e experiências ao ar livre.	www.peaceambiental.com.br https://www.instagram.com/projeto.peace/ https://www.youtube.com/watch?v=j78jqUKuguk&feature=youtu.be https://www.youtube.com/watch?v=5a6cVYIcnZ0
78	Em andamento	Mix Ouro Preto Paraibuna	Matéria Prima do Quintal	Projeto socioambiental Reflorestamento com frutíferas da mata Atlântica	
79	Em andamento	Diretoria de Ensino de São José dos Campos - Núcleo Pedagógico escolar	Educação Ambiental - DE São José dos Campos	Orientar ações de educação ambiental das escolas , nos finais e ensino médio, alinhadas as 10 competências básicas da BNCC e aos temas que permeiam a Bacia hidrográfica do Paraíba do Sul.	-

80	Em andamento	Prefeitura de Guararema	Defensores do Futuro	Criar um vínculo entre alunos e comunidade escolar com as árvores da cidade.	http://www.guararema.sp.gov.br/34/secretarias/educacao/noticias/2472/professores+da+rede+municipal+de+ensino+aderem+ao+pamgea http://www.guararema.sp.gov.br/35/secretarias/sade/noticias/2788/pacto+municipal+de+guararema+para+a+educacao+ambiental+encerrado+com+premio https://diariodoturismo.com.br/guararema-fugindo-regratem-exemplos-serem-seguidos-no-turismo-2/
81	Em andamento	Secretaria de Educação – Sala Verde - Taubaté	Horta na escola	Incentivar hortas escolares, oferecer suporte para as atividades e promover a Educação Ambiental e alimentar. (Parceria entre: Secretaria de Educação, Secretaria de Meio Ambiente, escolas públicas municipais e a sociedade civil.	http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/link-vanguarda/videos/t/edicoes/v/hortas-em-escola-em-taubate-ajuda-alunos-a-melhorarem-a-alimentacao/7971137/ http://valenews.com.br/2019/08/29/taubate-amplia-projeto-horta-na-escola/
82	Em andamento	Corredor Ecológico Paraibuna Guaratinguetá	O Verde e Azul no Vale – Caminhos da Mata Atlântica	Sensibilizar a população do entorno do Vale do Paraíba para a causa do desenvolvimento sustentável, a partir das comunidades escolares para a importância da identidade e preservação de suas paisagens naturais.	-

83	Em andamento	inpEV - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias Taubaté	Programa de Educação Ambiental Campo Limpo	Conscientizar professores e alunos de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental para a responsabilidade compartilhada dos diversos atores da sociedade na gestão sustentável de embalagens vazias e outros resíduos sólidos.	http://inpevcampoli.mpo.org.br/ http://inpevcampoli.mpo.org.br/espaco-do-educador/atividades-complementares/
84	Concluído	EcoPátio São José dos Campos	Festival Taioba	O Festival Taioba é um evento local que aconteceu no dia 7 de março de 2020 no EcoPátio para apresentar e promover alimentos saborosos, nutritivos e genuinamente brasileiros com ingredientes nativos e PANC (Plantas Alimentícias Não-Convencionais), valorizando a agricultura caipira e trazendo a consciência do elemento terra.	http://degustavale.com/2020/02/29/festival-taioba-resgata-alimentos-nao-convencionais/
85	Em andamento	Carlos Donizeti Sebastião Jacareí	Reciclagem, sabão caseiro com óleo usado	Ajuda comunidade rural	-
86	Em andamento	Prefeitura Municipal de Taubaté	Horta na escola	Promover a educação integral de crianças e jovens de escolas e comunidades do seu entorno por meio de hortas escolares, incorporando a alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica.	http://www.taubate.sp.gov.br/destaque-home/escola-de-educacao-infantil-inicia-pomar/ ; http://www.taubate.sp.gov.br/noticias/taubate-amplia-projeto-horta-na-escola/
87	Em andamento	Instituto Cultural Santa Cruz do Paolinho	Instituto Cultural Santa Cruz do Paolinho	Resgatar e preservar o patrimônio cultural, promover a cultura e a sustentabilidade, com ênfase na economia criativa	
88	Em andamento	Instituto Suinã Jacareí	Ecoagentes Mirins	Trabalhar semanalmente com crianças do ensino fundamental I, do distrito de São Silvestre – Jacareí- SP com temáticas de Educação Ambiental: Água, solo, resíduos, ar, sociobiodiversidade, entre outros. Com o objetivo de sensibilizar e transformar essas crianças em agente multiplicadores de informações.	-
89	Em andamento	Instituto Suinã Jacareí	Da horta à sua mesa	Fomentar a segurança alimentar através de cursos de culinária	-

				utilizando produtos das hortas locais (moradores da comunidade).	
90	Em andamento	Instituto Suinã Jacareí	Diálogo Mensal de Sustentabilidade	O DMS (Diálogo Mensal de Sustentabilidade) nasceu para fortalecer o relacionamento dos funcionários da Suzano com projetos socioambientais .	-
91	Em andamento	Cíntia Mara Santos Siqueira de Jesus Jacareí	Segurança Alimentar no Jiu-Jítsu	Fomentar a segurança alimentar através de hortas e tecnologias sociais para praticantes de Jiu-Jítsu.	-
92	Em andamento	Câmara Técnica e Educação Ambiental e Mobilização Social (CTEAMS-CBH-PS)	Seminário de Educação Ambiental para o Vale do Paraíba	Propiciar encontro e convivência dos diversos responsáveis por EA do Vale do Paraíba de modo que os pontos fortes e oportunidades sejam discutidos.	-
93	Concluído	Prefeitura Municipal Secretaria de Educação Guaratinguetá	PEV – Óleo	Coleta de óleo usado por escolas da rede municipal	-
94	Em andamento	Sindicato Rural Cruzeiro Lavrinhas	Recuperação de 12 hectares da Mata Ciliar do Rio do Braço	Recuperação de 12 hectares de mata ciliar do Rio do Braço que abastece 40% do município de Cruzeiro, com restauração de 16.666 mudas de espécies arbóreas nativas	-
95	Ainda não realizado	Sindicato Rural Cruzeiro Lavrinhas	Recuperação do trecho da mata ciliar do Rio da Água Limpa – Cruzeiro –SP 16,84 hectares-utilizando novas técnicas de restauração.	Recuperação de 16,84 hectares de mata ciliar e nascentes com novas técnicas de restauração ambiental envolvendo mais de 300 crianças do ensino fundamental	-
96	Interrompido	Elaine Cristina Nogueira Teixeira Paraibuna	Viveiro-escola como Ferramenta de Educação Ambiental dentro do Projeto Ler e Escrever	Mostrar a procura por atividades de Educação Ambiental com crianças do Ensino Fundamental e capacitar professores, envolvendo a comunidade e a família na utilização do Viveiro-escola como espaço educador tendo como princípios os conceitos da Permacultura e o conteúdo pedagógico do Projeto “Ler e Escrever”.	https://globoplay.globo.com/v/5275915/ - Reportagem Vanguarda sobre Horta https://pt.calameo.com/read/003377113d188ba2b7676

					https://photos.app.goo.gl/khd2GENYUjGFUzZUA
97	Concluído	Elaine Cristina Nogueira Teixeira Microempreendedora Individual (MEI) e colaboradora do Instituto H&H Fauser	Visita da Escola Municipal EMEF Irmã Irene Alves Lopes ao Sitio do Bello (Frutíferas)	Visita Técnica para conclusão de projetos desenvolvidos na escola durante o semestre: 5º anos : Encerramento do Projeto Mata Atlântica 4º anos: Fechamento conteúdos sobre extrativismo, produtos naturais e industrializados.	http://turismoruralparaibuna.blogspot.com/2011/11/visita-das-criancas-da-escola-irma-zoe.html
98	Concluído	Elaine Cristina Nogueira Teixeira Paraibuna São José dos Campos	Monografia do Curso de Especialização em Educação Ambiental	Educação Ambiental no Turismo Rural no Vale da Fartura, para preservação, recuperação do patrimônio socioambiental e renda.	https://drive.google.com/open?id=1ZtR3sJ0ejyyhuBQoeZfA6QtFYSLLqyUz
99	Em andamento	Prefeitura Meio Ambiente Guararema	Programa ECO-Sexta de Atividades Ambientais	Promover o conhecimento e o debate sobre Meio Ambiente.	http://guararema.com.br/eco-sexta/ (Em 2016) https://oidiario.com.br/eco-sexta-guararema/ http://www.guararema.sp.gov.br/40/secretarias/obras+meio+ambiente+planejamento+e+servicos+pblicos/noticias/3203/eco-sexta+trata+sobre+lixo+zero http://www.portalatotiete.com.br/CANAL.asp?c=9780 https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/07/31/futuro-da-comida-e-discutido-em-guararema.ghtml

100	Não iniciado	E.M.E.I.E.F. Professor André Freire Guaratinguetá	Consumo e Produção Responsáveis	Integrar os professores numa mesma temática onde cada qual possa realizar atividades escolares de cunho cognitivo, emocional, organizativo, criativo, etc.	-
101	Em andamento	EMEIEF Professor João Mendes Filho Guaratinguetá	Ecoponto JMF	Evitar que a comunidade local da EMEIEF Professor João Mendes Filho descarte óleo vegetal de cozinha usado no ambiente de forma incorreta.	https://drive.google.com/drive/folders/1hi5mNwhXUGz_s75OGnNJZ8erk9sFbtNe?usp=sharing
102	Em andamento	E.M.E.I.E.F. "Prof. ^a Zezé Figueiredo" Guaratinguetá	Reciclagem	Ajudar o meio ambiente e a comunidade, com material reciclável doado a pessoas que façam a coleta desse tipo de material e arrecadação de lacres de latas a serem trocadas por cadeiras de rodas para doação a instituições do bairro.	https://drive.google.com/drive/folders/1hi5mNwhXUGz_s75OGnNJZ8erk9sFbtNe?usp=sharing
103	Em andamento	EMEF Ramão Gomes Portão. Guaratinguetá	Ramão ECOPONTO de Óleo	Conscientizar a comunidade quanto ao descarte correto de óleo usado e os danos causados ao meio ambiente ao descartarmos de forma incorreta.	https://www.facebook.com/groups/1311351825653738
104	Em andamento	EMEF Prof. ^a Ana Fausta de Moraes" Guaratinguetá	Horta na escola	Incentivar a alimentação saudável; Proporcionar conhecimento sobre agricultura familiar; Sensibilizar os alunos para o cuidado com o meio ambiente.	-
105	Em andamento	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Guaratinguetá	Aliete - Escola Amiga da Natureza	Eliminar totalmente o uso do copo descartável, trocando-o por copos, xícaras e canecas de outros materiais como vidro, porcelana, silicone ou outro de maior durabilidade e menor impacto ao meio ambiente. Além disso, reduzir o uso de E.V.A., eliminar o uso de isopor e bexigas nas práticas educativas e festivas.	-
106	Em andamento	Escola Municipal Fernando Alencar Pinto Guaratinguetá	Escola Municipal Fernando Alencar Pinto	Tornar a escola sustentável sendo um modelo para a comunidade influenciando a sociedade através de suas práticas.	-
107	Em andamento	EMEIEF Professor "José Benedito Averaldo Galhardo" Guaratinguetá	Mate a sede, não a mata!	Eliminar o uso de recipientes descartáveis usados para beber água, no ambiente escolar. Fornecemos canecas de louça ou metal à todos para que deixem de usar copos descartáveis, gerando menos poluição com lixo e ajudando a não degradar o	Link do lançamento das canecas para os professores - https://www.facebook.com/29583945

				ambiente também durante a produção destes descartáveis.	0566486/videos/603381870406016/
108	Em andamento	E.M.E.F. Prof. ^a Luzia de Castro Mittidieri em parceria com Guará Óleo Guaratinguetá	Coleta de óleo de cozinha usado e coleta de pilhas usadas	Coletar óleo de cozinha já usado para que não seja jogado no esgoto doméstico	-
109	Em andamento	Escola Maria Conceição Freire Salles Guaratinguetá	Coleta de óleo e coletas de garrafas pets	Criar hábitos de proteção ao meio ambiente	-
110	Não iniciado	E. M. E. I. E.F. Prof. José Augusto Antunes do Amaral Guaratinguetá	Ação	Conscientização da população sobre a importância de preservar o Meio Ambiente, a saúde e o bem estar.	-
111	-	Escola Municipal Carmelita de Moraes Guaratinguetá	Meu Espaço	Refletir sobre a sustentabilidade	-
112	Em andamento	EMEI Prof. ^a Euterpe Silva Quissak Bartelega	Horta Educativa	Fortalecer o trabalho educacional voltado à formação de valores sociais, culturais e alimentares compatíveis com a preservação da cultura do país, do meio ambiente e da promoção de hábitos alimentares saudáveis.	-
113	Em andamento	Colégio Girassol Guaratinguetá	AMA – Amigos do Meio Ambiente	Desenvolver o respeito pela natureza e a consciência de que faz parte dela, atentando para compreensão das questões ambientais incluindo a sustentabilidade.	-
115	Concluído	Reciclo São José dos Campos	Sou Catador e Reciclo	Amenizar o impacto da poluição	-
116	Em andamento	Felipe Augusto Santos Jacareí	Pingo D'água	Promover a implantação de pluviômetro de baixo custo em escolas de ensino fundamental da rede municipal de Jacareí, utilizando os dados e informações obtidas nas disciplinas e no aumento da percepção sobre os riscos de desastres naturais.	-

117	Concluído	Instituto Suinã Jacareí	Festival Agroecológico do Distrito de São Silvestre	Realizar um evento onde toda comunidade pudesse interagir com as ações locais e fortalecer os projetos que fomentam a agroecologia urbana e implantações de tecnologias sociais de baixo custo e fácil replicação.	-
118	Em andamento	Instituto Suinã Jacareí	Festival Costuras Urbanas	Interação da comunidade com as ações locais e fortalecimento dos projetos de Educação Ambiental, agroecologia urbana, cultura, arte e esporte e fortalecer a vitalidade comunitária.	-
119	Concluído	Instituto Suinã São José dos Campos	Oficina de Bonecos Ecológicos	Sensibilizar os participantes através de uma forma lúdica os conceitos sobre germinação, cuidado com as plantas e importância da água para os seres vivos.	-
120	Concluído	Instituto Suinã Taubaté	Oficina Taipa de Mão	Confeccionar de uma pequena parede de argila utilizando-se da técnica de taipa de mão.	-
121	Em andamento	Antonio Celso Custódio Redenção da Serra	Aves de Redenção da Serra	Registro de espécies de aves que ocorrem no município de Redenção da Serra	https://www.facebook.com/Aves-de-Reden%C3%A7%C3%A3o-da-Serra-1522244114730891/ http://www.wikiaves.com.br/perfil_omicrom
122	Concluído	Prefeitura Municipal Secretaria de Educação Guaratinguetá	Semente do Amanhã	Programa de Educação Ambiental da Rede Municipal de Educação	Página da PMG/Programa Semente do Amanhã
123	Concluído	EMEFEI. Dr. Guilherme Eugenio Filipe Fernandes	Agenda 2030	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar ações de sustentabilidade na Unidade escolar através da participação de todos os alunos, professores, funcionários, gestores e pais e/ou responsáveis, enfim, toda a comunidade escolar ; - Conscientizar toda a comunidade escolar sobre a urgente importância da sustentabilidade e sua efetiva prática cotidiana; - Desenvolver o senso crítico sobre as atitudes individuais e coletivas; 	-

				<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar práticas de tomadas de decisões éticas em sua vida; - Estabelecer práticas cotidianas sustentáveis na Unidade escolar 	
124	Em andamento Concluído	Associação Sócio-Educativa dos Pequenos Produtores Rurais de Redenção da Serra e Região	Educação Ambiental e Mobilização Social	Fomentar, apoiar e qualificar as ações de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social, com ações continuadas e transformadoras que contribuam para o conhecimento, a participação e o controle social, e a construção de sociedades sustentáveis.	-
125	Não iniciado	Helen Kowarick Muniz São Francisco Xavier São J. Campos	ReEducação Ambiental para Todos	Não jogue lixo, jogue sementes para germinar	-
126	Concluído	Lívia Maria Ferreira Pimentel Caçapava	Mãos Conscientes	<p>O projeto atuará de maneira a conscientizar os jovens, integrando práticas permaculturais, com uma organização social participativa, podendo interagir com outros projetos da comunidade a ser inserido ou da prefeitura municipal. Este projeto busca criar ambientes humanos produtivos e sustentáveis, interagindo com a natureza e com o entorno em que se insere.</p> <p>Disseminar a ideia de “pensar globalmente e agir localmente”, atuando no ambiente de forma consciente.</p> <p>Trabalhar em práticas como: tinta ecológica, horta em mandala, espiral de ervas, cisterna, sistemas agroflorestais, compostagem e reuso de materiais.</p>	https://www.youtube.com/watch?v=nf76IGaxgm0 https://www.youtube.com/watch?v=z6xAKNPV3QI&t=21s https://www.youtube.com/watch?v=WZsnjLgMeZA
127	Em andamento	Secretaria de Meio Ambiente - Prefeitura Municipal Cruzeiro	Parque das Nascentes	Recuperação e Educação Ambiental com foco na proteção das nascentes	-

128	Em andamento	Fundação Mokiti Okada Bananal	Projeto Bananal + Ecológico e Sustentável Recuperação de 20 nascentes	Plantio de árvores nativas em nascentes.	www.fmo.org.br
129	Em andamento	Flávia Nogueira Rodrigues Bananal	Preservação do Patrimônio Histórico e do Meio Ambiente.	Conscientizar os nossos alunos sobre a importância de conhecer, valorizar e preservar nossos patrimônios e o meio ambiente, para que as próximas gerações possam usufruir de tudo que nos foi dado em abundância pela nossa generosa natureza.	-
130	Concluído Em andamento	Plural /Crescente Fértil Bananal e Jacareí	Conexão Mata Atlântica	Executar o projeto Conexão Mata Atlântica conforme proposto pela SIMA/FF no âmbito do Componente 3.	-
131	Concluído	Serra Acima- Associação de Cultura e Educação Ambiental Cunha	Curso Modular de Agricultura, Cultura e Meio Ambiente-2004	Capacitar jovens e voluntários representantes de associações de bairros rurais da região para o desenvolvimento de iniciativas de produção agroecológica de hortaliças, cogumelos shiitake e coleta de sementes florestais nativas.	-
132	Concluído	Serra Acima- Associação de Cultura e Educação Ambiental Cunha	Projeto Viver na Mata Atlântica – Recuperação de Matas Ciliares junto a Agricultores Familiares da Estância Climática de Cunha	Desenvolver modelos demonstrativos para a conservação da Mata Atlântica, por meio da Recuperação Ecológica de Matas Ciliares e Nascentes em processos participativos para o levantamento da realidade local, planejamento e implantação de ações de recuperação ambiental na região das Nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.	-
133	Concluído	Serra Acima- Associação de Cultura e Educação Ambiental Cunha	“Saberes e Sabores do Pinhão”	Acompanhar mulheres envolvidas no extrativismo do pinhão por meio de oficinas para trocas de experiências e receitas, incentivando a sustentabilidade ambiental da floresta de araucárias, a autonomia e a geração de renda para mulheres rurais	-
134	Concluído	Serra Acima- Associação de Cultura e Educação Ambiental Cunha	Projeto Formação de Jovens & Desenvolvimento de Cadeias Produtivas Agroecológicas	Desenvolver cadeias de produtos e serviços associados à economia familiar, com foco na inserção qualitativa de jovens na economia local.	-

135	Concluído	Serra Acima- Associação de Cultura e Educação Ambiental Cunha	Projeto Empreendimentos Comunitários: criando ambientes para a geração de trabalho e renda no município de Cunha/SP – 2009 - 2013 (fases I, II e III)	Desenvolver a capacidade empreendedora de jovens rurais em condição de vulnerabilidade social no município de Cunha.	-
136	Concluído	Serra Acima- Associação de Cultura e Educação Ambiental Cunha	Agroecologia – Vida na Roça, Alimento Saudável na Cidade. 2017- 2018	Aumentar a resiliência de agricultores familiares do Vale do Paraíba paulista ao mesmo tempo em que amplia a oferta de alimentos saudáveis à população, inclusive a crianças de escolas públicas, beneficiárias do Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE).	-
137	Concluído	Centro de Estudos Ambientais e Patrimoniais Queluz, Arapeí, Areias, Bananal, Silveiras, São José do Barreiro, podendo atingir outras cidades	RPPN Catadupa	Unidade de conservação privada (RPPN) destinada a conservação e preservação do ecossistema da Serra de Formoso. O objetivo é ser modelo de uma unidade demonstrativa ambiental sustentável que pode ser replicada em todo território e ajudar na disseminação da importância das RPPNs como estudo de caso.	Facebook: RPPN fazenda catadupa – preservação e resgate https://frepesp.org. br/psa-em-rppn- paulistas-3o-edital- e-o-caso-da-rppn- fazenda- catadupa://www.g azetadebananal.co m/2018/12/1- reuniao-de- impulsionalmento- de-rppns.html , histórico, http://crescentefert il.org.br/projetorios esmaria/site/index. php/574/ , https://www.saojos e.br/acontece/viag ens-tecnicas- curso-de-turismo/ ,
138	Em andamento	Grupo Mosaico RPPNs da Bocaina São José do Barreiro	Educação Ambiental, Combate e de Prevenção a Focos de Incêndios	Sensibilização e prevenção no combate aos focos de incêndios e queimadas	-

139	Concluído	Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Cunha	Agenda Ambiental	Integração das crianças com o Ambiente Natural. Despertar nas crianças a importância da Educação Ambiental no ambiente em que vivemos.	-
140	Em andamento	E.M.E.I.E.F."Prof. ^a Francisca de Almeida Caloi	Horta Vertical e o seu Potencial Educativo	Horta vertical com os alunos para reaproveitar embalagens de xampus, detergentes, garrafas pet e outros produtos, utilizando princípios da metodologia de ensino-aprendizagem ativa; evocando ideais de ecocidadania e consciência social.	https://www.facebook.com/prefeituraguaratingueta/videos/1785263668199076/ https://drive.google.com/folderview?id=1BTZzU-3rsBnj01nSUR-CSXQp1kSNouT
141	Concluído	Prefeitura Municipal de Queluz	De Olho na Água	Sensibilizar e mobilizar a comunidade queluzense nas principais questões ambientais através de 01 Programa de Educação Ambiental com ações em palestras, cursos, cines ambientais e programas de rádio.	-
142	Ainda não iniciado	Emmanuel Duarte Taubaté	Projeto Vale do Mel	O projeto Vale do Mel tem como objetivo a Educação Ambiental, tal como a conservação, preservação e divulgação das abelhas nativas sem ferrão. Somos os únicos a trabalhar de forma didática, lúdica e marcante esse conteúdo nas escolas, igrejas, shoppings e grandes empresas do estado de São Paulo e um dos poucos projetos do Brasil voltado para a Educação Ambiental, inclusão social e sustentabilidade utilizando as abelhas sem ferrão como conteúdo principal e demais temas do meio ambiente de forma divertida e envolvente, utilizando músicos, contadores de histórias, biólogos e meliponicultores, além é claro das abelhas sem ferrão acomodadas em caixas didáticas com visores superiores e laterais para total compreensão deste universo.	-

143	Concluído	Julien César Mélega Taubaté	Projeto Ambiental na Educação Básica	Sensibilizar os alunos sobre a importância da água para a sobrevivência humana, assim como estimulá-los a reconhecer a importância do uso racional da água, o valor dos serviços ambientais e as implicações das atividades humanas sobre os recursos hídricos.	-
144	Concluído	Julien César Mélega Taubaté	Projeto Água	Sensibilizar os alunos sobre a importância da água para a sobrevivência humana, assim como estimulá-los a reconhecer a importância do uso racional da água, o valor dos serviços ambientais e as implicações das atividades humanas sobre os recursos hídricos.	-
145	Em andamento	Vagner Camilotti São José dos Campos	Observatório de Pássaros	Busca incentivar a observação de aves como meio de sensibilização ambiental e literacia ambiental.	http://redeglobo.globo.com/sp/tvanguardia/planetavanguardia/videos/t/edicoes/v/planeta-vanguardia-bloco-2/3658201/?fbclid=IwAR16jT8uhC7XuiGtbG1-FZu45WCNnWFWUm-oYcmyKgkAlfZhg_QzyrHEFu0 https://mega.nz/file/iE0TWZJD#cnLEamBnyTO66iFB2vHHwUcl2eo1mone spi-z3sdjrs
146	-	Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Piquete-SP	Prefeitura Municipal de Piquete	Gostaríamos de ter um Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social.	-
147	Em andamento	Coletivo Virando Sustentável São Bento do Sapucaí	Virando Sustentável	Conectar pessoas e saberes visando Sustentabilidade, através de ações em escolas, evento anual, colaboração na gestão de resíduos entre outros.	@virandosustentavel , https://www.facebook.com/virandosustentavel/ , http://virandosustentavel.blogspot.com/

148	Interrompido	escola Alcina Soares Novaes	Papa Tampinhas	Perceber que há muita riqueza no que descartamos como “lixo” e que isso pode ser transformador na sociedade	-
149	Em andamento	EMEFI Prof. ^a . Elvira Maria Giannico Guaratinguetá	Projeto de Educação Ambiental	Assegurar o direito de todos pela vida bem como pela Educação Ambiental, inclusiva e sustentável levando o ambiente escolar cada vez mais a ser um local que no dia a dia esteja se preocupando, cuidando e zelando do meio ambiente, conservando e preservando o patrimônio e bens da escola, com atitudes que possam refletir em casa, no bairro e na cidade em vista da sustentabilidade do planeta.	-
150	Em andamento	Emef Prof. Virgílio Rosas da Silva	Agentes Ambientais	Conscientizar a comunidade escolar sobre o descarte correto do lixo, reaproveitamento e horta educativa.	-
151	Não iniciado	escola Municipal Maria Julia Antunes do Amaral Moreira Guaratinguetá	Educação Ambiental ao combate a dengue- ODS 3	Combater a dengue no vale do paraíba, na cidade de Guaratinguetá e mais especificamente em nossa comunidade Jardim do Vale	-
152	Em andamento	Professor Lázaro Areias	Mobilização e Educação Ambiental	Criar instrumentos de Mobilização Social e Educação Ambiental para restauração florestal e preservação Dia de nascentes, principalmente a do Rio Paraíba do Sul para o desenvolvimento do turismo pedagógico, ecológico e de aventura no município e região.	youtube.com/watch?v=UtuCCewar0U

153	Em andamento	Professor Lázaro Vale do Paraíba	Zé do Paraíba	Personagem que fomenta a preservação do Rio Paraíba e suas nascentes	<p>Expedição Pedagógica Ambiental- Cunha: https://www.youtube.com/watch?v=EmEXSRdK5g</p> <p>Diálogo Pedagógico Ambiental - SJC: https://www.youtube.com/watch?v=tF9ARjYlomw</p> <p>Programa Ambiental Interativo - PAI - Taubaté: https://www.youtube.com/watch?v=MDociLU1qko</p> <p>Programa Semente do Amanhã - Guaratinguetá: https://www.youtube.com/watch?v=YCQFy-ymUXQ</p> <p>Oficina Conferência Nacional - Pindamonhangaba : https://www.youtube.com/watch?v=vYhoKybQliU</p> <p>Semana do Meio Ambiente - São José dos Campos: https://www.youtube.com/watch?v=7c25UdA--C0</p> <p>Campanha da Fraternidade - Aparecida: https://www.youtube.com/watch?v=ekAv2-eumoc</p>
-----	--------------	----------------------------------	---------------	--	--

					<p>Amigos do Zé-Vale do Paraíba - SP/MG/RJ: https://www.youtube.com/watch?v=maoTF3AQw1Q Dia do Rio Paraíba do Sul - Lorena: https://www.youtube.com/watch?v=kJjPdaFvolg</p>
154	Em andamento	escola Antonio da Cruz Payão Guaratinguetá	Horta Educativa	<p>Conscientizar a comunidade escolar e local quanto à importância do projeto "Horta Educativa" como laboratório vivo de consciência pública, voltada à educação alimentar e a preservação ambiental, despertando o interesse do educando para a vida do homem do campo através de atividades práticas e interdisciplinares de forma sistemática e transversal nas atividades pedagógicas.</p>	<p>http://www.fundosocial.sp.gov.br/tag/horta-educativa/ https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernoexatas</p>

155	Interrompido	escola Antonio da Cruz Payão Guaratinguetá	Captação de água	Conscientizar a comunidade escolar e local quanto à importância do projeto Captação de água, despertando o interesse do educando para a vida do homem do campo através de atividades práticas e interdisciplinares de forma sistemática e transversal nas atividades pedagógicas e apresentar o desenvolvimento do aproveitamento da água de chuva para uso não potável.	https://periodicos.s.et.edu.br/index.php/cadernoexatas
156	Em andamento	Secretaria de Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Cruzeiro	Papa Pilhas - Descarte correto Preserve o Meio Ambiente.	Coleta de Pilhas e Baterias	-
157	Não iniciado		Rede Brasileira de Conselhos - RBDC	Garantir a participação e o controle social e consolidar a soberania popular	www redebrasileiradecolhos.com.br
158	Em andamento	Prefeitura Secretaria de Meio Ambiente Guaratinguetá	PSA Hídrico "Programa Produtor de Água" - política pública municipal	Restauração florestal de nascentes da sub Bacia do Ribeirão Guaratinguetá, atendendo aos produtores rurais com práticas de conservação do solo e segurança hídrica, principalmente instalação de fossas sépticas. Plantio de vegetais de Mata Atlântica, conservação do solo e tratamento de afluentes são as principais prática de EA junto aos produtores e comunidades do entorno as propriedades no Programa. Os proprietários recebem apoio financeiro anual de Fundo Municipal específico.	https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/programa-produtor-de-agua-em-guaratingueta-firma.2019-03-15.0693943555 https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/programa-produtor-de-agua-inicia-os-pagamentos-em.2019-03-15.4648864665 https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/programa-produtor-de-agua-inicia-os-pagamentos-em.2019-03-15.4648864665 http://guaratinguetas.sp.gov.br/pagamento-do-programa-produtor-de-agua/

159	Em andamento	Grupo Antolin Caçapava	Semanas do Meio Ambiente	Educação Ambiental	-
160	Em andamento	Quissak! Produções & Eventos Culturais Guaratinguetá Cunha, São Luiz do Paraitinga, Guararema, Jacareí, Monteiro Lobato, Caçapava, Pindamonhangaba , São José dos Campos, Taubaté, Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Lorena, Guaratinguetá, Piquete, Potim, Queluz, Roseira, São Paulo, Rio de Janeiro	Os Cumpadres do Meio Ambiente	Conscientização e sensibilização sobre Meio Ambiente, através da arte. Causos e estórias sobre o tema.	-
161	Concluído	EMEF Prof. ^a Heloísa Helena Rodrigues Alves Sanches - Guaratinguetá	Horta Educativa	O objetivo geral é proporcionar aos alunos o conhecimento de forma a fortalecer valores e atitudes com atividades desenvolvidas em na horta. A educação ambiental e alimentar é um dos focos desse trabalho, também busca-se sensibilizar os alunos para que desenvolvam hábitos de consumir alimentos saudáveis.	-

162	Concluído	Instituto Chão Caipira - Paraibuna	Livro "O Templo das Águas e das Tradições"	Resgatar as tradições do Vale do Paraíba e suas riquezas naturais.	-
163	Em andamento	Instituto de Estudos Monteiro Lobato - Taubaté	Formação do Instituto de Estudos Monteiro Lobato	Atuação com projetos sócio-culturais, educacionais e ambientais. Formação e capacitação de professores, agentes comunitários, etc. Exposições, cursos, encontros/oficinas.	-
164	Concluído	Julien César Mélega - UNITAU - Taubaté	Jogo "Educação-Água"	Ferramenta voltada para alunos do Ensino Fundamental II (EF) e do Ensino Médio (EM), com o objetivo de operar uma bacia hidrográfica, entender como ela "funciona" e reverter as atividades humanas negativas que influenciam e alteram a qualidade da água da bacia a partir das nascentes (TARGA, <i>et al.</i> , 2017).	-

**APÊNDICE B - FORMULÁRIO PARA INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
E MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

Fale sobre sua iniciativa:

Prezado(a) Amigo(a)

O Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social - PEAMS do Vale do Paraíba, tem objetivo de fortalecer a Política de Educação Ambiental no território.

Todas as iniciativas (ações, projetos, eventos e políticas públicas) podem ser descritas aqui. As perguntas iniciais já servem para mapeá-la. Mas sinta-se a vontade para aprofundar mais sobre sua iniciativa respondendo as demais questões e descrevê-la ou inserir link ao final do formulário.

Saiba mais sobre o PEAMS do Vale do Paraíba: <https://www.rioparahyba.com.br/projeto>

Participe também se inscrevendo na Plataforma "Pelas Águas do Parahyba" e ajudando a pensar no futuro da Educação Ambiental no Vale do Paraíba e na Educação Ambiental que queremos:

<https://acszonasul.priorize.net/communities>

Contato:

E-mail: peamsrioparahyba@gmail.com

WhatsApp: (12) 99110-6465

Facebook: <https://www.facebook.com/AguasDoParahyba/>

Instagram: https://www.instagram.com/aguas_do_parahyba/

INSTITUTO H&H FAUSER

INSTITUTO CHÃO CAIPIRA

*Obrigatório

1. Nome do respondente: *

25/08/2020

Fale sobre sua iniciativa:

2. Nome da iniciativa (não precisa ser formalizada): *

3. Municípios atendidos: *

Marque todas que se aplicam.

- 1-Cunha
- 2-Jambeiro
- 3- Lagoinha
- 4- Natividade da Serra
- 5- Paraibuna
- 6 - Redenção da Serra
- 7-Santa Branca
- 8-São Luis do Paraitinga
- 9-Guararema
- 10-Igaratá
- 11-Jacareí
- 12-Santa Izabel
- 13-Monteiro Lobato
- 14-São Francisco Xavier
- 15-Caçapava
- 16-Pindamonhangaba
- 17-São José dos Campos
- 18-Taubaté
- 19-Tremembé
- 20-Aparecida
- 21-Cachoeira Paulis
- 22-Canas
- 23-Cruzeiro
- 24-Lorena
- 25- Guratinguetá
- 26- Lavrinhas
- 27- Piquete
- 28-Potim
- 29-Queluz
- 30-Roseira
- 31-Arapeí
- 32-Areias
- 33-Bananal
- 34-Silveiras
- 35-São José do Barreiro

Outro: _____

4. Objetivo geral da iniciativa: *

5. Coloque aqui o e-mail da iniciativa ou do responsável a ser contactado : *

CONTE MAIS SOBRE
SUA INICIATIVA

Estes campos são importantes para entendermos melhor a metodologia, objetivos específicos e público atingido.

6. Como você se identifica? (Nome de sua instituição, associação, coletivo, grupo, pessoa física, etc.)

7. Desenvolveu nos últimos 15 anos (a partir de 2004) ou tem em andamento alguma iniciativa de Educação Ambiental e Mobilização Social? Em caso afirmativo, responda as perguntas seguintes. Obs.: Se houver mais de um projeto, responda um questionário para cada projeto.

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. Status da iniciativa:

Marque todas que se aplicam.

1- Concluído

2- Interrompido

3- Em andamento

4- Cancelado

5- Não iniciado

Outro: _____

9. Como você classifica a iniciativa?

Marque todas que se aplicam.

Política Pública

Programa

Projeto

Ação

Intervenção

Pesquisa

Outro: _____

10. Qual é o formato da iniciativa de educação ambiental e/ou mobilização social?

Marque todas que se aplicam.

- 1-Curso de 8 horas
- 2-Curso de 8 a 30 horas
- 3-Curso de mais de 30 horas
- 4-Oficina
- 5-Palestra
- 6-Seminário
- 7-Dinâmica de grupo
- 8-Fórum
- 9-Grupo de estudo
- 10-Evento
- 11-Monitoria
- 12-Exposição
- 13-Mutirão
- 14-Roda de conversa
- 15-Pesquisa

Outro: _____

11. Abrangência:

Marque todas que se aplicam.

- 1- Local.
- 2- Municipal.
- 3- Regional

Outro: _____

12. O objetivo da iniciativa já foi atingido? Caso negativo, por quê?

13. Período de execução:

14. Valor investido:

15. Origem do recurso financeiro:

Marque todas que se aplicam.

1- Financiamento público

2- Financiamento privado

3- Financiamento misto

Outro: _____

16. Temas trabalhados:

Marque todas que se aplicam.

- 1- Resíduos
- 2- Saneamento
- 3- Riscos ambientais
- 4- Poluição
- 5- Meio ambiente e saúde
- 6- Moradia
- 7- Recursos hídricos
- 8- Solo
- 9- Ar
- 10- Fauna
- 11- Vegetação

Outro: _____

17. Para qual público é a iniciativa?

Marque todas que se aplicam.

- 1- Estudantes de escolas municipais de ensino fundamental
- 2- Estudantes de escola municipal de educação infantil
- 3- Estudantes de escolas estaduais
- 4- Associações de classe (aposentados, bancários, etc.)
- 5- Programas de jovens assistidos
- 6- Associação de moradores
- 7- Professores
- 8- Associação de catadores
- 9- Funcionários de empresa
- 10- Público em geral

Outro: _____

18. Faixa etária:

19. A iniciativa possui um endereço principal (sede)? Caso positivo, onde?

20. População RURAL atendida diretamente:

21. População URBANA atendida diretamente:

22. Qual a origem da iniciativa ? (De onde surgiu a ideia motivadora?)

Marque todas que se aplicam.

- 1- Iniciativa individual
- 2- Reivindicação comunitária
- 3- Por demanda de uma intervenção de gestão ambiental privada (por exemplo coleta seletiva na empresa)
- 4- Por demanda de uma intervenção de gestão ambiental pública
- 5- Solicitação de entidade

Outro: _____

23. Você participa de alguma rede de apoio? Qual?

24. Sua iniciativa precisa de apoio para desenvolver alguma das atividades abaixo?

Marque todas que se aplicam.

- Evento
- Comunicação
- Contabilidade
- Elaboração de Projetos
- Mobilização Social
- Planejamento Estratégico
- Trabalho Técnico
- Articulação em Redes
- Formalização
- Consultoria Jurídica
- Estruturar um Programa de Voluntariado
- Processo Licitatório
- Captação de Recursos

Outro: _____

25. Sua iniciativa pode fornecer apoio para ajudar outros a desenvolverem alguma das atividades abaixo?

Marque todas que se aplicam.

- Evento
- Comunicação
- Contabilidade
- Elaboração de Projetos
- Mobilização Social
- Planejamento Estratégico
- Trabalho Técnico
- Articulação em Redes
- Formalização
- Consultoria Jurídica
- Estruturar um Programa de Voluntariado
- Processo Licitatório
- Captação de Recursos

Outro: _____

26. Quais as bases de apoio ou materiais didáticos e documentos que você utilizou (utiliza/utilizará) para sua iniciativa?

Marque todas que se aplicam.

- 1-Livro didático
- 3-Textos de jornais e revistas impressas
- 4- Pesquisa na internet (mapas, textos, vídeos , fotos, etc)
- 5-Plano de Bacia
- 6-Programa de Educação Ambiental
- 7-Agenda 21
- 8-Propostas curriculares
- 9- Legislação
- 10-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)
- 11-Pesquisa Científica

Outro: _____

27. A sua iniciativa de educação ambiental é:

Marque todas que se aplicam.

- 1-Um processo de formação permanente
- 2-Visou sensibilizar para questões socioambientais
- 3-Visou sensibilizar e mobilizar os participantes para ação de requalificação ambiental
- 4- É uma ação integrada a implantação/ intervenção de um programa de gestão ambiental

Outro: _____

28. Foi realizado monitoramento da iniciativa Educativa? Caso afirmativo, como?

29. Como você avaliou a participação das pessoas na iniciativa de educação ambiental e/ou mobilização social?

30. Quais foram as dificuldades e ameaças para a realização?

31. Quais foram as facilidades e oportunidades para a realização?

32. Houve alguma nova forma de mobilização social (atrair o envolvimento das pessoas) que deu certo e que queira registrar aqui?

33. Coloque aqui informações que considera importantes, links para reportagens, vídeos e página da iniciativa:

34. Insira o link compartilhado (Dropbox, Google Drive, We Transfer...) do arquivo, cartilha, livro, notícia, ilustração, pesquisa, artigo, ou qualquer outro material sobre sua iniciativa. Caso você não possua um link compartilhável, você pode enviá-lo para peamsrioparahyba@gmail.com

35. Você gostaria de receber informações sobre o andamento da Elaboração do Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

36. Observações e sugestões:

25/08/2020

Fale sobre sua iniciativa:

37. Comente sobre sua iniciativa:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE C - FORMULÁRIO PARA PREFEITURAS: COLETA DE DADOS GERAIS E ESTRUTURA

25/08/2020

Questionário para Prefeituras e seus técnicos: coleta de dados gerais e de estrutura

Questionário para Prefeituras e seus técnicos: coleta de dados gerais e de estrutura

Prezado(a) Amigo(a),

Por deliberação do CBH-PS, estamos elaborando o Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, com o objetivo de fortalecer a Política de Educação Ambiental no território. No processo de elaboração discutiremos a Educação Ambiental que temos, a que queremos e como alcançá-la.

Para ampliar os canais de participação dos diversos setores, estamos enviando-lhe um questionário, para conhecermos os dados gerais e a estrutura da Educação Ambiental e Mobilização Social no âmbito de seu município. Para tanto, solicitamos sua colaboração para que responda ao formulário abaixo da maneira mais completa possível. Caso haja dúvida, poderá nos contactar: peamsrioparahyba@gmail.com.

As informações prestadas, bem como as considerações nele observadas, contribuirão para a elaboração do Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, que servirá como referência no desenvolvimento da Política de Educação Ambiental, orientando e subsidiando a Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) no fomento de Programas, Projetos ou Ações de Educação Ambiental.

Desde já, nosso muito obrigado!

Atenciosamente,

Amely I. Fauser
Coordenadora do Plano Ambiental de Educação Ambiental e Mobilização Social (PEAMS) da
Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.
Instituto H&H Fauser

INSTITUTO H&H FAUSER
Rua Nabor Nogueira Santos, 258 - Paraibuna-SP - CEP: 12260-000
Telefone: (12) 39747135
E-mail: peamsrioparahyba@gmail.com

*Obrigatório

IDENTIFICAÇÃO

1. 1-Município *

2. 2-Nome do Prefeito *

3. 3-Razão Social *

4. 4-CNPJ *

5. 5-Nome do respondente/função: *

LOCALIZAÇÃO

6. 6-Compartimento correspondente: *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Região das Cabeceiras: Cunha, Jambeiro, Lagoinha, Natividade da Serra, Paraibuna, Redenção da Serra, Santa Branca e São Luís do Paraitinga.
- 2 - Região do Reservatório Jaguari: Guararema, Igaratá, Jacareí, Santa Isabel, Monteiro Lobato e São Francisco Xavier (distrito de São José dos Campos).
- 3 - Região do Paraíba do Sul - Montante: Caçapava, Pindamonhangaba, São José dos Campos, Taubaté e Tremembé.
- 4 - Região do Paraíba do Sul - Jusante: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Guaratinguetá, Lavrinhas, Lorena, Piquete, Potim, Queluz e Roseira.
- 5 - Região da Serra da Bocaina: Arapeí, Areias, Bananal, Silveiras e São José do Barreiro.

Município Verde Azul

7. 7-Pontuação Município Verde-Azul (última pontuação e ano)

ESTRUTURA

8. 8-Por favor, selecione a(s) alternativa(s) existente(s) em seu município

Marque todas que se aplicam.

	Sim	Aborda Educação Ambiental
Plano Diretor Municipal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Plano Diretor de Turismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Plano Diretor de Saneamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Plano Diretor de Educação Ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programa Municipal de Educação Ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agenda 21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comitê(s) de bacia(s)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Centro de Educação Ambiental (CEA)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sindicato Rural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conselho(s) Municipal(is)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Legislação Municipal de Educação Ambiental (EA) ou com interface em EA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Unidade de Conservação com estrutura para Uso Público	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Parques Municipais e Áreas verdes para Uso Público	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Espaços Educadores (viveiro escola; borboletário; museu; trilha...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou
equivalente*

Outro

9. 9-Caso haja secretaria municipal de meio ambiente ou equivalente, por favor responda: Qual a denominação?

10. 10-Existem funcionários nessa secretaria (ou equivalente) dedicados exclusivamente a Educação Ambiental? Quantos?

LEGISLAÇÃO

11. 11-Existe instrumento legal municipal que aborde a Educação Ambiental?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. 12-Caso positivo, qual(is) o(s) número(s) da(s) Lei(s) ou Decreto(s) e/ou link(s) de acesso?

ORÇAMENTO PARA EA

13. 13-Qual o orçamento para Educação Ambiental em 2019

14. 14-Qual o orçamento para Educação Ambiental em 2020

FINANCIAMENTOS PARA PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES DE EA

O Objetivo desta seção é diagnosticar se houve e quais foram as causas de interrupção de projetos submetidos ao FEHIDRO.

15. 15-A Prefeitura já submeteu algum Programa/Projeto/Ação ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) de Educação Ambiental?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

16. 16-Caso positivo, por favor faça a lista de título(s) e ano(s) de execução:

17. 17-Caso tenha submetido, houve alguma dificuldade durante o processo junto ao FEHIDRO? Qual(is)?

18. 18-A Prefeitura já submeteu algum Programa/Projeto/Ação a outros fundos que não o FEHIDRO?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

19. 19-Caso positivo, por favor, faça a lista de título(s) e ano(s) de execução do(s) projeto(s) submetido(s) a outros fundos:

20. 20-Algum Programa/Projeto/Ação foi suprimido da agenda pública municipal? Caso positivo, por quê?

DIMENSÃO DIAGNÓSTICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EA NO MUNICÍPIO

21. 21-A Prefeitura já realizou diagnóstico ou conhece os problemas que podem ser enfrentados pela Educação Ambiental?

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não

22. 22-Como é feito o diagnóstico para elaboração de um Programa/Projeto/Ação pela prefeitura?

Marque todas que se aplicam.

- No início, para planejar e construir a proposta
- Para implementar e/ou revisar a proposta
- Não há diagnóstico
- Durante todo o processo de construção, implementação e revisão da proposta

Outro: _____

23. 23-Quais são as estratégias utilizadas para realizar o diagnóstico?

Marque todas que se aplicam.

- Dados secundários / levantamento bibliográfico
- Entrevistas e questionários
- Oficinas
- Conjunto de técnicas participativas (MAPPEA - Mínima Aproximação Prévia para elaboração de Programas de Educação Ambiental, DRP –Diagnóstico Rápido Participativo, etc.)

Outro: _____

24. 24-Quais são os atores envolvidos no diagnóstico?

Marque todas que se aplicam.

- Equipe contratada/terceirizada pela instituição proponente
- Setor responsável da instituição proponente
- Equipes de toda a instituição proponente
- Instituição proponente e representantes da sociedade civil, setor privado e poder público
- Instituições do Terceiro Setor (ONG, OSCIP, Institutos filantrópicos)
- Trabalhos acadêmicos
- Universidades , Instituições de Ensino
- Ações governamentais federais ou estaduais

Outro: _____

DIMENSÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO COLETIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EA NO MUNICÍPIO (FONTE: FUNBEA - FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL)

25. 25-Existem ações de Educação Ambiental integradas a outros projetos setoriais tais como saúde, infra-estrutura, bem estar social, etc.?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

26. 26-Caso sim, quais estratégias de mobilização foram utilizadas no Programa/Projeto/Ação?

Marque todas que se aplicam.

Uso de estratégias de comunicação (distribuição de panfletos, folhetos, cartazes de divulgação, redes sociais, vídeos, etc.)

Não há estratégia de mobilização

Realização de reuniões, rodas de conversa, assembleias, fóruns, eventos, etc., para dialogar sobre o assunto.

Campanhas permanentes utilizando-se de um conjunto de estratégias/técnicas

Outro: _____

27. 27-Os Equipamentos (ex.biblioteca verde móvel) ou Espaços Pedagógicos (viveiro-escola, horta) de Educação Ambiental na Prefeitura foram Instituídos por instrumento normativo/legal? Se sim, qual?

28. 28-Quem coordena/preside o Equipamento ou espaço Pedagógico de Educação Ambiental na Prefeitura?

Marque todas que se aplicam.

- Sociedade Civil
 Poder público
 Poder Público e Sociedade Civil em conjunto
 Poder Público e Sociedade Civil rotativamente

Outro: _____

29. 29-Foi utilizado ou criado algum espaço coletivo e/ou colegiado no processo de construção/implementação do Programa/Projeto/Ação?

Marque todas que se aplicam.

- Sim, utilizado
 Sim, criado
 Não

30. 30-Qual(is) espaço(s)?

Marque todas que se aplicam.

- Espaços específicos de EA (CIEA, CIMEA, Núcleos de EA, Centros de EA, Observatório de Meio Ambiente, e EA, Coletivos Educadores de EA, Câmara técnica de EA, Grupo de Trabalho de EA, ComVida, Fórum da Agenda 21 Escolar, etc..)
 Espaços não específicos de EA (Conselhos de Meio Ambiente, Conselhos Gestores de UC's, Comitês de Bacia Hidrográfica, Grêmios Estudantil, etc.)

Outro: _____

31. 31-Caráter do espaço:

Marque todas que se aplicam.

Deliberativo

Normativo

Consultivo

Fiscalizador

Outro: _____

PARCERIAS E ARTICULAÇÕES

32. 32-A prefeitura ou Unidades Municipal de Educação já firmaram parcerias para trabalhos de Educação Ambiental nas Escolas Municipais?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

33. 33-A iniciativa da parceria com a Educação formal foi:

Marque todas que se aplicam.

Da própria prefeitura ou da Unidade Municipal de Educação

Da empresa como compensação ambiental

Da empresa (demanda interna)

De ONG's por demanda própria

Outro: _____

34. 34-A Prefeitura já realizou parcerias para trabalhos de Educação Ambiental com comunidades, bairros, funcionários municipais.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Outro: _____

35. 35-A iniciativa da parceria de Educação Ambiental não formal foi

Marque todas que se aplicam.

- da própria Prefeitura
 De empresa como compensação ambiental
 De empresa por demanda própria
 De ONG por demanda própria.

ENVOLVIMENTO COM COLEGIADOS

36. 36-A Prefeitura recebeu convite para participar do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

37. 37-A Prefeitura já participou de alguma reunião do CBH-PS? Caso negativo, por quê?

38. 38-A prefeitura faz parte de alguma câmara técnica do CBH-PS? Caso negativo, por quê?

39. 39-A prefeitura participa de outro colegiado regional? Caso positivo, qual(is)?

40. 40-Há discussão sobre proteção dos Recursos Hídricos nesse colegiado?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

DÊ SUA OPINIÃO

41. 41-Quais temas que a Educação ambiental devem ser abordados no âmbito de seu município?

OBSERVAÇÕES

42. 42-CONTATO. Durante a Elaboração do Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul , estaremos realizando atividades com a Participação da Administração Pública e População dos Municípios. Solicitamos o seu contato para articularmos essa participação.

43. 43-Gostaria de deixar observações para a equipe do Plano de Educação Ambiental e Mobilização Social da Bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

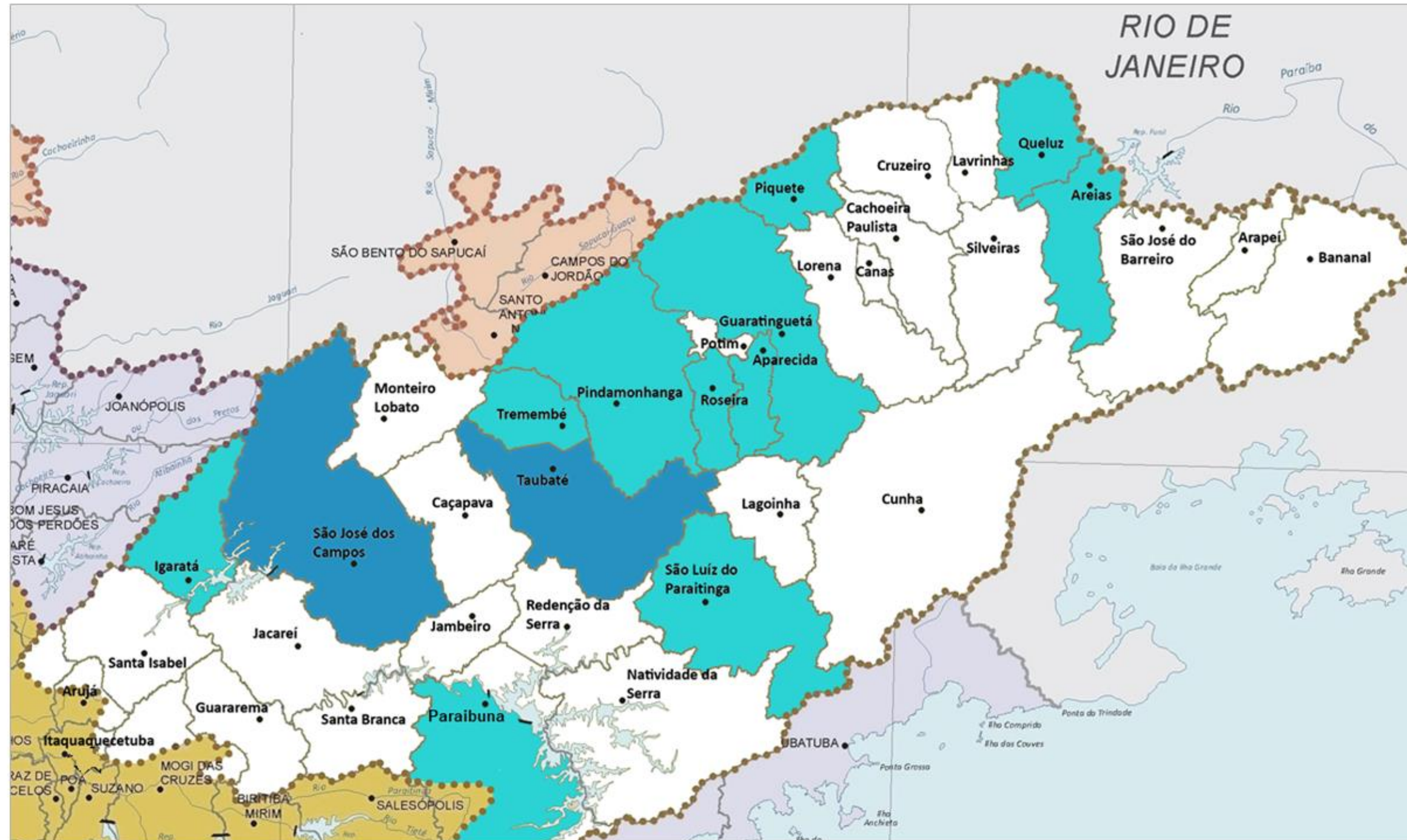
ANEXO A – Mapa PROJETOS FINANCIADOS PELO FEHIDRO




ANEXO B – Mapa INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL


ANEXO C – Mapa PLANOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ANEXO D – Mapa PARTICIPAÇÃO NO CURSO DE GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PROJETOS FINANCIADOS PELO FEHIDRO



-  Município sem projeto de Educação Ambiental financiado pelo FEHIDRO
-  Município responsável por menos de 10% dos projetos de Educação Ambiental financiados pelo FEHIDRO
-  Município responsável por mais de 20% dos projetos de Educação Ambiental financiados pelo FEHIDRO

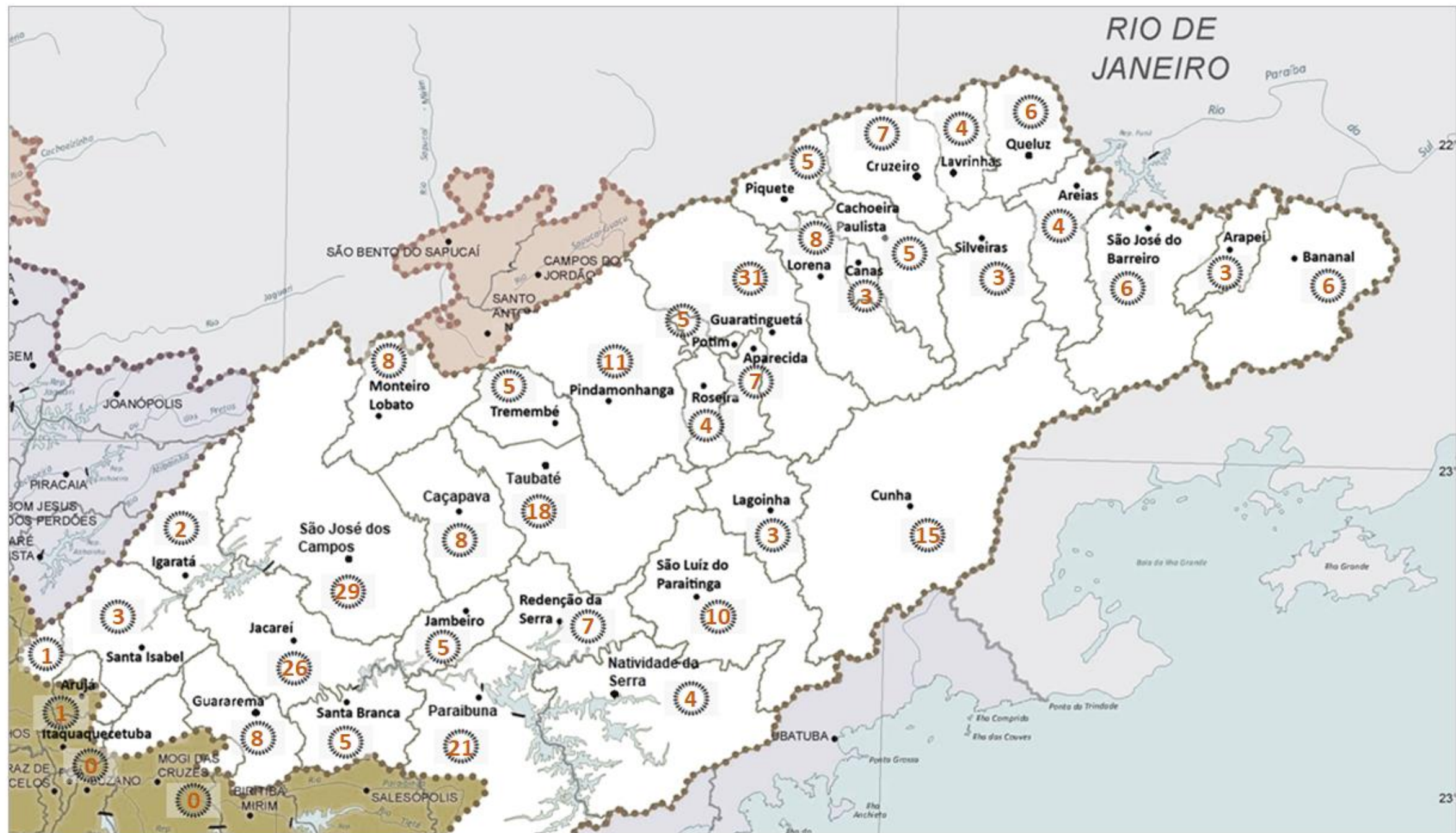
 Limite da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul



PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (UGRHI 02)



INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL



LEGENDA



Número de iniciativas de Educação Ambiental e Mobilização Social



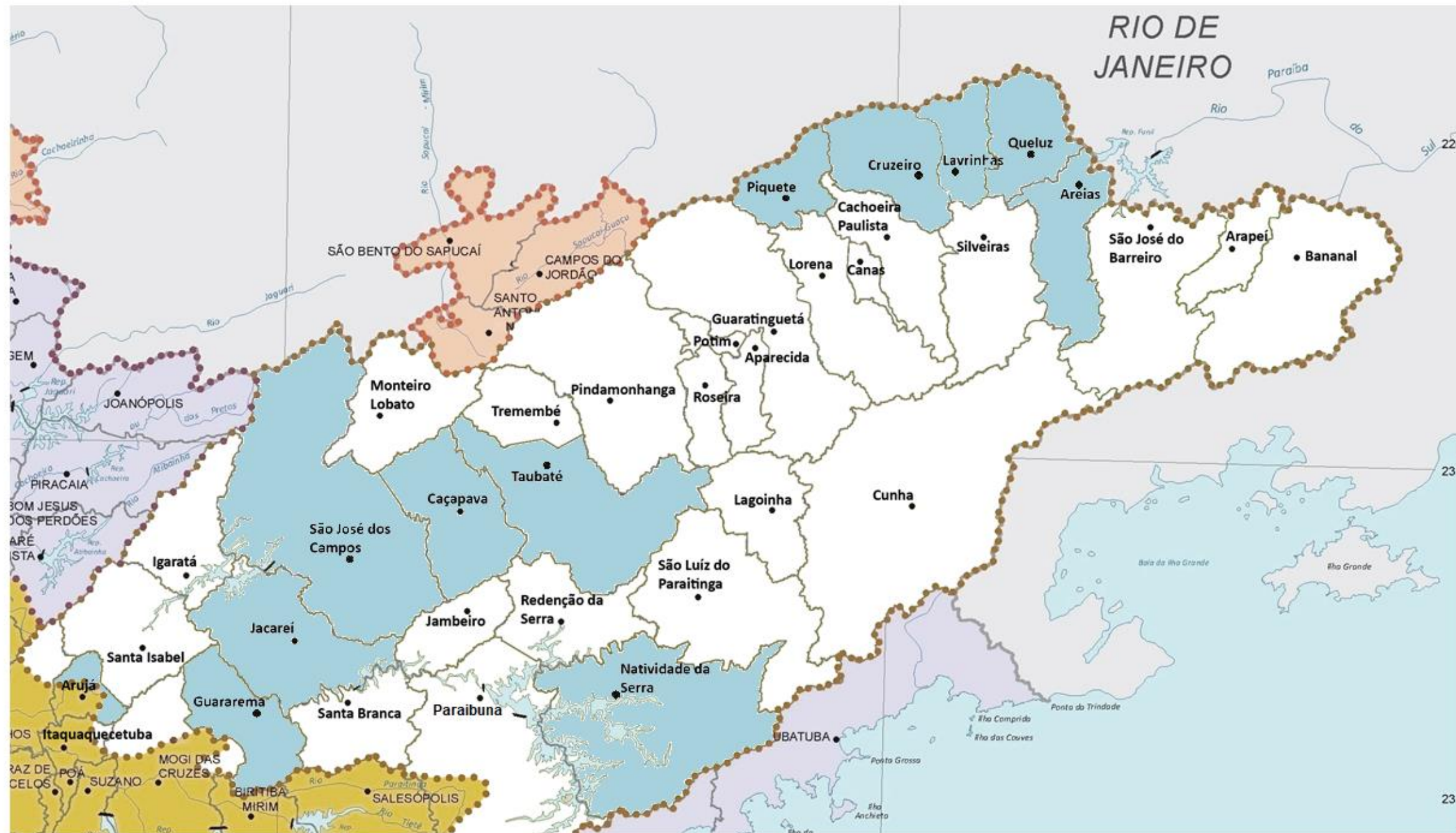
Limite da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul



PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (UGRHI 02)



PLANOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL



LEGENDA

- Sem Plano ou Programa de Educação Ambiental
- Com Plano ou Programa de Educação Ambiental

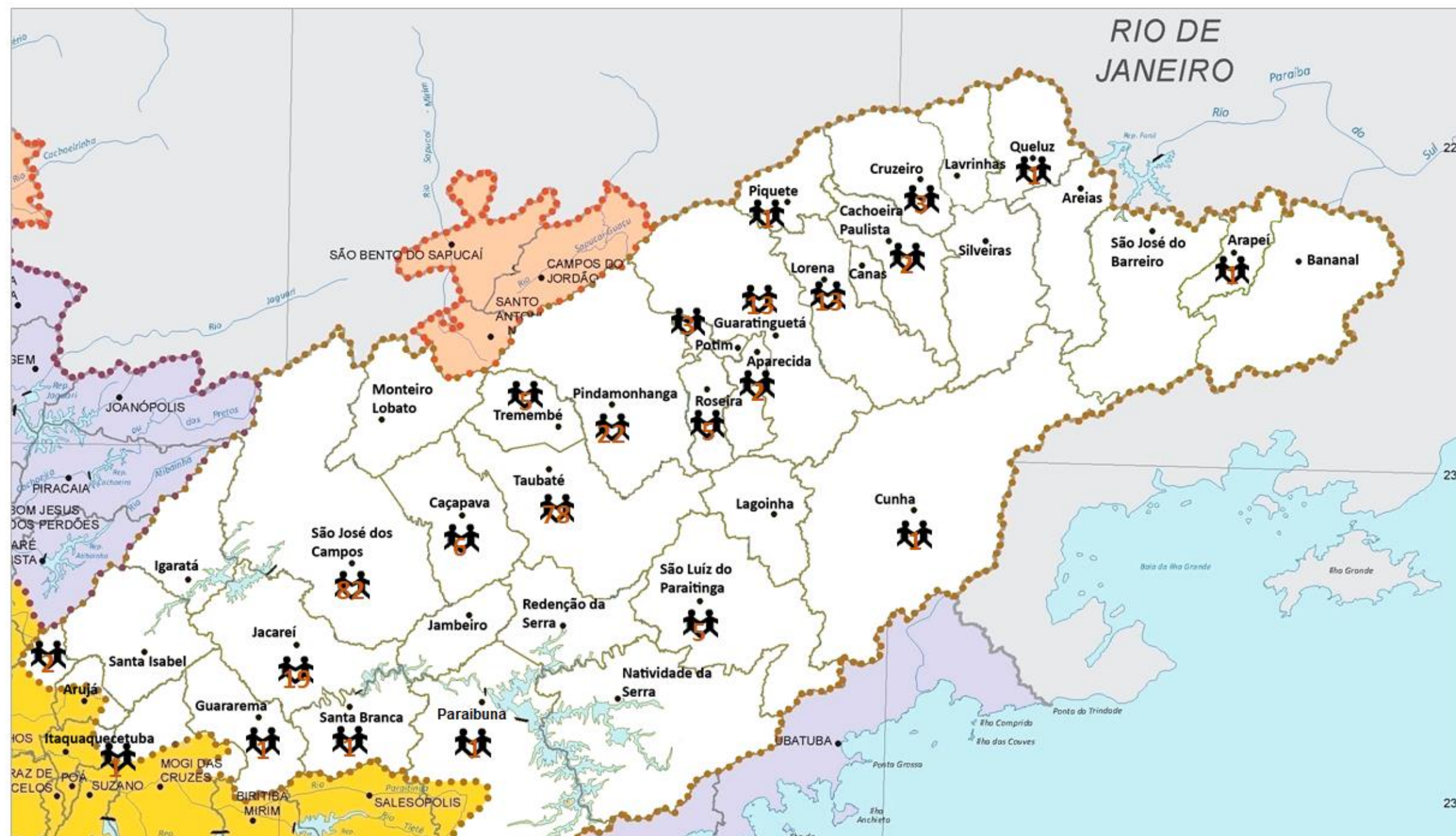
Limite da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul



PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (UGRHI 02)



PARTICIPAÇÃO NO CURSO DE GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL



LEGENDA



Número de participantes do Curso de Gestão e Educação Ambiental da CT-EAMS



Limite da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul



PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (UGRHI 02)

